

**INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS – CAMPUS OURO PRETO  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM CONSERVAÇÃO E RESTAURO**

Régis Eduardo Martins

**A HABITAÇÃO VERNACULAR NO SÉC. XVIII**  
**RESIDÊNCIAS MINEIRAS DO PERÍODO COLONIAL**

**OURO PRETO  
2010**

Régis Eduardo Martins

**A HABITAÇÃO VERNACULAR NO SÉC. XVIII**  
**RESIDÊNCIAS MINEIRAS DO PERÍODO COLONIAL**

Monografia apresentada no curso de Tecnologia em Conservação e Restauro do Instituto Federal Minas Gerais – Campus Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Conservação e Restauro.

Orientador: Ricardo Ali Abdalla

**OURO PRETO**  
**2010**

Régis Eduardo Martins

**A HABITAÇÃO VERNACULAR NO SÉC. XVIII  
RESIDÊNCIAS MINEIRAS DO PERÍODO COLONIAL**

Trabalho de conclusão de curso submetido à banca examinadora designada pela Diretoria de Pesquisa, Graduação e Pós-Graduação do Instituto Federal Minas Gerais – Campus Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Conservação e Restauro.

Aprovada em 22 de janeiro de 2010.

---

Maria Cristina Cairo Silva

---

Maria Cristina Rocha Simão

---

Ricardo Ali Abdalla

Dedico este trabalho à minha família, por acreditarem em mim e por ajudarem a fazer do meu sonho, realidade; ao Ricardo Abdalla, meu orientador, por toda a contribuição na realização da pesquisa; à Cristina Simão, pela oportunidade de aprender com seus ensinamentos; aos meus amigos, ouvintes sempre atentos, enquanto eu falava da descoberta vivida durante a graduação.

“Todos os ambientes resultam de escolhas feitas entre todas as alternativas possíveis. As escolhas específicas tendem a ser legítimas, refletindo a cultura de determinado povo. De fato, uma das maneiras de tratar cultura é em termos das escolhas feitas das coisas mais comuns.” (SNYDER; CATANESE, 1984, p. 31)

## RESUMO

Esta pesquisa visa descrever a formação da arquitetura vernacular mineira durante o séc. XVIII. Para tanto, aborda-se o tema na busca da caracterização da variável humana na consagração do processo, difundida pela influência cultural do colonizador português. No decorrer do texto, serão apontados quais foram os pontos principais que incidiram na construção das habitações na Colônia e a atuação do homem setecentista sobre elas, representada pela forma de viver do indivíduo e de sua relação com a sociedade. A arquitetura será descrita nessa lógica, identificando-se os pontos chaves para a concepção desta em Portugal e a posterior transmissão para o Brasil, como a gênese do país e as invasões que incidiram sobre a Península Ibérica. Busca-se na ocupação das vilas e arraiais mineiros, quais os fatores que foram preponderantes e relacioná-los com as edificações produzidas em terras brasileiras. Serão tratados, ainda, os assuntos pertinentes à difusão da tecnologia no Período Colonial, bem como, a falta de desenvolvimento incidente sobre a construção civil. Analisaram-se, também, os conhecimentos dos artífices que atuaram nas obras, tentando demonstrar, de modo geral, as consequências sobre o setor. Dentro desse contexto, estão sempre presentes as relações humanas na interface de confronto de culturas, entre homens brancos e homens negros através da escravidão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquitetura Vernacular; Período Colonial; Cultura; Tecnologia; Sociedade.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fig. 01: Cerimônia do beija-mão, aspecto da subserviência ao Rei de Portugal.	17
Fig. 02: Representação da execução dos Autos da Inquisição em Portugal.	19
Fig. 03: Escravos transportando seu proprietário.	21
Fig. 04: Negros jogando capoeira, manifestação considerada marginalizada até meados do séc. XX.	23
Fig. 05: Vista geral do Bairro da Ribeira, Porto, Portugal.	26
Fig. 06: Vista geral do Bairro do Rosário, Ouro Preto, Minas Gerais.	26
Fig. 07: Aquarela ilustrando a lavagem ouro, tipo de tecnologia de mineração empregada no séc. XVIII.	27
Fig. 08: Paraty (RJ), uniformidade do partido arquitetônico.	29
Fig. 09: Ouro Preto (MG), uniformidade do partido arquitetônico.	29
Fig. 10: Bairro de Alfama. Lisboa, Portugal.	32
Fig. 11: Bairro do Rosário em Ouro Preto (MG).	33
Fig. 12: Um Senhor e seu harém particular.	35
Fig. 13: Ilustração do tipo de fechamentos com treliças.	37
Fig. 14: Habitação de uma família negra no séc. XIX.	39
Fig. 15: Negros serradores de tábuas.	41
Fig. 16: Vista geral de Ouro Preto, Minas Gerais.	44
Fig. 17 – Cine Vila Rica, antes de 1957 e em 2009.	50
Fig. 18 – Diferenças entre o enxaimel português e o germânico.	53
Fig. 19 – Mapa de Portugal / Avanço cristão sobre os mulçumanos	55
Fig. 20 – Planta típica de uma casa térrea colonial.	57
Fig. 21 – Cômodo destinado aos serviços femininos.	58
Fig. 22 – Muro e alicerce de pedra seca – Rua Salvador Tropicia 156, Centro. Ouro Preto, MG.	60
Fig. 23 – Conjunto urbano – Praça Tiradentes, Centro. Ouro Preto, MG.	62
Fig. 24 – Traçado urbano de Ouro Preto – década de 50.	64
Fig. 25 – Arraiais constituintes de Vila Rica no início do séc. XVIII.	68
Fig. 26 – Conjunto urbano – Praça Monsenhor Castilho Barbosa, Bairro Pilar. Ouro Preto, MG.	70
Fig. 27 – Planta de uma “casa dos morros” – Ouro Preto, MG.	73
Fig. 28 – Planta de uma casa árabe.	74
Fig. 29 – Planta de uma casa berbere.	74
Fig. 30 – Variabilidade de plantas em função da posição do corredor.	77
Fig. 31 – Casas de <i>porta e janela</i> – Rua Alvarenga, Bairro Cabeças. Ouro Preto, MG.	78
Fig. 32 – Casas de <i>meia morada</i> – Rua Pe. Faria, Bairro Pe. Faria. Ouro Preto, MG.	79
Fig. 33 – Casas de <i>três quartos de morada</i> – Rua Bernardo Vasconcelos, Bairro Rosário. Ouro Preto, MG.	79
Fig. 34 – Casas de <i>morada inteira</i> – Rua Alvarenga, Bairro Cabeças. Ouro Preto, MG.	80
Fig. 35 – Planta de um sobrado – Recife, PE.	82
Fig. 36 – Sobrado setecentista – Ouro Preto, MG.	83
Fig. 37 – Sobrado do início do séc. XVIII – Ouro Preto, MG.	87
Fig. 38 – Sobrado do fim do séc. XVIII – Ouro Preto, MG.	88
Fig. 39 – Escravos trabalhando na mineração.	93
Fig. 40 – Tropeiro transportando produtos no interior da Colônia.	95
Fig. 41 – Edificações construídas com taipa de pilão – Casas do <i>Bom-Será</i> , Bairro Cabeças. Ouro Preto, MG.	101

Fig. 42 – Edificação construída com pedra de canga – Rua Chico Rei, 108. Ouro Preto, MG.	103
Fig. 43 – Vãos geminados – Praça do Rosário. Ouro Preto, MG.	104
Fig. 44 – Detalhe de uma estrutura autônoma em madeira – diferenças das madeiras utilizadas.	105
Fig. 45 – Parte inferior de uma estrutura autônoma em madeira.	107
Fig. 46 – Cruz de Santo André ou Aspas Francesas.	108
Fig. 47 – Edificações com porões – Bairro Antônio Dias. Ouro Preto, MG.	109
Fig. 48 – Parede de pau-a-pique – Rua Salvador Tropa 156, Centro. Ouro Preto, MG.	112
Fig. 49 – Detalhe da amarração e da estrutura do pau-a-pique.	114
Fig. 50 – Tabique usado no fechamento de empenas – Bairro Cabeças. Ouro Preto, MG.	116
Fig. 51 – Parede revestida com tábuas – Bairro Cabeças. Ouro Preto, MG.	116
Fig. 52 – Detalhe de um estuque usado em cimalkas.	117
Fig. 53 – Conjunto arquitetônico – Diamantina e Ouro Preto.	119
Fig. 54 – Coberturas – Ouro Preto, MG.	120



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
<b>CAP. I – O HOMEM</b>	
<b>O HOMEM NO SÉCULO XVIII COMO PRODUTOR DO ESPAÇO CONSTRUÍDO</b>	
Considerações iniciais .....	15
Formação Sociocultural na Colônia.....	15
Nota sobre a Arquitetura Residencial no Período Colonial.....	24
A Arquitetura e a Relação com o Homem: Aspectos da Constituição da Habitação no Séc. XVIII.....	30
Considerações Finais sobre o Capítulo.....	44
<b>CAP. II – A HABITAÇÃO</b>	
<b>A HABITAÇÃO VERNACULAR MINEIRA NO SÉCULO XVIII</b>	
A Arquitetura Colonial e a Concepção da Identidade Nacional.....	47
Nota sobre o Desenvolvimento da Arquitetura em Portugal .....	50
A Arquitetura Vernacular Mineira nos Setecentos .....	63
Considerações Finais sobre o Capítulo.....	89
<b>CAP. III – A TECNOLOGIA</b>	
<b>O PERFIL TECNOLÓGICO DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO SÉC. XVIII</b>	
A Situação da Construção Civil no Brasil Colonial .....	92
Construtores e Mestres de Ofícios .....	97
A Escolha do Material e da Técnica Construtiva .....	101
Considerações Finais sobre o Capítulo.....	121
<b>CAP. IV - O HOMEM, A HABITAÇÃO E A TECNOLOGIA</b>	
<b>O PRODUTO SEGUNDO A LÓGICA DO PRODUTOR</b>	
Arquitetura, Tecnologia e a Variável Humana .....	123
<b>REFERÊNCIAS</b>	
Bibliografia Consultada .....	130
Lista de Figuras.....	132

# Introdução

A escolha do tema surgiu da escassez de estudos específicos sobre a arquitetura vernacular produzida no Período Colonial Brasileiro. As manifestações arquitetônicas monumentais sempre foram objeto de pesquisa para vários autores, o que permite o acesso a um longo acervo de publicações sobre esses edifícios. Porém, ao longo do tempo, pouco se produziu em termo de bibliografia sobre as obras produzidas pelo povo. Snyder; Catanese (1984, p. 26) indica a importância do conhecimento acerca da arquitetura, indiferente a classificação da obra, se erudita ou vernacular, “porque os edifícios – mesmos as habitações aparentemente humildes – são mais do que objetos materiais ou estruturas. São instituições, fenômenos culturais básicos.”

Provocado por esse “desinteresse” muito pouco se registrou sobre o processo de produção e as influências construtivas trazidas pelo colonizador português às terras brasileiras. Apesar de pouco estudadas, existem algumas publicações específicas para consulta sobre a arquitetura vernacular, proporcionadas pelas pesquisas de autores como: Sylvio de Vasconcellos, Günter Weimer e alguns outros trataram em menor abrangência do assunto.

Outra contribuição importante na escolha do tema foi dada pelas Cartas Patrimoniais produzidas durante o séc. XX, que difundiram conceitos e critérios sobre os métodos de preservação do patrimônio edificado. Algumas destas destacam a importância da manutenção do entorno próximo aos monumentos para que seja mantida a ambiência do conjunto, entorno esse, geralmente, no qual é verificada a existência de muitas edificações vernaculares. As recomendações das Cartas visam garantir que os registros do fazer humano do passado não se percam, portanto, ao adotarem-se medidas de proteção para o conjunto, buscase permitir que as gerações ulteriores interpretem a dinâmica da produção arquitetônica antiga como um todo e não somente através das edificações monumentais.

Nessa linha, a escolha do tema fez-se, também, da importância do desenvolvimento de pesquisas sobre a produção arquitetônica do passado, a tecnologia empregada e as influências sobre o processo construtivo. O campo de concentração do presente curso de graduação, a conservação e o restauro, tem como um dos seus principais atributos a exigência do conhecimento amplo sobre o bem a ser preservado. Nesse sentido, conhecer a arquitetura traduz mais do que dominar aspectos construtivos, normalmente nela estão inscritos traços do homem que viveu aquele tempo. Entendê-la a fundo permite compreender a singularidade de cada manifestação.

Snyder; Catanese (1984) demonstram, no trecho abaixo, a significância da arquitetura enquanto produção humana:

A arquitetura faz manifestas transições espaciais que, é claro, tem significação social e conceitual. Assim, paredes, portões, portas, soleiras e semelhantes marcam muitas vezes as transições entre fora/dentro, sagrado/profano, macho/fêmea, público/privado e outras formas de domínio; daí sua importância. (SNYDER; CATANESE, 1984, p. 27)

Quaisquer projetos realizados, nessa área do conhecimento, necessitam adotar metodologias que visem garantir a transmissão do bem às gerações futuras, conduzidos na posse de um arcabouço teórico condizente, no diagnóstico preciso e na intervenção adequada. As propostas produzidas pelo profissional devem ser baseadas nos principais conceitos da teoria da restauração: a preservação, o conhecimento do objeto, a mínima interferência, a manutenção da autenticidade e a conservação dos materiais existentes. A escassez de informações aumenta a probabilidade de uma proposição inadequada, conseqüentemente, há-se a possibilidade de descaracterização do objeto a ser preservado.

A realização de um estudo abrangente sobre as habitações vernaculares mineiras produzidas durante o séc. XVIII é a proposta dessa pesquisa. Existe, ainda, um elevado número de edificações desse tipo preservadas em Minas Gerais, fato que motivou o interesse pelo tema. Busca-se, através da análise das principais variantes envolvidas na construção desse conjunto, contribuir para o conhecimento e a preservação das mesmas, que por desconhecimento ou por falta de uma cultura patrimonial adequada estão se perdendo.

A presente pesquisa propõe uma investigação acerca da constituição da habitação vernacular em Minas Gerais no Séc. XVIII. Três linhas principais irão concatenar o estudo, fundamentando-se no tripé: o homem, a arquitetura e a tecnologia.

No primeiro capítulo, tem-se a análise da influência cultural do colonizador relacionando-a com as conseqüências sobre a edificação – a herança da cultura mourisca em Portugal, a dependência do escravo para o funcionamento da casa, o confinamento da família e a relação do indivíduo com o Estado e a Igreja.

No capítulo II, serão abordadas às condições balizadoras para a produção espacial da edificação – a implantação no lote urbano, a organização da planta pautada na destinação dos cômodos, a consolidação dos núcleos humanos e as conseqüências sobre a arquitetura do local, as instruções gerais para a construção civil existente na época e as condições do sítio natural.

Já o terceiro capítulo aborda o perfil tecnológico da construção civil do Período Colonial, referentes à disponibilidade dos materiais de construção em cada local, ao emprego das técnicas construtivas, ao desenvolvimento do setor, além de outras interfaces dos artífices responsáveis pelas obras.

Para concluir a pesquisa, o quarto capítulo sintetiza a investigação sobre o tema, relacionando, homem, arquitetura e tecnologia, com o contexto colonial e as consequências derivadas da inter-relação entre cada um.

A utilização das linhas apresentadas pretende evitar a aridez de um estudo completamente pautado na descrição da tecnologia construtiva ou da arquitetura do período enfocado. A produção arquitetônica de uma civilização é o reflexo de sua capacidade, de seu conhecimento e da herança cultural que ela carrega. Portanto, não é possível descontextualizar a obra propriamente dita daquele que a produziu ou do meio no qual essa foi edificada.

Pretende-se, assim, entender a obra pelo prisma do construtor e não somente pelo do produto.

# Capítulo I

O Homem

## **O HOMEM NO SÉCULO XVIII COMO PRODUTOR DO ESPAÇO CONSTRUÍDO**

### **Considerações iniciais**

O estudo da arquitetura vernacular brasileira do século XVIII definiu alguns caminhos a serem seguidos nesta pesquisa. De posse das informações encontradas, objetivou-se, em um primeiro momento, traçar um perfil do universo cultural do colonizador e, dentro desse contexto, descrever as consequências sobre as habitações da época. A análise do tema conduziu as linhas de estudo de forma a compreender quem foi o produtor e como se desenvolveu, ao longo do tempo, a tecnologia que possibilitou a construção de todo o acervo de edifícios setecentistas em Minas Gerais.

Interpretar o homem que viveu nos setecentos e como que esse se relacionava com o meio que o cercava, infere uma compreensão que deve extrapolar a comparação daquele tempo com o modo de vida contemporâneo. Na atualidade, mesmo ao se considerar um cidadão que é desprovido de uma educação culta, lhe é dada a possibilidade de viver em uma sociedade que permite a realização de escolhas e de representar suas opiniões individuais ou coletivas ao todo. Transportar, pura e simplesmente, uma realidade atual em que a conquista dos direitos do ser humano se fez presente, não torna possível o entendimento sobre a complexidade cultural que envolvia a sociedade existente no séc. XVIII.

### **Formação Sociocultural na Colônia**

O modo de vida no séc. XVIII apresentava singularidades únicas, se analisado do ponto de vista da sociedade contemporânea atual. O homem que viveu em Portugal naquele tempo estava fortemente ligado às suas tradições e às relações de respeito às instituições a qual se submetia. Ao se considerar a formação histórica daquele país, percebe-se que o povo português é derivado de misturas étnicas de origens variadas. Durante vários séculos, a Península Ibérica foi palco de inúmeras invasões, destacando-se as dos célticos, dos romanos, dos bárbaros e dos povos arabizados. Cada cultura que se inseria naquele espaço concorria com a anterior e, por consequência, marcava o subconsciente do lusitano.

A sucessão de domínios estrangeiros em Portugal enriqueceu bastante a cultura portuguesa. O choque cultural causado por cada invasor, mesmo ao impor à força sua tradição, favoreceu a ampliação do conhecimento em diversas áreas do saber<sup>1</sup>. No entanto, a convivência entre dominador e dominado jamais foi pacífica. A permanência mulçumana na Península por quase de setecentos anos, por exemplo, impulsionou ao movimento de recristianização<sup>2</sup> do país, a partir do séc. XII. Uma guerra movida pelos habitantes do Norte de Portugal, que conservaram a fé católica, após resistirem por um longo tempo à dominação islâmica. Essa luta contribuiu para a consolidação de costumes existentes entre essa parcela da população lusa, como a vassalagem e o respeito inquestionável à figura do Rei, além de outros já decorrentes no cotidiano do povo.

Em presença de um universo cultural tão complexo, formou-se o homem português que colonizou parte da América, invadiu e escravizou nações africanas e dominou veementemente a rota de comércio das Índias durante os séculos XVI e XVII.

Conduzidos pelas palavras de Hans Broos (2002), podem-se encontrar subsídios que indicam como o homem setecentista português se relacionava com as autoridades às quais se submetia e, assim, compreender os anseios esperados por tais cidadãos em sua relação com a classe dominante. Segundo o mesmo autor tem-se a subsequente argumentação:

É difícil para o homem de nossos dias imaginar que a constituição humana, de 1750 até hoje, tenha se alterado tanto. Nós, homens do século XX, ao falarmos dos tempos do Absolutismo, precisamos alterar o quadro do indivíduo da nossa composição, do indivíduo livre, acostumado a própria decisão, a própria crítica e aos próprios pensamentos. Nesse tempo, o indivíduo livre tal qual como o conhecemos hoje, não existia. Os esforços da inteligência eram, na maior parte, substituídos por regras de tradição. Não era a inteligência do indivíduo que conduzia à decisão, era o espírito da tradição e, nele incluído, o costume de obedecer às decisões da magnífica autoridade que quase sempre, era representada por um fidalgo. (BROOS, 2002, p. 59)

O autor afirma ainda que o homem desse período não estava habituado a existir senão com a conveniência de um ser maior, ou seja, suas decisões, sua forma de pensar, estavam sempre condicionadas à autorização de outrem de posição social mais expressiva. Este homem dependia das regras da tradição para encontrar os caminhos que regiam sua vida, suas escolhas.

---

<sup>1</sup> Os árabes, por exemplo, introduziram no Sul de Portugal o conhecimento naval, fato que permitiu após o séc. XV a construção da economia mercantil portuguesa.

<sup>2</sup> A formação de Portugal envolveu diversos momentos de dominação. Até meados do séc. XII, o país não existia como atualmente é conhecido. Com o avanço islâmico sobre a Península Ibérica, os cristãos, que correspondiam a uma linhagem derivada do Império Romano, se refugiaram no Norte de Portugal e conservaram seus costumes. Com o enfraquecimento do poder dos mulçumanos, estes avançaram sobre os dominadores e impuseram à população portuguesa a fé cristã. A guerra contra a dominação islâmica durou até o início do séc. XVI, culminando com o estabelecimento das fronteiras atuais desse país.



Omegna (1971) complementa essa afirmação quando define a importância dada à figura do Rei, tido como “Senhor das Almas e das Vontades” (Fig. 01). A submissão geral às ordens reais e a vassalagem aos fidalgos era uma herança da Idade Média, presente na rotina do povo lusitano. Este autor, ainda, relata a seguinte passagem sobre o regime absolutista, estrutura de governo que regia Portugal:

A ideia ética que subjaz à teoria do absolutismo monárquico é a de que só o Estado não discutido e não contrariado pode cuidar, com elevação e justiça, dos problemas gerais da ordem, da segurança, da moral, da fé, da prosperidade de todos e de cada um, porque só ele pode estar presente em toda a parte, situado como juiz imparcial em todos os pleitos e oferecer soluções a todos os problemas humanos. (OMEGNA, 1971, p. 235)

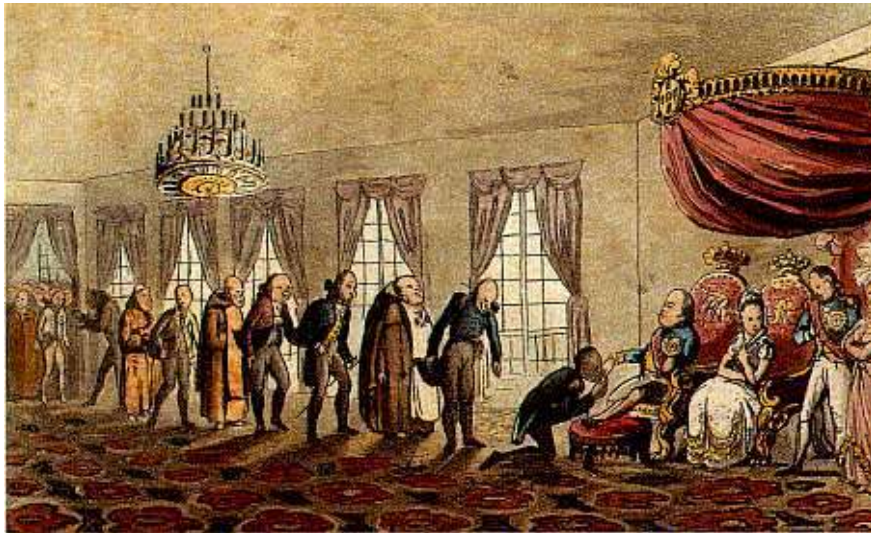


Fig. 01: Cerimônia do beija-mão, aspecto da subserviência ao Rei de Portugal.  
Fonte: Site da Internet

A estratificação da sociedade, existente desde a Idade Média, estava, ainda, muito arraigada no cotidiano da população. A falta de mobilidade social entre os indivíduos, provocada por esse regime, produzia relações de servidão e deveres instituídos, os quais cada homem encontrava-se acorrentado a uma teia simbólica de subjugação. A vassalagem à Nobreza e a obediência aos dogmas da fé eram regras. O plebeu tinha sua posição no contexto geral sempre preestabelecida<sup>3</sup>, cabia a ele aceitar sua situação. A importância de cada cidadão se dava de acordo com o lugar ocupado nesse jogo.

O fortalecimento do poder real no processo de formação dos países europeus consolidou essa situação entre os portugueses. Era imperativo que a centralização do destino da

<sup>3</sup> A sociedade portuguesa desta época estava fundamentada na divisão entre três classes: a Nobreza, o Clero e o Povo. Esta separação fundada na Idade Média continuou a existir em Portugal e em certo grau foi trazido para o Brasil.

nação estivesse nas mãos do Rei e que se respeitasse aos nobres que o cercavam. Desse modo materializava-se o Estado Absolutista Português no jogo de soberania da sua autoridade, o que garantia a sua influência sobre todas as classes sociais. A posição excessiva de servidão à Majestade regulava todas as atividades, mesmo que na Colônia, devido, principalmente, à distância da metrópole, contrastasse com a fragilidade na aplicação das leis.

Além do respeito incondicional à Nobreza, em Portugal, a subserviência à tradição estava representada na autoridade da Igreja Católica sobre os indivíduos. A sociedade portuguesa era uma das mais amoldadas à religião na Europa, cujos valores, submissão e imposições, consequentes da forma de pensar estabelecida pelos dogmas da Igreja, estavam no cotidiano do povo lusitano.

Na Colônia, apesar de existir um descumprimento geral das regras, as obrigações básicas do cristianismo foram perseguidas pela população e continuadas conforme estipuladas na metrópole. Sob essa perspectiva o Estado Português, no intuito de controlar a desordem social e a criar vínculos dos colonos com a nova terra, redigiu algumas Cartas Régias<sup>4</sup> que incentivavam os casamentos nas terras mineiras<sup>5</sup>. Segundo Vasconcellos (1977, p. 42), citando o Códice 23, SG, existente no Arquivo Público Mineiro, o Rei determina “[...] que as pessoas principais e ainda quaisquer outras tomem o estado de casados” onde a autoridade real percebia que “por este modo ficarão tendo mais amor à terra e maior conveniência do sossego dela e, consequentemente, ficarão mais obedientes às minhas reais ordens”.

O matrimônio era uma instituição regulada pela igreja, portanto, extremamente desejado pelo Estado português como forma de submeter o colono à regulação da lei. Estabelecida a influência da fé na nova realidade, a Coroa garantia as condições para que o migrado se estabelecesse definitivamente naquela terra de exploração.

Laurentino Gomes (2007) trata de como era essa relação indivíduo x igreja na sociedade portuguesa no século XVIII:

A vida social pautava-se pelas missas, procissões e outras cerimônias religiosas. O comportamento individual coletivo era determinado e vigiado pela Igreja Católica. [...] Portugal foi o último país europeu a abolir os autos da Inquisição, nos quais pessoas que ousassem criticar ou se opor à doutrina da Igreja, incluindo infiéis, hereges, judeus, mouros, protestantes e mulheres suspeitas de feitiçaria, eram julgadas e condenadas à morte na fogueira. Até 1761, menos de meio século antes da transferência da corte para o Brasil, ainda

<sup>4</sup> As Cartas Régias eram instrumentos administrativos produzidos pelo Rei para estabelecer suas ordens.

<sup>5</sup> “[...] No campo da moral sexual, o custo e a burocracia do processo matrimonial, a busca incansável de riquezas, a existência de padrões morais diversos nascidos na heterogeneidade étnica, o racismo, o escravismo, o patriarcalismo, o perfil demográfico da sociedade mineira e a vigência do *princípio de igualdade* (os cônjuges deviam ser iguais na cor, no *status*, nas posses, na honra) na escolha do cônjuge afastavam os mineiros do casamento e, inversamente, facilitavam as uniões esporádicas, instáveis e ilícitas” (VILLALTA, 1998, p. 77)

havia execuções públicas desse tipo em Lisboa, que atraíam milhares de devotos e curiosos. (GOMES, 2007, p. 59)

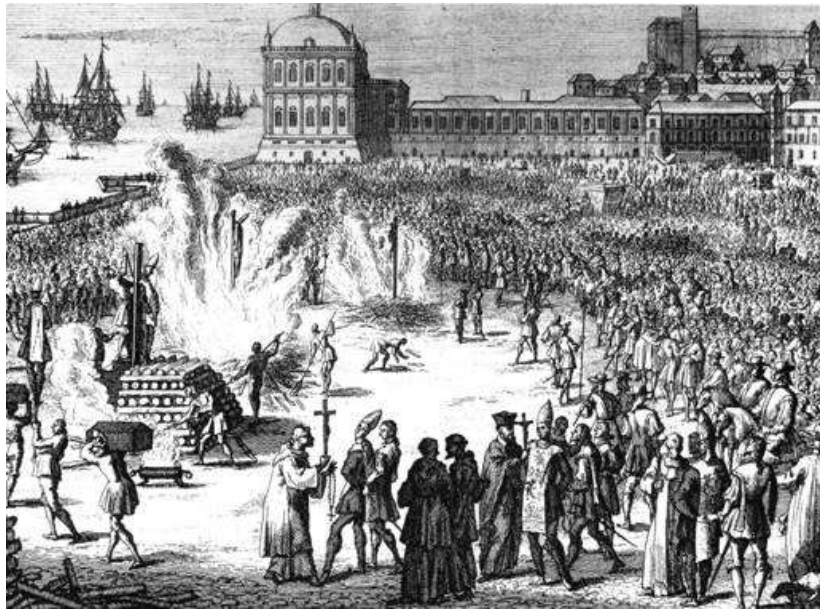


Fig. 02: Representação da execução dos Autos da Inquisição em Portugal.  
Fonte: Site da Internet.

Esse espreitar contínuo estabelecido pela Igreja determinou um formato ímpar de viver em sociedade, onde o indivíduo era constantemente vigiado, seus atos, sua conduta eram particularmente impostos através de normas estabelecidas. Assim, o cidadão do séc. XVIII não existia, senão, sob a forma de um ser participante de um coletivo social, cultural e religioso.

A sociedade, através das constantes imposições culturais às quais cada indivíduo estava subordinado, estratificou-se em um regime de condicionantes pré-estabelecidas. O homem existia somente dentro do *status* a que pertencia, não havia possibilidades para a igualdade entre camadas sociais diferentes. A divisão criada entre Nobreza, Clero e Povo, instituída em Portugal desde a Idade Média, acontecia de forma abrupta e veio acompanhar os colonos que se aventuraram na América, adaptando-se aqui às variantes locais. Nelson Omega (1971) afirma que o colono vem para o Brasil com uma herança cultural atrasada, que sobre ele se impunha, derivada da vida na Península Ibérica.

Nesse contexto de tensão, ancorado entre o Estado, a sociedade e a necessidade de ostentação<sup>6</sup>, “o indivíduo não era como era, e sim como parecia, ou melhor como conseguia

<sup>6</sup> Na América Portuguesa, o modo como se estabeleceu a relação Estado-Sociedade e o ideal de civilidade herdado da Europa definiram uma ordem em que era tênue a fronteira entre o *público* – aquilo que era geral, que pertencia a muitos e que se relacionava à *república* – e o *privado* – o familiar, o individual, o íntimo. No Antigo Regime, havia alguma distinção entre *público* e *privado*, mas não era uma diferença nítida, o que se evidenciava no próprio ideal de civilidade vigente: código de maneiras convenientes aos grandes, que longe de caracterizar o indivíduo

parecer” (VILLALTA *apud* PHILIPPE ARIÈS, 1998, p. 71). Assim, o imigrado, para atribuir a si respectiva importância no meio onde vivia, tentava se associar a algum título de nobreza quando chegava às novas terras. No entanto, na formação da Colônia, as classificações sociais desenvolveram características diferentes das existentes na pátria-mãe, porém, o seu significado continuou a interferir na mentalidade das classes aqui formadas.

Omegna (1971) aborda um aspecto da sociedade portuguesa, no universo da rigidez imposta pela divisão de classes, que formou na Colônia um “localismo” protetor de oligarquias e classes fechadas. Segundo este autor, a Coroa lusitana estimulou de várias formas a permanência de um regime divisor, já que na escassez de recursos próprios para ocupar e gerenciar todo o Brasil, a mesma incentivou o desenvolvimento de uma aristocracia local que se encarregasse da formação de riquezas e administrasse a coisa pública. Porém, ao mesmo tempo em que estimulava, a Coroa produzia uma política de desorganização do poder adquirido pelas classes dominantes, para que essas não se fortalecessem excessivamente e se voltassem contra os interesses dos reis.

Outra forma de divisão da sociedade, de acordo com Prado Júnior (1953), estava fundamentada no regime das raças, principalmente, na cor da pele do indivíduo. Permitia-se ao mestiço (negro+branco, índio+branco) certa ascensão social, mesmo que, ainda, não completamente independente da cor; já aos de pele mais escura não era concedida nenhuma condição de mudança. A imutabilidade da condição de escravo, apesar da possibilidade de o homem cativo alcançar a alforria, definia-se, sobretudo, na cor de sua tez.

Este autor indica a escravidão como o traço marcante da sociedade brasileira do início do séc. XIX, uma consequência indiscutível dos séculos anteriores de subjugação do povo negro e, em menor escala, dos indígenas. Diferenciada da escravidão no mundo antigo, onde se processava uma troca de valores, um enriquecimento na cultura da sociedade vencedora, pois o escravizado possuía nível cultural igual, ou até mesmo, superior ao do povo dominante, no caso americano, os povos dominados possuíam um degrau inferior de desenvolvimento, se comparados aos europeus.

O índio e o negro eram desejados pelo seu potencial de trabalho bruto, serviam como animais de carga. Os portugueses utilizavam da “animalidade” do homem, não de sua “humanidade”. Assim, do escravo homem esperava-se explorar sua força, da mulher servia-se da cópula, como forma de saciar-lhes os desejos. O colonizador desprezou a contribuição dos

---

inteiramente, dissimulava ou travestia a realidade íntima do sentimento, estabelecendo uma tensão entre o parecer e o ser, conferindo mais importância ao visível. [...] (VILLALTA, 1998, p. 71)

povos escravizados e, através da passividade demonstrada por estes, dominou a terra mesmo que em menor número, impondo sua vontade sob o jugo da força<sup>7</sup>.

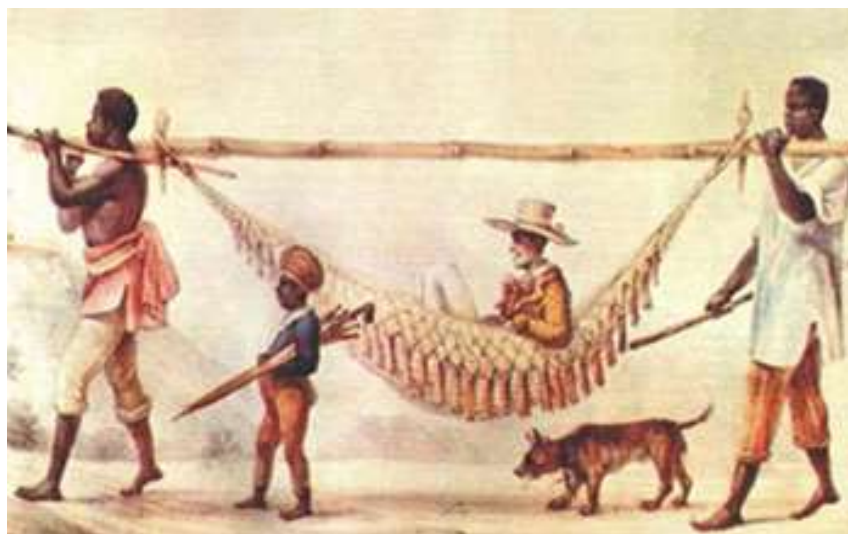


Fig. 03: Escravos transportando seu proprietário.  
Fonte: Site da Internet.

Segundo Prado Júnior (1953) a diferença do estado de evolução dos povos africanos pesou muito na formação da sociedade brasileira, inclusive, refletindo no ritmo lento e retardado da economia colonial, que se fundamentava na exploração dos recursos sem um aprofundamento técnico e que, conseqüentemente, permitisse lucro rápido no mercado europeu. Houve dois tipos de emprego para os escravos: as atividades produtivas e o trabalho doméstico. Embora o escravo doméstico tivesse um contato maior com a sociedade branca, pouco se efetuou no sentido da troca de culturas, restringindo-se as contribuições na culinária e aos cuidados dos filhos.

A rigidez da divisão racial impelia a negação do trabalho manual aos brancos e mulatos, sendo o negro, na maioria das vezes, o único responsável pelos ofícios mecânicos. Aos homens livres restavam poucos ramos onde se inserir, boa parte se destinaram ao comércio, às armas ou à vida pública. Há, ainda, aqueles que se vincularam a atividades rurais como os “mestres de engenho” e outras funções não-braçais. Lima Júnior (1965) se refere à discriminação aos ofícios manuais, citando um fato ocorrido no processo de habilitação em leis do inconfidente Alvarenga Peixoto:

<sup>7</sup> Segundo VASCONCELLOS (1977, p. 35) em 1776, a população de mineira correspondia a 319.769 habitantes. Divididos da seguinte maneira: 70.664 brancos, 82.110 mulatos e 166.995 pretos. Nota-se que neste ano a população negra corresponde a mais do que o dobro da branca, considerando nesse contingente de descendência africana, os mulatos, atinge-se um número três vezes e meia maior do que o dos homens brancos.

No processo de habilitação em leis, do inconfidente José de Alvarenga Peixoto, em fins do século XVIII, em Lisboa, surgiu um impedimento, retardando-o por muito tempo. Foi a existência de um avô paterno *imaginário*, isto é, fabricante de imagens de Santos. Tornou-se necessário que se demonstrasse, numa longa e demorada justificação, que esse antepassado de Alvarenga, fazia as imagens sem fito de lucro e sem ser artífice, sendo apenas amador. (LIMA JÚNIOR, 1965, p. 127)

Somente os filhos de famílias mais abastados tiveram acesso à educação na colônia, que, geralmente, seguiam para a Europa a fim de prosseguir seus estudos. Condiicionados por essas imposições, poucos foram os que exerceram suas funções como profissionais liberais (advogados e cirurgiões), devido à inexistência de escolas superiores na América Portuguesa. A saída auferida por uma grande leva de homens foi se dedicar ao clero, como meio de se educar e ascender socialmente. Houve na religião, inclusive, boa aceitação de mulatos para exercer o sacerdócio<sup>8</sup>. Reis (1964) faz uma observação relacionada à maneira como o colonialismo português tratou a difusão da cultura no Brasil Colonial:

Havia um pavor português às atividades e progresso intelectuais nas colônias, porque os letrados eram, em potencial, revolucionários, falando e escrevendo sobre fatos e coisas da terra, daí as manifestações em prosa e verso, do fenômeno chamado nativismo que deveria, num processo histórico, culminar, mais tarde, com o Brasil independente, sob a forma mais definida e melhor caracterizada do patriotismo. (REIS, 1964, p. 65)

A segregação social, somada à divisão da sociedade em classes, provocou efeitos profundos na realidade da colônia. Não havia condições propícias para a quebra da rigidez do sistema, mesmo que o indivíduo estivesse em condição de liberdade, fosse ele, branco, mulato ou negro. Senão se alcançasse posição elevada no contexto, através do enriquecimento nas minas ou por intermédio dos ofícios, das armas ou da religião, o cidadão estava condenado ao limbo social, que apartava cada setor da população. Lima Júnior (1965) se refere a este fato da seguinte forma:

A nobreza do ofício e a do dinheiro eram evidentemente uma minoria que se concentrava nas Vilas ou em suas imediações, nas grandes propriedades rurais, enquanto a massa escrava e os libertos, brancos, pardos ou pretos, todos pés-rapados, constituíam uma imensa multidão de oprimidos pelas extorsões de todos os gêneros. (LIMA JÚNIOR, 1965, p. 135)

---

<sup>8</sup> Na sociedade colonial destacava-se em importância quem ocupava um cargo eclesiástico. Essa condição possibilitava a ascensão social imediata do indivíduo, mesmo se ele fosse derivado de classe mais baixa. Para garantir uma posição social, um bom número de mulatos se destinou ao exercício do sacerdócio, provavelmente, a aceitação desses homens foi favorecida pelas irmandades religiosas de ordem terceira formada por descendentes do colonizador com as escravas africanas. Também, não se pode desprezar o prestígio que o sacerdote possuía em uma sociedade extremamente devota nos costumes.



Prado Júnior (1953) discorre que no período colonial existia uma massa considerável de cidadãos sem ocupação, geralmente composta entre brancos que não conseguiram se firmar socialmente, negros forros e parte da população de mulatos. Os filhos da mistura racial entre colonizador e cativos, não nasciam escravos, porém, estavam impossibilitados de serem senhores, devido sua descendência mestiça. De acordo com o contexto criado, formou-se uma divisão abrupta entre os poucos Senhores (brancos) donos das riquezas e responsáveis pela administração da Colônia, um sem número de escravos (negros) respondendo pela força motriz do sistema colonial e um elevado contingente de homens livres sem ocupação.

Todos os cidadãos, sem alocação na economia colonial, constituíam uma parcela significativa da sociedade. Estes eram considerados “detrito humano segregado pela colonização escravocrata e rígida que os vitimou” (PRADO JÚNIOR, 1953). Dentro desse grupo abundavam os vadios, pessoas que se dedicavam ao crime e perturbavam a ordem social (Fig. 04). Em Minas Gerais, por exemplo, à margem da sociedade mineradora a criminalidade atingia proporções absurdas<sup>9</sup>.



Fig. 04: Negros jogando capoeira, manifestação considerada marginalizada até meados do séc. XX.  
Fonte: Site da Internet.

Essa rigidez econômica, baseada no trabalho escravo e fundamentada na exploração dos bens primários mais rentáveis no mercado europeu, era causada por um extenso caminho

<sup>9</sup> Villalta (1998, p. 70) descreve a situação criada pelos vadios (*facinorosos*) nas vilas mineiras do início do séc. XVIII: “[...] o interesse regia as ações, e só se cuidava em avultar riquezas, sem consultarem os meios proporcionados a uma aquisição inocente: a soberba, a lascívia, a ambição, o orgulho e o atrevimento tinham chegado ao último ponto. [...]”

de formação cultural difundido pelos portugueses. O colonizador, que se dispôs às grandes conquistas mercantis nos fins do séc. XV, emperrou sua empresa nas frágeis bases do sistema colonial monopolista adotado no decorrer do empreendimento americano, provocando uma enorme exclusão social e um débil progresso durante o período colonial.

A sustentação do regime se possibilitou pela estagnação das forças, provocada dentro da imobilidade cultural na qual estava mergulhada a sociedade. Os indivíduos condicionavam-se às imposições criadas pela submissão à tradição, a mercê dos caprichos das classes dominantes. Não havia desejo de contestação e sempre imperava o apego aos costumes, aspecto derivado do traço presente na formação do povo português. Quem se encontrava à margem do processo de exploração, via-se marginalizado. Vivia-se constantemente na expectativa de ascender socialmente, fato que proporcionaria ao cidadão o direito de usufruir de uma condição mais respeitável. Prado Júnior (1953) argumenta sobre os laços que sustentavam a sociedade brasileira no período:

[...] A sociedade colonial se definirá antes pela desagregação, pelas forças dispersivas; mas elas são em nosso caso as da inércia; e esta inércia, embora infecunda, explica suficientemente a relativa estabilidade da estrutura colonial: para contrariá-la e manter a precária integridade do conjunto, bastaram tênues laços materiais primários, econômicos e sexuais, ainda não destacados de seu plano original e mais inferior, que se estabelece como resultado imediato da aproximação de indivíduos, raças, grupos díspares, e não vão além deste contato elementar. É fundada nisto, e somente nisto, que a sociedade brasileira se manteve, e a obra da colonização pôde progredir. (PRADO JÚNIOR, 1953, p. 344)

Na colônia prevaleceu o desejo de enriquecimento, a formação social foi consequência de um processo de colonização forçado, impellido pelas riquezas que a terra oferecia. Mesmo com a formação de elites locais, desde os primórdios da ocupação, que poderiam instituir um modelo local de sociedade, isso jamais contribuiu para a construção de uma situação diferente da que existia em Portugal. Foram utilizados laços idênticos de dominação e exploração pelos colonos que se estabeleceram na América. Esses, somente, desejavam ascender à condição de Fidalgos.

### **Nota sobre a Arquitetura Residencial no Período Colonial**

Interessantemente, a arquitetura residencial no Brasil Colônia destaca-se, sobretudo, pela simplicidade e uniformidade na sua constituição. Diferentemente dos países europeus onde, após a revolução renascentista, as edificações receberam decorações requintadas e espaços específicos para as novas funções contidas em seu interior, na América



Portuguesa predominou a singeleza nos elementos decorativos. A singularidade do estilo representado nas residências brasileiras, provavelmente, foi definida na condição de excessiva dependência perante Portugal e na relativa distância entre a colônia e a metrópole. Fato que implicou em um modo de vida mais simples, pautado em relações sociais menos complexas do que na Corte e definidas, na maioria das vezes, através das obrigações religiosas.

O estabelecimento dos núcleos humanos em Minas Gerais, apesar da riqueza proporcionada pelo ouro, não provocou uma inovação na arquitetura residencial da Colônia. Inclusive, transportou para as novas terras a mesma sequência de tipologias implantadas nas vilas e cidades litorâneas, diferenciando-se, quando muito, na utilização dos materiais de construção. Essa reprodução constante de um estilo comum em todo o país contribuiu de forma determinante no advento de uma casa típica tida como “colonial”. Rodrigues (1977) corrobora com esse fato quando considera a seguinte afirmação:

Interessante sob muitos aspectos, sobretudo como um dos principais entre os elementos auxiliares para melhor compreensão de nossa história, é sem dúvida, o estudo da casa antiga no Brasil. Interessante, pelas características permanentes dessa casa principalmente pela unidade do seu aspecto em todo o território, e pela imutabilidade, através do tempo, dos princípios que presidiram à sua construção, fenômeno esse comparável, pela semelhança (tendo em vista a extensão territorial) ao da língua e ao da religião. (RODRIGUES, 1977, p. 285)

A uniformidade observada (Fig. 05 e 06) definiu-se, sobretudo, na força das tradições presentes no cotidiano do colono e deriva de valores culturais que, fundados na Metrópole, singraram os mares instituindo-se como “códices” dentro da sociedade formada no Brasil. Esses valores determinaram as relações sociais, o modo de viver, a maneira de habitar a casa, ou seja, nada escapava às imposições desse sistema. Dentro dessas condições, não havia a possibilidade de se criarem modelos arquitetônicos diversificados para os edifícios. O passar do tempo conduzia, principalmente, às camadas mais pobres da população a repetirem um padrão estabelecido. Sem contestação até a abertura do país a novas culturas em 1808, após a vinda da Família Real, do séc. XVI ao início do XIX o modo de vida e forma de ocupar a edificação era a mesma, estabelecidos na dependência do trabalho escravo desde os serviços mais básicos<sup>10</sup>, nas imposições patriarcais sobre as famílias, e na exploração exaustiva das riquezas da terra. Ainda assim, a renovação propiciada alcançou de imediato somente o Rio de

---

<sup>10</sup> “Vemos, portanto, que fundada no regime escravista, quer para a construção, quer para o uso, a habitação urbana tradicional correspondeu a um tipo de lote padronizado e este tipo de arquitetura bastante padronizada, tanto em suas plantas, quanto nas suas técnicas construtivas. [...]” (REIS FILHO, 2006, p. 32)

Janeiro. A maioria das cidades e vilas do interior recebeu essas influências mais tarde, praticamente no alvorecer do séc. XX.

A arquitetura residencial produzida nas cidades mineiras setecentistas é fruto do mesmo modelo de organização social vigente em toda a Colônia, marcada por instituições culturais pré-definidas, estratificada a partir do estabelecimento de uma sociedade no local e difundida repetidamente ao largo da ocupação do território.



Fig. 05: Vista geral do Bairro da Ribeira, Porto, Portugal.  
Fonte: Site da Internet.



Fig. 06: Vista geral do Bairro do Rosário, Ouro Preto, Minas Gerais.  
Fonte: Foto do Autor.

Entre o final do séc. XVII e os primeiros anos do XVIII, quando as primeiras jazidas de ouro foram descobertas em Minas Gerais, as edificações eram temporárias, normalmente, construídas junto às catas. As mesmas não passavam de acampamentos feitos com estacas de

madeira fincadas no solo e cobertura de folhas<sup>11</sup>. Predominantemente, nesse abrigo não havia divisões de cômodos, a planta correspondia a um espaço único, imperava somente a necessidade de proteção imediata, já que a instalação no sítio era incerta. Até esse momento as influências culturais não atingiam efetivamente a forma de viver do desbravador da terra, inexistiam relações sociais instituídas, além de um comércio precário de objetos voltados para a mineração e para a subsistência. Entretanto, com a formação dos primeiros arraiais e o advento de uma sociedade local, os valores instituídos pela tradição começaram a interferir no modo de vida do colonizador e induzir a formação de uma casa típica.

Na amálgama de homens que migraram para as minas e formaram os primeiros núcleos humanos, havia gente de toda a procedência, tanto de colonos já estabelecidos no Brasil quanto de portugueses e negros que atravessaram o Atlântico. Vasconcellos (1977) relaciona a origem dos que formaram o povoamento de Vila Rica nos primórdios do séc. XVIII. No trecho a seguir, o autor versa, inclusive, sobre situação social na qual alguns indivíduos mergulharam após a escassez do ouro:

Chegam homens das mais diversas procedências e raças: paulistas afeitos a vida rude, experimentados no sertão e na caça do índio, brasileiros do norte, boiadeiros, vadios do litoral, ciganos, judeus e cristãos-novos, uns e outros prontos para a guerra e para desobediência. [...] seriam pouco acomodados os portugueses que para cá se aventuraram, deixando na terra os mais tímidos e prudentes; calejados, muitos, das lidas do mar, no comércio com o Oriente e nas guerras em que vinha empenhando a Metrópole. Juntam-se a estes os negros, em grande número, trazidos, embriagando-se nas vendas e, vadios depois, pela falta de trabalho, na decadência das minerações. (VASCONCELLOS, 1977, p. 33-34)



Fig. 07: Aquarela ilustrando a lavagem de ouro, tipo de tecnologia de mineração empregada no séc. XVIII.

Fonte: Site da Internet.

<sup>11</sup> “As primeiras moradas não passavam de palhoças: paredes de paus a pique, cobertura de palha – sapé, que abundava na região. Junto a elas um rancho de tropa acampava, para vender aos mineradores gêneros e utilidades; outra palhoça surgia: a venda. Simultaneamente se improvisava um tosco altar e, para protegê-lo, uma cobertura de palha assente sobre quatro esteios de paus roliços – origem humilde das capelinhas. [...]” (SANTOS, 1951, p. 30)

Considerando a multiplicidade de procedências na formação dos arraiais e vilas mineiras do séc. XVIII, seria natural que cada núcleo originado tivesse características peculiares, de acordo com os indivíduos envolvidos, quando se tratasse da arquitetura desenvolvida em cada um. No entanto, mesmo em localidades onde grupos específicos se estabeleceram, como, por exemplo, no Arraial dos Paulistas em Vila Rica<sup>12</sup>, ou em quaisquer outros, seja ele de reinóis ou colonos, a tipologia arquitetônica das construções contemplava as mesmas características principais. As variações percebidas deviam-se pelas dimensões dos terrenos, pela topografia ou pela localização do lote, caso esse estivesse na esquina.

Apegado às tradições sociais e religiosas, o homem da Península reproduzia no Brasil, sem modificações espaciais, o partido arquitetônico da residência existente na terra natal<sup>13</sup>. As cartas régias ou as posturas públicas, que versavam sobre a uniformização da arquitetura, definiam a tipologia das fachadas principais, para que as casas fossem “sempre fabricadas na mesma figura de uniformidade, pela parte exterior [...]” (VASCONCELLOS, 1977, p. 88). Entretanto, as determinações não recaíram sobre as demais partes da edificação, mas ainda assim, houve a repetição do tipo de planta, mesmo que se permitisse a liberdade de criação do partido arquitetônico. A divisão da casa seguia uma organização bastante semelhante entre si: sala ou loja na frente, permanência das mulheres e serviços no fundo, alcovas no centro e o corredor interligando-as, da rua para o quintal (REIS FILHO, 2006).

Pode-se atribuir tais consequências como uma tendência de aproximação das vilas brasileiras às cidades portuguesas. Sobre essa possibilidade Lima Júnior (1965) relata no seguinte trecho:

O português emigrado para as Minas, no século dezoito, trouxe consigo a paisagem urbana e rural de sua terra natal. Não se encontra nenhum rastro que não seja o seu espólio de civilização morta, sobre o qual ensaiamos indecisamente construir uma outra, contrariando as determinantes naturais e lógicas, às quais inutilmente tentamos fugir. A casa portuguesa transplantada integralmente, a igreja, os sistemas de vida, deram às Minas Gerais um aspecto que lembra a todo momento uma visão de Portugal. (LIMA JÚNIOR, 1965, p. 195)

---

<sup>12</sup> A formação de Vila Rica envolveu a união de diversos arraiais, formados às margens das datas minerais concedidas aos mineradores. Os principais arraiais o de Antônio Dias e de Ouro Preto, que estavam separados pelas condições naturais do sítio, foram os escolhidos para a ereção da vila, determinando-se que entre os dois fosse criada uma praça e que nela se construísse os prédios destinados à administração metropolitana. Ainda são presentes entre a população as designações dadas aos moradores dos ditos arraiais: os *Jacubas*, devido à origem paulista, situados na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, e os *Mocotós* para os de origem portuguesa, fregueses de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto.

<sup>13</sup> [...] No que toca à arquitetura residencial e civil, a obra realizada é ao mesmo tempo mais modesta em escala e mais sóbria de ornamentação que a produção portuguesa. Além do mais, as tradições construtivas, de si tão arraigadas na Colônia, retardaram até meados do século o aparecimento regular das inovações decorativas do reinado de D. João V no vocabulário arquitetônico do país. [...] (SMITH, 1975, p. 155)

Esse fato amplia o entendimento de que a uniformidade de estilo na arquitetura colonial (Fig. 08 e 09), encontrada em todo o país, se deu devido a um fator cultural, apesar de imposições contrárias, como as derivadas do tipo de material de construção disponível. Ao construir sua morada, por exemplo, o colono empregava as matérias-primas de acordo com a existência de cada uma no sítio e reproduzia o modelo resgatado de sua terra natal. O homem emigrado conduzia o aspecto de suas povoações como uma reconstrução de um pedaço de Portugal, o qual lhe daria conforto diante de uma terra inóspita e aculturada segundo seus padrões de existência.



Fig. 08: Paraty (RJ), uniformidade do partido arquitetônico.  
Fonte: Ricardo Abdalla.



Fig. 09: Ouro Preto (MG), uniformidade do partido arquitetônico.  
Fonte: Foto do Autor.

Atualmente, a semelhança encontrada entre as residências mineiras do Período Colonial não se definiu somente pelas condições apresentadas anteriormente. Somou-se a esse fato, a situação econômica da população, que, apesar do fausto proporcionado pela extração mineral, vivia-se em um estado de penúria geral, além do afastamento do litoral. Com a derrocada do ciclo do ouro, a distância territorial dos novos centros econômicos implicou na defasagem da linguagem arquitetônica, que permaneceu como uma aproximação da estética colonial. Mesmo após a vinda das missões artísticas no séc. XIX, as edificações construídas em Minas Gerais mantiveram-se distantes, praticamente até o início do séc. XX, das inovações tecnológicas e estilísticas proporcionadas pelas inovações na arte brasileira.

### **A Arquitetura e a Relação com o Homem: Aspectos da Constituição da Habitação no Séc. XVIII**

A arquitetura vernacular brasileira no séc. XVIII apresenta-se como o resultado de um processo lento de sedimentação sociocultural, determinado por valores que moldaram o povo português durante gerações, derivados do desenvolvimento humano de sociedades primitivas assentadas na região e da miscigenação de habitantes autóctones com outros povos, decorrentes das sucessivas invasões ocorridas na Península Ibérica. O contato com diversas culturas deixou, no cotidiano dos indivíduos, traços da tradição árabe, visigótica ou romana, que se somaram às influências recebidas através do comércio marítimo. Herança firmada ao longo da formação de Portugal, que, em maior ou em menor grau, acabaram transportadas para o Brasil. Essas peculiaridades, vistas tanto na construção civil quanto nos costumes, foram retransmitidas ao longo dos anos e definiram características importantes na constituição dos conjuntos urbanos de todo o período colonial, encontradas nas cidades mineiras e em todo o país.

O modo de vida nos setecentos e, por conseguinte, a forma de se conceberem os edifícios, foram determinados pela consideração indissolúvel da força das tradições, pelo respeito inquestionável à autoridade Real ou da Igreja, pelas características da economia colonial e pela existência da escravidão como força motriz da sociedade. Esta amálgama de influências culturais adaptou seus fundamentos em uma terra inóspita como a da região mineradora, dividida por serras e vales, mas também entre opiniões e a ambição dos que a habitaram. Neste sítio nada mais se esperava do que produzir riquezas e ostentá-las. Por ironia, derivada de uma pobreza geral que assolava a população, a arquitetura só ganhou proporção quando criada em função da religião e do poder do Estado. De fato, as residências propagaram-

se como moradas simples, condicionadas pelos costumes, crenças, posição social, situação financeira do indivíduo e emprego de cativos na construção civil. Vasconcellos (1977) discorre sobre a pobreza da arquitetura residencial formada em Vila Rica, ilustrando a situação verificada na época:

Não podia, assim, esta economia [baseada na exploração exaustiva do ouro a fim de sustentar Portugal], proporcionar uma arquitetura residencial senão pobre, fazendo de Vila Rica *humilde povoado, aonde os grandes moram em casas de madeira a pique*, só a riqueza coletiva, concentrada pelo comércio, pela Coroa ou pelas sociedades religiosas, possibilitando a nobreza de alguns solares, a solidez de edifícios públicos ou a riqueza dos templos católicos. (VASCONCELLOS, 1977, p. 57)

Outros fatores importantes, no desenvolvimento da arquitetura em Minas Gerais, foram as imposições do sítio natural e a incerteza da permanência no local, derivadas de uma exploração mineral em fase primitiva que, geralmente, adiava por alguns anos o advento de uma sociedade local. No entanto, assim que estabelecida como atividade constante, por um período de tempo prolongado, a mineração formou um modo de vida predominantemente urbano, definidor de consequências importantes sobre os edifícios.

Os habitantes das vilas diferenciavam-se dos moradores das áreas rurais pelo convívio em uma sociedade citadina e, portanto, condicionados a um viver mais dinâmico. Os últimos representavam uma gente marcada pelo isolamento, habituada a relações sociais menos profundas, normalmente estabelecidas nas festividades religiosas e no domínio do Senhor da terra sobre seus agregados. Abaixo, Omegna (1971) se refere à mentalidade do homem urbano da época:

A própria multiplicação de oportunidades e formas de interações dentro de aglomerados densos, em áreas estreitas, modifica a fisionomia espiritual dos homens e os seus modos de agir, e explica a peculiar mentalidade dos cidadãos, tão diferentes da dos camponeses por seu modo de ser mais humano, mais aberto a todo movimento de ideias e de civilização. (OMEGNA, 1971, p. 87)

Apesar de mais afeitos “a todo movimento de ideias e de civilização”, o homem que viveu no séc. XVIII não rompeu com a teia cultural trazida de Portugal e sempre que possível aproximou sua produção arquitetônica daquela existente na terra natal. A constituição da habitação retornava em inspiração à origem portuguesa, provocando divisões físicas idênticas às que lá foram instituídas, posicionadas em condições como a necessidade de proteção familiar do meio externo ou a restrição tecnológica determinada pelos materiais utilizados na época. Com o desenvolvimento dos núcleos urbanos retornou-se aos partidos arquitetônicos existentes nas cidades portuguesas (Fig. 10), mesmo que condicionados à



simplicidade, reproduziram-se os modelos existentes no além-mar. Rodrigues (1975) descreve a constituição da casa portuguesa nas linhas abaixo:

A casa portuguesa é produto de longa experiência e dos ensinamentos trazidos ao solo pelas raças que o palmilharam, ou nele assentaram, e que, cristalizando-se através dos séculos em lenta maceração, formaram, com o povo existente, de remota e incógnita origem, um misto com o latino, o visigodo, o árabe. Dos elementos que entraram nessa amálgama, fundidos e refinados pelo tempo, fincaram construções esparsas no pequeno solo portugalense, formando um cenário perene, para testamento de fatos e ensinamentos constantes. (RODRIGUES, 1975, p. 287)



Fig. 10: Bairro de Alfama em Lisboa (Portugal).  
Fonte: Site da Internet.

O desejo de reproduzir o modelo de edificação existente em Portugal, provavelmente, assumia uma tentativa de transformar a realidade, de uma terra rude e inóspita, em um ambiente mais confortável às mentes das pessoas da época. Isolada das tendências culturais que revolucionavam a Europa, muitas das quais, até mesmo Portugal se manteve distante, na arquitetura da Colônia não se objetivava a criação de novos modelos. Então, reportar o aspecto das edificações e dos núcleos urbanos (Fig. 11) era a saída apresentada por cidadãos que não questionavam o poder vigente, representado pela nobreza ou pela fé. Talvez obrigatória enquanto possibilidade para os mineiros, diante de uma sociedade que se formava, constituída por indivíduos de procedências variadas que, na falta de oportunidades na sua origem, nada mais ansiavam além de enriquecer com a exploração do ouro. Lima Júnior (1965)



considera, com a afirmação abaixo, sobre a semelhança da arquitetura colonial brasileira com a produzida em Portugal:

Mostram-nos, ainda hoje, as cidades e povoados que nos ficaram do século XVIII, seus largos cheios de casarões assobradados e extensas e tortuosas ruas de modas reproduzindo, integralmente, aspectos das portuguesas, na estreiteza, na tortuosidade e no estilo das construções. (LIMA JÚNIOR, 1965, p. 183)



Fig. 11: Bairro do Rosário em Ouro Preto (MG).  
Fonte: Foto do Autor.

A formação de uma sociedade mineira, definida por um caráter exclusivamente urbano, influenciou de maneira particular a produção arquitetônica local, já que a obrigação de permanecer naquela terra implicou na necessidade de se construírem casas, a fim de abrigar os que se deslocaram para a região. Como consequência desse evento, teve-se o emprego de materiais construtivos diferentes dos que eram utilizados em outras partes da Colônia. Um fato exemplar dessa condição ocorria diante da impossibilidade de trazer a pedra de lioz importada do Reino, largamente empregada nas vilas litorâneas por imposições da Coroa, por causa dos meios de transportes existentes. Habitar a região implicou na adaptação tecnológica ao novo sítio e aquilo que lhe era oferecido como matéria-prima para construção.

Desde cedo com o início da exploração do Brasil por Portugal, desenvolveram-se, próximos ao litoral, núcleos humanos que foram constituídos com uma linguagem construtiva comum, conseqüentemente, trazida para Minas Gerais junto com os novos habitantes. Era corriqueiro nestes locais, a vida ser dividida entre um período de estadia na vila e outro na

lavou, excetuando-se algumas cidades como Salvador e Paraty, onde a economia induzia ao viver urbano. Portanto, diante dessa situação, em grande parte das vezes, a habitação urbana não continha a presença dos proprietários por prolongadas temporadas. Diferentemente da ocupação litorânea, o estabelecimento na região mineira provocou uma situação díspar, significava habitar a casa de fato.

Logo após o início da atividade mineradora, estabelecidos os primeiros povoados, desenvolveu-se um viver regulado em relações cidadinas, difundidas, na época, por indivíduos de procedências e índoles diversas. As vilas coloniais mineiras comportaram contatos sociais forçados, ocorrentes entre costumes preservadores da intimidade familiar e em um universo comum, no qual, somente homens brancos existiam enquanto cidadãos. As relações humanas nas Minas, como em toda a Colônia, forçavam as famílias à proteção, culminando em edificações encerradas em si mesmas. Estas ocorrências foram descritas por diversos viajantes, como o arquiteto francês Louis L. Vauthier em meados dos oitocentos, que descreveu em Pernambuco a existência de residências que se assemelhavam a prisões, isoladas do exterior por “treliças e urupemas” e internamente defendidas por alcovas e camarinhas. Gilberto Freire relata, ao introduzir a obra de Vauthier (1975), a existência, no nordeste brasileiro do séc. XIX, da necessidade de preservar a mulher (moça) do contato externo:

[...] Vauthier nas suas inovações de plano de casas de residências deve ter tido que vencer no espírito das famílias mais conservadoras o apego à verdadeira instituição – a instituição sagrada – que era nas habitações daqueles dias a alcova ou a camarinha sem luz nem ventilação, é certo, mas ao abrigo de olhos indiscretos e segura contra o perigo dos raptos. [...] a alcova para as sinhás-moças [...] era quase sempre sem janelas. Onde devemos considerar as moças dos sobrados e das casas-grandes antigas prisioneiras mais bem guardadas do que presos na Cadeia do Brejo [em Pernambuco] construída ou planejada por Vauthier com tanta atenção pelos detalhes de segurança. (VAUTHIER, 1975, p. 18-19)

O desejo de proteção no seio familiar era consequência da presença árabe na Península Ibérica. Historicamente, a permanência de povos muçulmanos em Portugal, divididos entre uma maioria berbere, migrada do norte da África, e uma parcela menor derivada do Oriente Médio, que detinha o poder na região, deixou influências marcantes no gênio português. Os costumes cotidianos, a afeição ao mar, a adoção da escravidão e a poligamia nada mais eram que estirpe moura inserida na cultura de Portugal, que ganharam novas conotações após a fundação de uma nação neste país. Aspectos como a poligamia, por exemplo, foram dissimulados após a reconquista cristã na Península, entretanto, possuía muitos adeptos em

terras brasileiras<sup>14</sup> (Fig. 12). Lima Júnior (1965) cita em sua obra detalhes desse costume da época, na qual o autor trata do assunto como o “hábito da concubinagem”:

O hábito da concubinagem a que é tão afeito o imigrado português de todas as camadas sociais, era generalizado na incipiente Capitania, e os anos, quando muito atenuaram, ainda hoje sendo um problema social nesses territórios. Mesmo entre as grandes famílias regularmente constituídas e que eram de prosápia, constatavam-se, às claras, o costume de terem seus chefes várias concubinas teúdas e manteúdas, toleradas e, às vezes, sob o mesmo teto, numa estranhável mistura, sendo os bastardos reconhecidos e contemplados nos testamentos usando dos nomes paternos. (LIMA JÚNIOR, 1965, p. 122)



Fig. 12: Um Senhor e seu harém particular.  
Fonte: Site da Internet.

A concubinagem era um fato recorrente na sociedade lusitana. Com a recristianização de Portugal, nos fins da Idade Média, estabeleceu-se a monogamia como regime de casamento oficial. No entanto, apesar de proibido pela religião, o hábito de se ter várias esposas continuou a povoar as mentes portuguesas. Interessantemente, isso provocou uma divisão física nos sobrados na intenção de proteger as mulheres que estavam sob o jugo do proprietário da casa. Giordani (1976) define este local da seguinte maneira: “A parte da casa habitada pelas mulheres e crianças e rigorosamente interdita a homens estranhos era o harém (=santuário, lugar escondido). [...] No harém dominavam as mulheres e situava-se, portanto, o centro da vida familiar” (GIORDANI, 1976, p. 205).

<sup>14</sup> “[...] Tudo isto colocava estímulos e facilidades para as uniões esporádicas, instáveis e ilícitas, tornando perfeitamente aceitáveis algumas delas – adultério masculino, prostituição e concubinato – em particular se vitimassem os *desiguais*, os subalternos. Tais ilicitudes, do ponto de vista de alguns representantes dos grupos dominantes, como Tomás Antônio Gonzaga, eram totalmente admissíveis, desde que se restringissem ao universo do privado, não invadissem o espaço público. [...]” (VILLALTA, 1998, p. 78)

Para não concorrerem com o senhor no domínio das mulheres, os filhos adolescentes e os escravos homens eram alojados no andar térreo, distante dos locais destinados à vida feminina. Vauthier (1975) apresenta suas observações sobre as habitações pernambucanas e insere um fato extra a esse contexto, quando indica outro uso para os quartos localizados no pavimento inferior, o de abrigar hóspedes. Este autor discorre sobre a utilização dos térreos nos sobrados<sup>15</sup>:

[No andar térreo] o aposento estreito da frente é reservado aos escravos homens, que, sem ele dormiriam nos corredores ou nos patamares, e o quarto que dá para o pátio serve para acolher hóspedes e os parentes que chegam do interior, – coisa necessária em um país onde não há hotéis para viajantes, – ou é destinado a rapazes ou aos filhos que passaram de quatorze ou quinze anos. (VAUTHIER, 1975, p. 43)

A cultura árabe foi sem dúvida uma das influências mais significativas na constituição da habitação no Brasil Colônia. Interessantemente, as edificações produzidas na América Portuguesa empregavam uma tecnologia construtiva desenvolvida por várias vertentes, encontradas tanto nas primeiras cidades da Babilônia, quanto nas que foram difundidas pelos romanos em todo o seu Império. Entretanto, quando se concebiam os espaços internos raramente se fugia à regra comum, estabelecida por costumes como a proteção familiar, por exemplo, hábito frequente no mundo islâmico. As barreiras criadas para isolar a família tinham, normalmente, a intenção de preservar a mulher do contato externo. Aos homens estava permitida uma vida social mais abrangente, conformadas entre atividades comerciais, religiosas, políticas ou militares.

Derivados da arquitetura árabe, os muxarabis e as treliças (Fig. 13) seriam aparelhos bastante úteis, desenvolvidos para preservar a privacidade familiar. Segundo Rodrigues (1975, p. 305-307), “nos sobrados, numa ou mais janelas, era aplicado o [muxarabi]: caixas de rótulas, com as folhas móveis, geralmente abrindo de baixo para cima, à moda árabe, como proteção contra olhares indiscretos”. Estes elementos eram colocados nas janelas e possibilitavam, assim como as rótulas, gelosias e fechamentos de esquadrias semelhantes, tanto a entrada de luz e ar, quanto olhar por uma trama de madeira sem ser visto. Atrás dessas barreiras desenrolava-se a vida da família, os afazeres domésticos e o controle do que acontecia do lado de fora. Condição extremamente desejada em uma sociedade que tinha como característica o encerramento da

---

<sup>15</sup> “As casas térreas sempre foram relacionadas à pobreza, ao estrato popular: os nobres portugueses sempre fizeram questão de morar em casas de mais de um andar, nos assim chamados sobrados. Com a evolução histórica dos domínios e das conquistas, a diferenciação entre nobres e plebeus, suseranos e vassallos foi atenuada, e qualquer cidadão português aspirava a morar num sobrado. [...]” (WEIMER, 2005, p. 206)

mulher dentro da casa e era regulada por conceitos culturais e religiosos rígidos. O espreitar da conduta alheia e até dos pensamentos constituíam-se como necessidades.

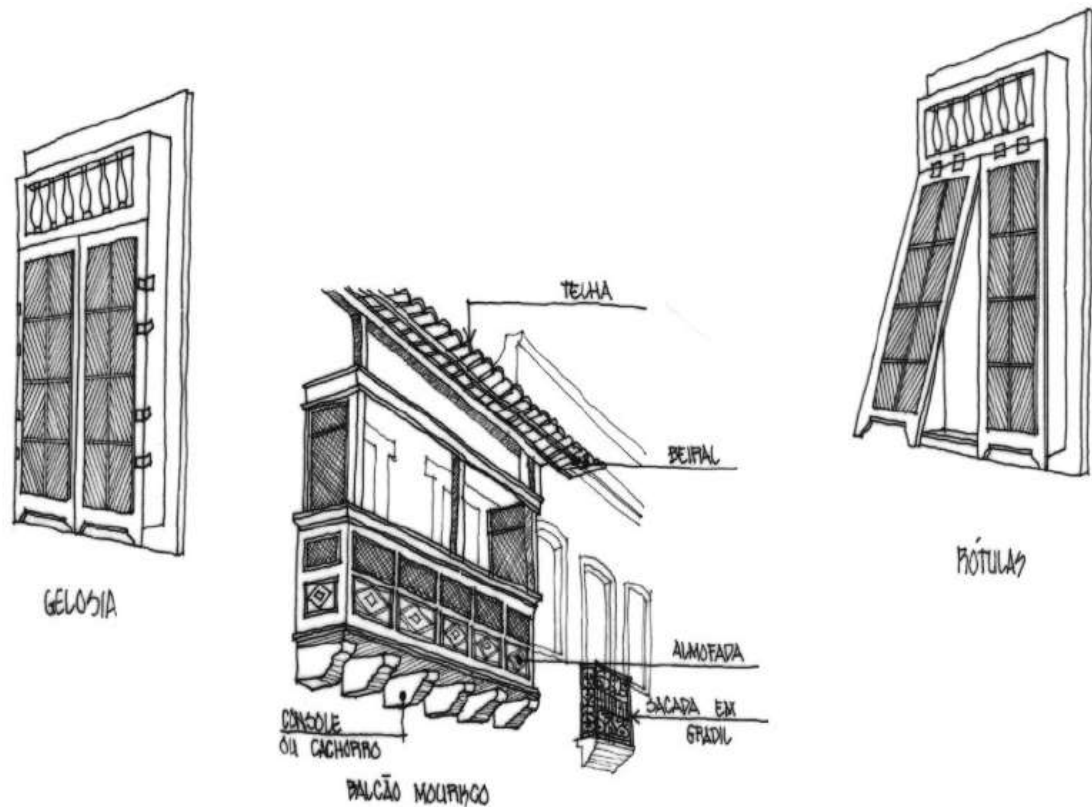


Fig. 13: Ilustração do tipo de fechamentos com treliças.  
Fonte: (IPHAN/Monumenta, s/d, p. 220)

Atualmente, não é possível encontrar os muxarabis nas cidades coloniais, já que ao longo dos séculos XIX e XX, praticamente, todos foram retirados das antigas edificações. Porém, através dos relatos de viajantes que passaram pela Colônia é possível concluir que esses existiram em abundância nos sobrados brasileiros. Estevão Pinto (1975) relata a ocorrência do muxarabi nas habitações do séc. XVIII, relação entre os costumes culturais dos povos árabes na vida da família e da mulher, que vieram via colonizador para o Brasil:

O muxarabi era um complexo cultural, a que estavam relacionados numerosos costumes sociais de formação mourisca, logo absorvidos no Brasil com maior ou menor intensidade, - o hábito de a mulher não aparecer aos estranhos, de sair com o rosto coberto, de viver com as pernas cruzadas no tapete, de não frequentar certos lugares-tabus na casa... (PINTO, 1975, p. 85)

A necessidade de proteção do universo feminino no séc. XVIII ganhava conotações bastante reguladoras, velavam-se, no seio familiar, conceitos como a proibição para as mulheres

de frequentarem o meio social. Nesse cotidiano, de exclusão e existência voltada somente para a família, as relações externas possibilitadas às mesmas definiam-se, comumente, através das obrigações religiosas. Sobre a imposição de reserva aos contatos com o meio social, Omeña (1971) discorre acerca desse tema cultural complexo, quando compara o modo de proteger a casa com vestir das mulheres:

É curioso que a roupa e a casa se unam na composição da mentalidade das gentes. Talvez por isso que casaco e casa, e cabana e capa tenham origens etimológicas nas mesmas raízes. Mulheres que vivem em casas sem luz, sem fresta ou frincha que lhe abrissem o claro horizonte da praça e da rua, não suportam outras roupas senão as que, mesmo na praça as enclausurassem na baeta e na mantilha, como as paredes de taipa e as urupemas as encerravam em casa. Pudor! Dignidade! Baetas! O fato é que não houve lei que as arrancasse daquelas cabecinhas misteriosas o tapume horroroso. (OMEGNA, 1971, p. 143)

Outro hábito praticado pelo árabe estabelecido em Portugal, a ser destacado pela influência direta sobre a cultura brasileira, era a escravidão<sup>16</sup>. Este povo inseriu na Península Ibérica o costume de empregarem-se escravos para as tarefas básicas. O cativo na cultura árabe geralmente desempenhava funções domésticas e suas relações com os seus senhores se tornavam mais próximas do que aqui se deram, produzindo, inclusive, possibilidades para as trocas culturais. Os negros, por exemplo, como cita Giordani (1976), “são sobretudo recomendados para os trabalhos domésticos e as mulheres como concubinas ou amas de leite”. Nota-se, que além de utilizados como força de trabalho, já se constituía o costume da concubinação com as mulheres negras e o papel como ama de leite, tão presentes no Brasil colonial. Entretanto, diferentemente do mundo islâmico, o negro na Colônia não se submeteu às condições mais respeitadas como no primeiro. Vauthier (1975) relata sobre as condições as quais eram submetidos os escravos, descritas da seguinte maneira:

[Na senzala] vegeta, propaga-se, envelhece e morre essa população humilde, mansa e submissa, essa raça [negra] duramente explorada, à qual foi tão fatal a ardente comisseração do bom Las Casas pelos infelizes índios. Nada mais monótono do que essas existências voltadas a um trabalho de que é banida toda inteligência e que não solicitam esperanças vivificantes, objetivos sempre renovados dos esforços humanos, tais como uma situação melhor, uma família a fundar, um repouso merecido para a velhice. (VAUTHIER, 1975, p. 92)

---

<sup>16</sup> “Os escravos desempenhavam papel relevante na família muçulmana medieval. Até mesmo os pobres possuíam, frequentemente, ao menos algum escravo que, naturalmente, devia participar da indigência dos senhores. Os ricos mantinham grande número desses servidores atribuíam-lhes, não raro, funções semi-autônomas.” (GIORDANI, 1976, p. 205)

Considerando-se as habitações destinadas aos cativos, tratavam-se, geralmente, de espaços minúsculos e insalubres. No nordeste brasileiro, as senzalas<sup>17</sup> se constituíam como abrigos isolados das Casas-Grandes, já nas vilas mineiras, esse costume não era tão comum. Normalmente, na região mineradora utilizavam-se dos porões ou andares térreos dos sobrados para abrigar os negros ou, em casos mais esporádicos, em pequenas edificações nos fundos do lote, como as que existiram junto à Casa dos Contos em Ouro Preto. Apesar de constituídas de formas diferentes, Vauthier (1975) descreve uma senzala pernambucana do séc. XIX, que permite um entendimento sobre os locais utilizados como abrigos para os escravos (Fig. 14):

Difícilmente uma habitação humana poderá ser reduzida a uma expressão tão simples. A terra nua constitui o seu piso. As dimensões de cada cubículo atingem apenas a 3 metros ou 3 metros e meio quadrados. A porta, que se abre sobre a pequena galeria externa, é a única abertura prevista. As paredes são de pau-a-pique. [...] Cada um desses compartimentos estreitos contém, quer uma família inteira, quer dois ou três celibatários. (VAUTHIER, 1975, p. 91)

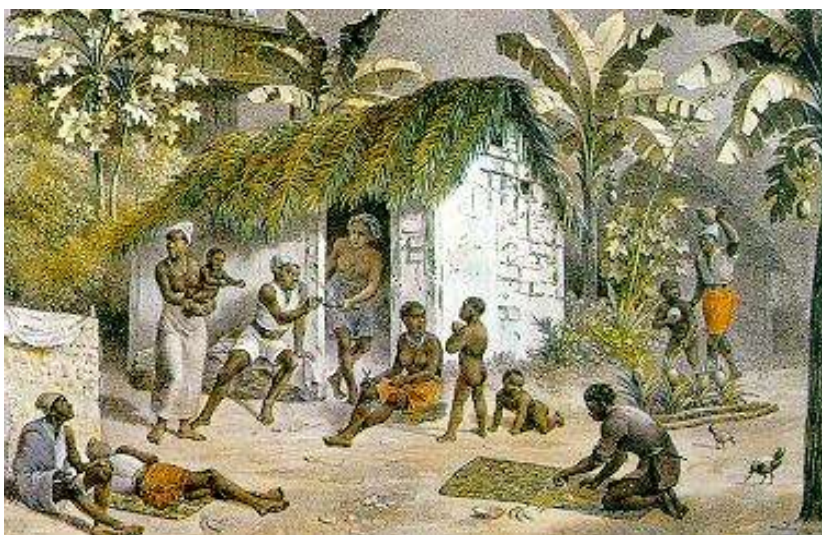


Fig. 14: Habitação de uma família negra no séc. XIX.

Fonte: Site da Internet.

O escravo era responsável por todo tipo de tarefas, e coube a ele gerar a força de trabalho necessária para o funcionamento da Colônia. Esses homens foram empregados na construção civil, tanto quanto nas diversas funções destinadas à mineração, serviços domésticos, lavoura e todas as atividades que necessitavam de trabalho manual, já que aos brancos era interdita essa possibilidade. Nesse contexto a escravidão foi tão importante,

<sup>17</sup> “[...] A forma de aldeias compostas por casas geminadas de um só compartimento dispostas ao longo da rua (onde a separação seguia preceitos clânicos) era comum no norte de Angola e denominada de *sanzala*. Tratava-se, portanto, de uma forma tradicional da arquitetura angolana em que a interferência escravocrata parece ter se reduzido ao fato de que o pé-direito dessas construções foi consideravelmente aumentado para que o escravo não pudesse se enforçar [...]” (WEIMER, 2005, p. 217)

porque em uma economia colonial, voltada especificamente para a exploração de bens primários, o trabalho assalariado oneraria o custo de produção. Rebatia-se sobre isto, ainda, uma questão racial, onde o homem branco estava destinado a um lugar de privilégio na sociedade, como Vasconcellos (1977) cita, aos fidalgos estava proibido o “pegar da vara para vender o pano”, ou seja, não só o comércio que era praticado pelos plebeus, mas todo ou qualquer ofício manual. Contextualizando essa ocorrência, Omeña (1971) oferece um bom relato sobre as funções exercidas pelos negros:

É verdade que o negro era de alta capacidade para o trabalho. Ao lado do branco rezador, dorminhoco e sensual, coube-lhe tudo fazer. Pescava, cuidava do curral, da pocilga, da cavaliça, do galinheiro, carregava potes de água, cuidava das roças de feijão, da mandioca, do milho, capava os tabuleiros de fumo, aguentava os picos dos canaviais, alisava os canteiros dos jardins ou das hortas, dava duro na cozinha, na copa; ainda fazia serviços de ganho, na rua; era alfaiate, carapina, pedreiro, carreiro, taieiro, mecânico, pintor, boleiro e, quando preciso, ajudava o patrão a ajustar contas com inimigos valentes, como capanga, em cujas mãos e fidelidade o senhor entregava a vida, a família e os bens. (OMEGNA, 1971, p. 178-179)

A escravidão impulsionou a economia colonial, mas ao mesmo tempo emperrou a evolução tecnológica na Colônia. É certo que a Coroa Portuguesa estabelecia proibições constantes, com objetivo de impedir o progresso de atividades que permitissem a não-dependência dos produtos da Metrôpole. A manufatura, a educação, as relações comerciais com outros países, nada disso estava consentido aos colonos, principalmente, para a parcela mais pobre do povo. Indiscutivelmente, a aversão portuguesa ao desenvolvimento econômico do Brasil teve uma parcela significativa na defasagem tecnológica. Porém, a cultura de empregarem-se cativos para todo tipo de atividade e, conseqüentemente, o estabelecimento do trabalho braçal puro como força motriz da produção, sem a necessidade de criarem-se instrumentos novos para a realização de tarefas, culminaram em um atraso de evolução técnica sem precedentes tanto em Portugal quanto aqui.

Na construção civil, as técnicas construtivas permaneceram como na Idade Média, inalteradas e reproduzidas continuamente durante todo o período colonial. A riqueza mineral produzida pelo ouro permitiu que manifestações artísticas peculiares se desenvolvessem na região mineradora, entretanto, em nada modificou a forma de construir os edifícios. O emprego de uma tecnologia restrita (Fig. 15) definiu uma linguagem arquitetônica comum em toda a Colônia. O máximo de liberdade criativa permitida estabelecia-se na adaptação de alguma matéria-prima não conhecida pelo construtor à sua necessidade, hábito recorrente na escolha das madeiras e das jazidas de pedras existentes em algumas vilas mineiras. Gilberto Freire, ao



introduzir a tradução das cartas do arquiteto francês Vauthier<sup>18</sup>, apresenta uma observação sobre a defasagem tecnológica da construção civil em Pernambuco no séc. XIX:

[...] a serviço de Vauthier ficariam numerosos operários alemães – um deles o excelente mestre carapina André Zacher – introdutores no Brasil de várias inovações nas artes de pedreiros e carpinteiros; de técnicas ignoradas pelos bons mestres portugueses e mulatos dessas artes, homens que até então se conservavam quase medievais nos seus processos de construir casas. (VAUTHIER, 1975, p. 9-10)



Fig. 15: Negros serradores de tábuas.  
Fonte: Site da Internet.

A obrigação de se adaptar aos materiais de construção, disponíveis em cada sítio, implicou na adoção de sistemas construtivos variados em toda a Colônia<sup>19</sup>. Nas vilas mineiras, de acordo com a abundância de uma matéria-prima em detrimento da outra no local, e do processo evolutivo de cada núcleo humano, optou-se por paredes com fechamento em pau-a-pique ou adobes, embasadas por alicerces produzidos com material pétreo, estruturadas por “gaiolas” de madeira e telhados de duas ou quatro águas.

A ocupação do terreno natural influenciou de maneira decisiva a forma de edificar. Produzir edifícios em ladeiras íngremes acabou por definir a necessidade destes se complementarem na função estrutural, considerada por diversos autores como uma das

<sup>18</sup> Arquitetura Civil I: Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. São Paulo: FAUUSP e MEC-IPHAN, 1975. p. 01-94.

<sup>19</sup> “[...] Naturalmente, no início, se experimentou de tudo e, com o tempo, as técnicas, segundo as conveniências locais, foram se depurando e selecionadas de acordo com os materiais disponíveis. No começo, cada um fazia o que sabia, depois, fazia-se o que convinha. A madeira estrutural, para citarmos um caso, ficou só nos telhados, porque sempre foi presa fácil dos insetos xilófagos, especialmente as brancas. As chaminés logo desapareceram, por terem surgido modos mais facilitados de cozer nas varandas, ou nos quintais. Os programas de necessidades domésticas também acomodaram às condições tropicais e à presença escrava intramuros. [...]” (LEMOS, 1979, p. 42)

condições para a constituição de edificações geminadas, conhecidas na região como “casas de parede-meia”. Apesar da topografia existente nas vilas mineiras contribuir para este tipo de ocupação, diversas vilas brasileiras tinham esse formato de implantação onde o terreno era plano e permitiria outra solução.

Apesar de hoje verificar-se a predominância de alguns sistemas construtivos nas vilas coloniais mineiras, outros tantos foram experimentados. Demonstração desse fato tem-se com o avanço bandeirante sobre a região e, conseqüentemente, com o estabelecimento desses com a descoberta do ouro, que consigo trouxeram os edifícios construídos em taipa-de-pilão. No entanto, em boa parte dos sítios ocupados esse processo de construir não se mostrou oportuno, devido à inclinação elevada dos terrenos e da má qualidade da terra para este tipo de tecnologia. Interessantemente, mesmo construídas com material diferente, os bandeirantes conservaram a tipologia arquitetônica presente nos exemplares paulistas.

Vauthier (1975) ilustra a necessidade de adaptação aos materiais de construção existentes em cada lugar, ao descrever a arquitetura pernambucana do séc. XIX. De acordo com as palavras do autor, é possível identificar que a escolha da matéria-prima se dava pela disponibilidade de cada uma e da simplicidade em empregá-la. No trecho a seguir tem-se a observação feita acerca dessa situação:

[No interior de Pernambuco] os gnaisses e os xistos grosseiros [são] frequentemente empregados [como] alvenaria de pedra nas paredes espessas. Enfim, encontraremos ainda, procurando bem, casas de taipa que caracterizam a Província de São Paulo, e construções de pau-a-pique de grande diversidade de espécies. Mas, como regra geral, na arquitetura urbana propriamente dita, esses sistemas diversos constituem uma exceção. O comum é o tijolo que geralmente não é caro e cuja mão-de-obra não exige nem grandes cuidados nem grande habilidade, e permite dar às paredes uma espessura pequena. (VAUTHIER, 1975, p. 48)

Como um último fator social a ser abordado, dá-se a necessidade de discorrer sobre a formação de uma sociedade a par da existente, formada por indivíduos derivados das relações entre os portugueses e as mulheres negras ou indígenas. O mestiço acabou por representar uma parcela significativa da população da Colônia, dividido em um ambiente escravocrata, rígido e excludente, onde que este, por não serem escravos nem senhores, era exposto como “gente liberta, sem criação, sem meios de alimentar-se, sem costumes e com a louca opinião de gente forra não deve trabalhar” (VASCONCELLOS apud Teixeira de Savedra, 1977, p. 43).

Na construção civil mineira, o mestiço teve uma participação importante. Artistas mulatos, como Aleijadinho e Athaíde, destacaram-se na produção artística realizada na

ornamentação de templos religiosos do séc. XVIII<sup>20</sup>. Provavelmente, em conjunto com os mestres portugueses, esses artífices mestiços constituíram uma parcela importante da mão-de-obra disponível para a arquitetura da época.

Alguns autores levantam a tese da atuação de mulatos como arquitetos. Acredita-se que Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, seja o produtor do risco da Igreja de São Francisco de Assis em Ouro Preto. No entanto, apesar de não comprovado por documentos da época, seria bastante provável que estes homens tivessem exercido a função de *Mestres de Risco*. Talvez, como responsáveis na produção da arquitetura vernácula mineira.

A atuação de mestiços na construção civil mineira é identificada por diversos relatos da época, no entanto, não é possível afirmar se a ocorrência se deu em toda a Colônia. Em locais onde a produção econômica era insipiente, provavelmente, estes homens não tiveram alocação garantida no sistema<sup>21</sup>. Omegna (1971) discorre sobre a marginalidade e a situação dos mestiços na sociedade da seguinte forma:

Essa focalização contínua de sua repelida origem racial [mestiços] fá-lo preocupar-se excessivamente de sua pessoa. Torna-se um problema permanente para si mesmo. Daí decorrem feições perigosas da nossa sociedade, engendradas ao influxo do desapontamento e frustração da densa massa de indivíduos marginais que a vai integrando – tais como a imprevidência econômica, o desprezo à lei, o abandono das normas de conduta. O rebelado, o valentão, o boêmio, o feitor maldoso, o Don Juan pachola, o chefe mesquinho, o cangaceiro perigoso nascem quase sempre da mesma matriz da marginalidade que começou a se elaborar nos quadros de uma sociedade cuja estrutura, fundada na estratificação econômica, embarçava a promoção de quem não queria ser mão-de-obra barata e não podia ser proprietário poderoso. (OMEGNA, 1971, p. 186)

Toda essa variedade de fatos e observações pode ser verificada dentro de uma sociedade marcada por uma influência cultural muito forte. O português singrou os mares e instituiu diversas povoações em toda a Rota das Índias, ocupou o Brasil e aqui fundou uma povoação aos moldes de sua terra natal. O grande feito desse povo, apesar de pouco numeroso em habitantes, foi, sem dúvida, através de seus costumes, garantirem uma unidade indiscutível em seu vasto império. Em Minas Gerais, no litoral ou em edificações produzidas na África ou na Ásia, o lusitano se adaptou ao sítio e impôs sua linguagem arquitetônica, medieval, tecnologicamente atrasada, mas perene em todo o seu espaço.

<sup>20</sup> “A arte no Brasil colônia atingiu um ponto culminante na primeira década do século XIX, com as pinturas de tetos em estilo rococó de Manoel da Costa Athaide, e as estátuas dos profetas de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, para a igreja da peregrinação de Congonhas do Campo [...]” (Bury, 2006, p. 197).

<sup>21</sup> A produção artística estava intimamente associada à existência de riqueza no local. Na região mineradora, o fluxo de recursos proporcionados pelo ouro tornou o ambiente bastante propício no campo da arte. Em outros locais da Colônia por onde não circulavam as mercadorias exportadoras, a pobreza geral, que assolava as vilas e as cidades do período, inviabilizou o desenvolvimento de manifestações artísticas de destaque.



Fig. 16: Vista geral de Ouro Preto, Minas Gerais.  
Fonte: Foto do Autor.

### **Considerações Finais sobre o Capítulo**

O desenvolvimento do Brasil ao longo do séc. XX extirpou da maioria das cidades antigas suas casas térreas de “porta e janela<sup>22</sup>” ou os sobrados debruçados sobre as ruas. Muitas vezes, o traçado dessas estava configurado em um modelo luso-árabe, de vielas estreitas e esparramadas sobre as encostas. O português colonizador soube tirar vantagem das influências construtivas que passaram pelo solo de seu país. Adaptando-se a cada sítio, configurou suas vilas e cidades de acordo com a situação mais propícia, sejam elas constituídas em um padrão urbano árabe-medieval, produtor de uma cidade alta e uma cidade baixa, ou em traçado xadrez do qual era tão afeito o romano.

A habitação vernacular mineira é fruto de um sem fim de influências culturais que interferiam na vida do homem do séc. XVIII. Obrigações, restrições, hábitos familiares dissimulados, trabalho escravo e tantas outras condições definiram o desenvolvimento de um tipo de arquitetura singular. A rígida divisão social, somada a uma economia colonial exaustivamente exploradora, produziram no Brasil senão exemplares simples, raramente diferenciados dos demais.

Contrária à arquitetura popular era a tendência de se construir os prédios públicos e templos religiosos, sempre que possível, faustosos e imponentes. Intrigantemente dispostos

---

<sup>22</sup> “A casa de porta e janela foi a forma de habitação mais importante no Brasil até o fim do Império, fazendo a delícia dos viajantes que aqui aportaram depois da quebra do monopólio comercial português. [...]” (WEIMER, 2005, p. 100)

em uma vida regulada pela mão do Rei ou de Deus, em um viver barroco por essência, a monumentalidade destes edifícios representava a presença do poder e, certamente, assumia a condição de confortar homens tão presos a instituições culturais e a uma sociedade estratificada, dependentes da escravidão para fazer funcionar sua máquina social.

# Capítulo II

## A Habitação

## A HABITAÇÃO VERNACULAR MINEIRA NO SÉCULO XVIII

### A Arquitetura Colonial e a Concepção da Identidade Nacional

Em consonância com os conceitos abordados no capítulo anterior, pode-se concluir, por exemplo, que a arquitetura mineira do período colonial se constituiu como reprodução de um padrão criado em Portugal. Adaptável aos materiais existentes em cada sítio ocupado, essa tipologia de construção foi moldada por tradições seculares e, durante a era colonial, foi transplantada da pátria-mãe para o Brasil com pequenas alterações.

O colono do séc. XVIII não se dispôs a ousar na constituição da sua morada. Indiferente à liberdade concedida para construir a casa como lhe conviesse, desde que da porta para dentro, o construtor mineiro reproduziu o mesmo modelo predominante na Metrópole. Cabia às Câmaras estabelecer a normatização que definia as fachadas, porém, o mesmo não ocorria para o restante da construção. Ao dividir internamente a edificação, seguia-se o lugar comum existente desde os primórdios da ocupação, definido pela setorização dos espaços de acordo com os padrões culturais da época. A tipologia da arquitetura produzida estava marcada no subconsciente da população, como um conceito estabelecido, onde não cabia a discussão sobre a validade da regra.

Um modo de vida regrado entre diversas condicionantes culturais, determinadas segundo as tradições que formaram a cultura portuguesa, não dava margem ao povo para a possibilidade de mudança. Cabia ao Rei permitir a formação de novos conceitos, como, por exemplo, o que foi implantado na arquitetura portuguesa pelo Marquês de Pombal, durante a reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755<sup>23</sup>. Ainda assim, a necessidade gerada pela catástrofe não implicou em mudanças significativas nas habitações vernáculas, além do sistema construtivo empregado. A monumentalidade do edifício continuava a não ultrapassar as esferas do poder.

Os edifícios mais representativos do período colonial brasileiro se resumiram a Casas de Câmara e Cadeia, Igrejas, alguns Solares e Casas-Grandes. No âmbito popular, a arquitetura civil jamais adquiriu posição de destaque, não obstante, senão a capacidade de se

---

<sup>23</sup> Em 1755 um terremoto devastou Lisboa, deixando milhares de mortos e mais da metade da cidade destruída. Coube ao Marquês de Pombal criar meios para a reconstrução da capital. Devido à urgência de construir casas para os desabrigados, buscou-se uma tecnologia rápida de ser executada. Optou-se por uma estrutura autônoma de madeira no sistema das *gaiolas*, com ensambladuras originadas na arquitetura japonesa (WEIMER, 2005, p. 186), que resistia aos constantes abalos sísmicos.

adaptar de acordo com a disponibilidade de material de cada sítio. As edificações do povo somente obtiveram notoriedade quando consideradas enquanto conjuntos urbanos, já no caminhar do séc. XX. De forma isolada, dificilmente as moradas dos antigos eram dignas de nota.

O modelo de edificação, que será descrito no decorrer deste capítulo, foi representativo até meados do séc. XIX, quando as influências artísticas trazidas pelas missões estrangeiras revolucionaram a arte nacional. Até então no país, as manifestações artísticas eram representadas segundo os conceitos estilísticos do Barroco e do Rococó. Afinadas por uma nova forma de vida, que almejava assemelhar-se à da sociedade europeia dos oitocentos, as casas ganharam novos elementos decorativos e funcionais. A abertura dos portos permitiu a entrada de materiais de construção até então desconhecidos dos brasileiros, fato que possibilitou dar outra aparência a arquitetura desenvolvida na época<sup>24</sup>.

A ornamentação eclética invadiu as fachadas, o porão alteou-se para dar um ar monumental ao edifício e os jardins davam graça a um novo conceito de construir, onde as paredes laterais deveriam estar livres. A porta de entrada saiu da fachada principal, acessava-se a edificação pelo lado, junto à varanda arrematada por guarda-corpo de ferro trabalhado. Da Europa chegavam móveis sofisticados e aparelhos sanitários, ambos praticamente inexistentes nas residências brasileiras. Concomitantemente, o escravo deixava de ser a força motriz da sociedade, assim, o negro deixava de corresponder à funcionalidade do lar e aos trabalhos da construção civil. A inexistência de cativos para desenvolver o serviço pesado permitiu a chegada de mestres de ofícios estrangeiros, que trouxeram consigo a tecnologia utilizada em seus países de origem, tirando do adormecimento de quatro séculos a arquitetura nacional.

Esquecida no Império e na primeira fase republicana, após o advento do modernismo no Brasil<sup>25</sup>, a arquitetura colonial brasileira adquiriu um caráter mítico. Simbolizada por um modelo imagético comum, as casas típicas dos séculos de domínio português eram representadas por edificações geminadas pintadas na cor branca, com janelas e portas coloridas de verga retas ou curvas, enquadradas por cunhais, encimadas por beirais ou cimalhas e cobertas por telhas cerâmicas em capa e canal.

---

<sup>24</sup> A abertura dos portos promulgada por D. João VI em 1808 permitiu a entrada de diversos produtos inexistentes no mercado da Colônia. Até esta data, o Brasil estava restrito ao monopólio metropolitano na economia, que restringia todas as negociações externas e permitia somente o comércio com Portugal. A inexistência de indústrias e o atraso cultural presente entre a população de ambos os países, aliadas a histórica dependência econômica com a Inglaterra, não permitiu o desenvolvimento de Portugal e consequentemente da América Portuguesa, apesar de toda a riqueza produzida pelo ouro e o açúcar durante a exploração colonial.

<sup>25</sup> O movimento criado com a Semana de Arte Moderna de 1922 propôs uma revolução na arte brasileira, abandonando-se os modelos europeizados até então difundidos, para representar uma identidade nacional verdadeira.



Houve, após a segunda década do séc. XX, a formação de um ideário de identidade nacional, representado por uma elite intelectual afinada com os movimentos modernos na arte europeia e na americana. Alinhados com os novos conceitos modernistas, diversos arquitetos desse período justificaram suas obras a partir de uma aproximação entre a arquitetura dos séculos de colonização e a que era desenvolvida por eles, ambas consideradas como autêntica criação brasileira<sup>26</sup>. Na verdade, almejava-se a negação do estilo anterior, o Eclético. Para justificar a nova arte de construir, se associava os edifícios criados por eles ao padrão artístico austero das edificações coloniais, livres dos excessos decorativos empregados na virada do século XIX e início do seguinte. Lia Motta trata no artigo publicado no livro *Oficina de Estudos da Preservação – Coletânea I* sobre a atuação dos modernistas na criação de uma identidade brasileira:

Os modernistas, organizados em torno dos debates sobre a identidade nacional desde o final da Primeira Guerra Mundial, tinham a determinação de construir uma feição brasileira para marcar uma civilização nacional. Esta foi atribuída ao *abrasileiramento* da cultura trazida pela metrópole, à força de um Brasil mestiço, que rompia com os determinismos de natureza biológica, buscando analisar e compreender os brasileiros a partir da dinâmica que se estabeleceu no processo de colonização. Criticavam o Brasil *europizado* do século XIX e valorizavam os traços primitivos da cultura brasileira do século XVIII, anteriormente considerados como sinal de atraso. [...] (MOTTA, 2008, P. 53-54)

A arquitetura colonial renasceu como aquela autêntica brasileira, indiferente da sua origem portuguesa. Os edifícios que escaparam do arruinamento representavam um passado glorioso, fruto de um resgate histórico comparável à formação dos mitos fundadores nas sociedades primitivas<sup>27</sup>. A necessidade de comprovar uma origem levou a considerações preconceituosas aos estilos que sucederam o período de dominação metropolitana, culminando em descaracterizações de diversos edifícios ecléticos, tidos como representantes de uma arquitetura importada e sem relação com uma identidade nacional<sup>28</sup>.

---

<sup>26</sup> Os arquitetos modernistas, para justificar o conceito difundido em suas obras, definiram as raízes de uma verdadeira arquitetura nacional nas edificações do séc. XVIII. No entanto, desconsiderava-se a arquitetura colonial como uma expressão portuguesa em sua essência, alegava-se que a arte da metrópole ao ser difundida na Colônia passou por um “abrasileiramento”, distanciando-a da origem européia.

<sup>27</sup> As sociedades primitivas criavam mitos fundadores, que eram recontados pela tradição oral, definindo suas origens e sua ancestralidade.

<sup>28</sup> Motivados pelo desejo de estabelecer uma uniformidade estilística nas cidades coloniais, os arquitetos modernistas promoveram inúmeras modificações nos edifícios ecléticos existentes nestes locais a fim de excluí-los ou, pelo menos, neutralizá-los no contexto. Durante os anos 40 e 50, chanceladas por Lúcio Costa, foram ordenadas alterações na composição das fachadas, retiradas de platibandas, mudança da volumetria dos telhados e instalação de beirais concordantes com a arquitetura colonial, para que o conjunto urbano do séc. XVIII tivesse uma leitura limpa, distante dos excessos das edificações do século seguinte.



Fig. 17 – Cine Vila Rica, antes de 1957 e em 2009.

Fonte: Esquerda – Acervo Digital: Núcleo de Ofícios | EARMFA | FAOP / Direita – Foto do Autor.

Ao rechaçar o Ecletismo, a elite artística da segunda década do séc. XX desconsiderou a contribuição desse estilo na arquitetura nacional. Reflexo de um período de abertura comercial do Brasil para o mundo e de uma incipiente proposta de modernização econômica do país, os edifícios ecléticos tiraram da letargia a produção arquitetônica vigente ao longo de todo o período colonial.

Na proposta de criação da identidade nacional, a arquitetura modernista no Brasil fundou suas raízes nas edificações dos séculos de exploração e as definiu como autênticas brasileiras. Entretanto, ao adotar esse conceito omitiu-se o fato de que, até a vinda da Família Real em 1808, não se desenvolveram outras manifestações artísticas senão aquelas que foram introduzidas por via do colonizador, de origem europeia por sinal.

### **Nota sobre o Desenvolvimento da Arquitetura em Portugal**

A formação histórica de Portugal produziu uma cultura heterogênea, decorrente da influência dos diversos povos que se estabeleceram na Península Ibérica. Cada um deles deixou, em maior ou menor grau, contribuições no campo da arquitetura, que foram repassadas ao Brasil via colonizador.

A Península Ibérica era um ponto estratégico para os diversos impérios que dominaram a Europa ao longo dos séculos. A localização na parte extrema do Mediterrâneo e a proximidade com o norte da África, via Estreito de Gibraltar, tornou as terras de Portugal e Espanha alvo de cobiça entre os governantes das potências militares da antiguidade. Os romanos, por exemplo, dominaram a região por mais de setecentos anos, contribuindo de forma significativa sobre a cultura local.

Exímios construtores, os homens da Roma Antiga revolucionaram a arquitetura portuguesa ao introduzir novas técnicas construtivas e a utilização racional dos materiais. Weimer (2005) relata acerca da contribuição da construção civil romana em solo lusitano:

Outro grande avanço da arquitetura romana [além da racionalidade na divisão do edifício] estava centrado na técnica de construção. Os romanos foram pioneiros em qualificar os diversos tipos de aparelhos [...] e os modos de colar as pedras (argamassa de cal e cimento). Talvez por isso as construções em madeira ficassem num plano secundário, ainda que aos romanos devesse ser debitada a grande racionalidade com que era empregado esse material. Possivelmente foram os romanos que introduziram a técnica da taipa (*opus formaceus*) e do adobe (*later*) na Península. Do Oriente, trouxeram as técnicas de produção de cerâmica (tijolos e telhas) e aperfeiçoaram sua produção. [...] (WEIMER, 2005, p. 82)

Alguns autores atribuem o amplo uso da terra como material de construção em regiões de Portugal como influência árabe. No entanto, Weimer (2005) destaca a introdução das técnicas da taipa e do adobe<sup>29</sup> como contribuição romana. É sabido que o Império Romano dominou quase todo o mundo conhecido na Antiguidade, compreendendo a maior parte da Europa Ocidental, parte da Península Arábica e Norte da África. Além de exercer o controle político, os romanos assimilaram as culturas dos povos conquistados e ampliaram de forma significativa o seu arcabouço de conhecimento em diversas áreas do saber. Em concordância com esse autor, é possível considerar que, de acordo com a formação histórica de Portugal, possivelmente a disseminação das construções em terra crua em solo português se deve ao período de dominação romana.

A discordância entre a origem da introdução da técnica da taipa e do adobe em Portugal deve-se a outro fato histórico, a dominação árabe na Península Ibérica durante quase sete séculos. Os mouros<sup>30</sup>, como ficaram conhecidos entre os cristãos portugueses após as Cruzadas, derivavam de locais onde era comum o emprego da terra como material de construção predominante. Oriundos de regiões áridas, onde inexistiam madeiras de boa qualidade e a ocorrência de chuvas era escassa, os construtores árabes tiveram que se adaptar ao meio e utilizá-lo a seu favor. Nesse ambiente além das técnicas citadas, os árabes

---

<sup>29</sup> “[...] Seu designativo português vem do árabe (*al tob*) e foi amplamente divulgado em Portugal durante o domínio berbere. Por ele se designa o tijolo cru, feito de argila compactada e, quase sempre, secado ao vento e/ou ao sol. Curado dessa forma, adquire maior resistência e permite que seja assentado com argamassa de barro. [...]” (WEIMER, 2005, p. 265)

<sup>30</sup> Após a derrocada do Império Romano no séc. V, os povos islâmicos da Arábia e do Norte da África avançaram sobre a Europa, e a partir do séc. VIII se estabeleceram predominantemente na Península Ibérica. Os dominadores eram divididos em duas classes os árabes e os berberes, de acordo com sua descendência. Os primeiros correspondiam à linhagem mais nobre, originária dos dissidentes dos califados árabicos e os segundos eram gente derivada do avanço do Islã sobre a região setentrional africana.

aproveitaram-se dos conhecimentos da fabricação cerâmica<sup>31</sup> para a construção civil, produto que se constituía em um método mais elaborado de trabalhar a argila, elevando-a a altas temperaturas para a vitrificação de seus componentes.

Hábeis no labor da argila e, coincidentemente, estabelecidos em uma região conquistada, que já havia sofrido diversas influências culturais ao longo de sua formação, os árabes, posteriormente, receberam o mérito pela introdução da técnica das construções em terra crua em Portugal. Esse fato deve-se a dois motivos principais, a ocupação moura ter se dado predominantemente no sul do país, onde outros materiais de construção eram escassos, e a familiaridade com a terra para construir seus edifícios. Toledo (1983) cita a predominância do emprego da taipa de pilão<sup>32</sup> nas áreas ocupadas pelos mouros:

[...] Essa técnica, como sabemos, era praticada no sul da península Ibérica, na região de maior influência dos árabes, principalmente os do norte da África. Essas paredes de terra socada de sessenta a oitenta centímetros de espessura, se protegidas da chuva, resistem indefinidamente. Grossas paredes e longos beirais são características essenciais da taipa de pilão. [...] (TOLEDO, 1983, p. 258)

Indiferente à origem da tecnologia, deve-se ressaltar que as construções em terra crua foram largamente empregadas no Brasil e constituíram o principal sistema construtivo em diversos locais da Colônia.

As contribuições dos povos árabes na arquitetura portuguesa se estendem a diversos outros pontos além do abordado. Porém, antes é preciso discorrer sobre a contribuição de outro conquistador da Península: os germânicos<sup>33</sup>. Com o enfraquecimento de Roma no séc. V, os habitantes do norte da Europa, conhecidos como bárbaros, avançaram sobre o restante do continente, dada a falta de um poder centralizante e de exércitos regulares para defender a imensa vastidão do império. Assim como todos os outros dominadores, sobrepujaram a cultura local e impuseram a sua sobre a população conquistada.

Na construção civil portuguesa pode-se destacar a contribuição dos povos germânicos através da introdução das estruturas em enxaimel, que se constituem pelo emprego

---

<sup>31</sup> Na formação das primeiras cidades na região da Mesopotâmia há mais de 5000 anos, a seleção de materiais para a construção dos templos e palácios levou a elaboração da cerâmica na forma de tijolos e ladrilhos. A necessidade de demonstrar perenidade para a moradia dos nobres provocou a produção de um material de maior resistência do que a terra crua, utilizada para edificar as casas dos homens do povo.

<sup>32</sup> “A técnica consiste em socar com um pilão – daí seu nome – terra levemente umedecida entre dois tabuados laterais (chamados de taipais), que são amarrados entre si e inferiormente com peças chamadas cangalhas ou agulhas. Para que a massa seja uniforme, a terra deve ser colocada aos poucos e apiloada uniformemente. Para iniciar a construção, os taipais são fechados nas duas extremidades por peças chamadas de frontais. [...]” (WEIMER, 2005, p. 258-259)

<sup>33</sup> Os povos germânicos permaneceram na Península Ibérica por cerca de 300 anos.

de peças de madeiras na sustentação do edifício. Weimer (2005) trata do assunto quando relata a evolução da arquitetura popular em Portugal:

A grande contribuição dos germanos para a arquitetura popular ibérica foi a introdução das estruturas em enxaimel. Trata-se aqui de uma concepção peculiar de construção em que cada parede era concebida como um plano independente, contido por um requadro de madeira formado por cunhais, um baldrame e um frechal. As aberturas eram formadas por outro requadro, em que as ombreiras eram contínuas para encaixar nas duas peças horizontais, a verga e o peitoril. [...] (WEIMER, 2005, p. 85)

Em Portugal, o enxaimel sofreu modificações com o tempo, tanto que nas publicações referentes à arquitetura colonial não é relatada a existência dessa técnica no Brasil durante o período. Segundo o autor citado “essa técnica chegou ao Brasil por duas vias: a primeira por Portugal, para onde foi levada pelos invasores germânicos que dominaram a Península entre 400 e 700 d.C., e a segunda por imigrantes germânicos provenientes de diversos países” (WEIMER, 2005, p. 237-238). Os primeiros relatos desse sistema construtivo apareceram mais tardiamente, com a vinda dos imigrantes alemães a partir do fim do séc. XIX<sup>34</sup>.

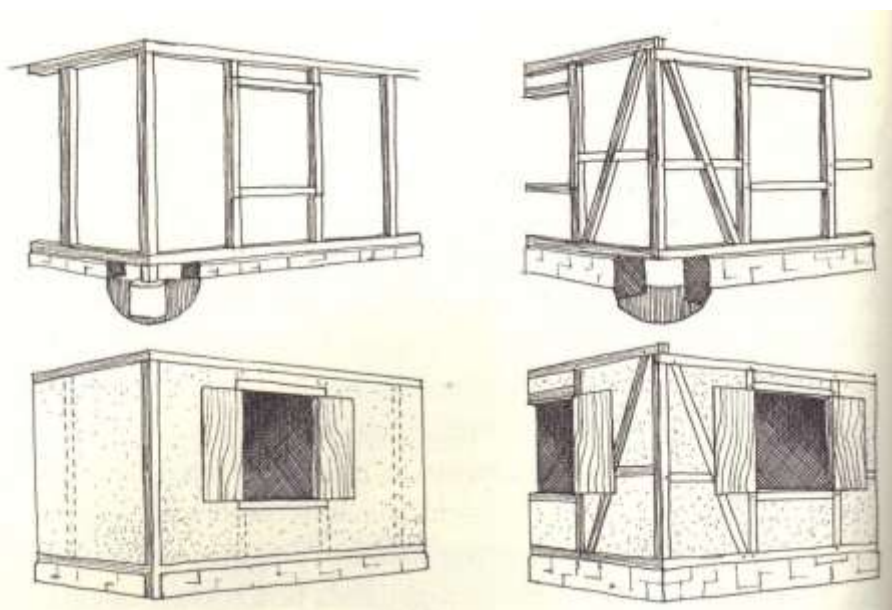


Fig. 18 – Diferenças entre o enxaimel português (esquerda) e o germânico (direita).  
Fonte: WEIMER (2005, p. 40).

<sup>34</sup> O incentivo à imigração para o Brasil, criado pelo governo brasileiro após o fim da escravidão, permitiu a entrada no país de muitos estrangeiros. Os colonos alemães se estabeleceram predominantemente na Região Sul, nas serras catarinenses e gaúchas. A arquitetura produzida por esse povo ficou logo conhecida pela utilização de peças de madeira formando requadros nas paredes. Bastante semelhante ao sistema estrutural em forma de gaiola das edificações coloniais, o enxaimel é erroneamente reconhecido como um sistema construtivo genuinamente introduzido no Brasil pelos migrantes germânicos do fim do séc. XIX e início do XX.

As condições naturais<sup>35</sup> e as influências culturais derivadas de outros povos foram determinantes para as variações ocorrentes no enxaimel português<sup>36</sup>. Weimer (2005) aborda a questão das alterações na aparência do sistema disseminado em Portugal do seguinte modo: “Talvez por influência da arquitetura romana o enxaimel ibérico se caracterizava por deixar aparente apenas o requadro – da parede e dos vãos –, fazendo com que os esteios fossem rebaixados para além deles a fim de que pudessem ser recobertos por argamassa [...]” (WEIMER, 2005, p. 85-86).

No Brasil, o enxaimel português foi empregado em larga escala nas construções em taipa de mão<sup>37</sup> e adobe, principalmente, na arquitetura colonial em Minas Gerais. Apesar da estética modificada, a estrutura de madeira produzida é muito semelhante à do enxaimel germânico, baseada em peças horizontais e verticais travadas internamente por outras colocadas em diagonal.

Retornando às influências mouriscas na arquitetura portuguesa, é necessário tratar sobre a composição étnica do dominador árabe que se estabeleceu em Portugal. A população islâmica que se deslocou para a Península Ibérica, apesar de reunida em torno de uma religião comum, não tinha uma origem uniforme. Conforme citado anteriormente, os seguidores do Islã que se dirigiram sobre a Europa estavam divididos de acordo com a procedência de cada grupo. Os árabes correspondiam à linhagem mais alta e ocuparam, predominantemente, a região da Andaluzia<sup>38</sup>, onde se localizavam as melhores terras. Aos berberes, que gozavam de menor importância entre os fiéis de Alá, restaram aquelas de pior qualidade, indo estabelecer-se majoritariamente no centro e no sul de Portugal.

Dividas as terras entre os conquistadores, os árabes ergueram seu califado na Espanha, enquanto coube aos berberes administrar Portugal. Apesar de governarem praticamente todo o país<sup>39</sup>, Lisboa, a cidade mais importante, estava sob o domínio árabe.

---

<sup>35</sup> As condições climáticas levaram os construtores na Norte da Europa a produzirem as estruturas em enxaimel sobre alicerces de pedra, que impediam o apodrecimento da base dos esteios por causa da umidade. Entretanto, em Portugal difundia-se o hábito de se enterrar essas partes dos apoios diretamente no solo, o que culminou em se desenvolver soluções para a preservação do material, alterando em partes a técnica original.

<sup>36</sup> “[No enxaimel português] os esteios eram parcialmente rebaixados, de modo que marcassem apenas os contornos das aberturas, e recobertos por argamassa nos trechos para além das aberturas. Essa forma de construção foi viabilizada pela baixa incidência de umidade em Portugal, ao contrário da Europa central, onde o solo molhado propiciaria o apodrecimento da madeira. [...]” (WEIMER, 2005, p. 239)

<sup>37</sup> O sistema denominado taipa de mão possui variações de interpretação. Para melhor exposição do quadro, o assunto será tratado no capítulo seguinte.

<sup>38</sup> A Andaluzia corresponde atualmente o que é o país da Espanha. O califado árabe, nas guerras de conquista do território, avançou sobre toda a Península Ibérica alcançando parte do território do sul da França. Entretanto, tanto nesse local quanto no Norte de Portugal, os árabes não conseguiram se estabelecer definitivamente devido à resistência imposta pelos habitantes dessas regiões.

<sup>39</sup> O domínio berbere somente não se estendeu ao norte de Portugal, onde estavam estabelecidos os cristãos.

Provavelmente, a capital era utilizada como forma de controle na região, um ponto estratégico, para impedir o crescimento exacerbado do poder berbere na Península e restringi-lo ao território português. Essa condição dava aos primeiros as ferramentas para a manutenção de seus interesses na região, apesar de corresponderem a minoria da população lusitana da época. Nesse contexto, a cultura portuguesa foi moldada pela presença berbere no país e não árabe como comumente se acredita.

A presença islâmica por quase sete séculos na região deixou diversas influências no cotidiano do povo lusitano e, conseqüentemente, foram trazidas para o Brasil. A partir do séc. XII, os cristãos do norte de Portugal avançaram sobre o restante da nação impondo à força sua religião. Para garantir o estabelecimento da nova ordem, os nortistas reprimiram os seguidores da fé no Islã e ignoraram os costumes muçulmanos existentes entre a população. Apesar do controle religioso, os dogmas cristãos não fizeram sucumbir por completo os hábitos islâmicos entre os habitantes do país, que continuou a existir nos lares portugueses de forma dissimulada. Devido a essa imposição cultural, indiferentemente de sua origem, os povos islâmicos, estabelecidos em Portugal e na Espanha, ficaram conhecidos pela alcunha de mouros.



Fig. 19 – Esquerda – Mapa de Portugal / Direita – Avanço cristão sobre os muçulmanos.  
Fonte: Sites da Internet.

Para tentar extirpar da história portuguesa a raiz islâmica, difundiu-se a ideia que os mouros foram expulsos de Portugal, possivelmente, como forma de aproximar o feito com os avanços cristãos contra os infiéis durante as Cruzadas. No entanto, somente a classe dominante foi banida do país, enquanto a maior parte da população permanecia e era obrigada

a aderir ao novo credo, sob o título de *Cristãos Novos*<sup>40</sup>, estando estes, impedidos de externar sua crença em Alá. Com a recristianização de Portugal, hábitos, até então, comuns no cotidiano das pessoas tiveram que ser mascarados diante dos dogmas da fé imposta, para evitar-se o risco de ser submetido aos Autos da Inquisição.

A presença berbere deixou profundas marcas na arquitetura portuguesa. A forma de implantar casas ao longo de vias organicamente arranjadas, a tipologia da planta, a funcionalidade de cada cômodo, a divisão da casa segundo os sexos, a escolha dos materiais de construção e tantas outras características presentes na arquitetura colonial brasileira, são reflexos do período de dominação berbere em Portugal. PINTO (1975) discorre sobre a transposição para o Brasil da contribuição berbere-árabe, quando indica a existência dos muxarabis nas habitações coloniais como registro dessa influência:

Se os povos berbere-arábicos deixaram traços de sua influência em certos aspectos da arquitetura civil portuguesa, é bem natural que muitos desses aspectos passassem ao Brasil, com o sangue e a alma dos colonizadores. Os muxarabis são, sem dúvida, os mais expressivos vestígios dessa influência. (PINTO, 1975, p. 85)

Na verdade, o muxarabi é somente uma das diversas influências herdadas dos mouros presentes na arquitetura colonial brasileira. Pode-se considerá-lo como elemento meramente funcional. Uma barreira entre a casa e o meio externo, assim como as gelosias e rótulas, com a função de preservar o isolamento família. O autor exagera ao atribuir excessiva importância aos muxarabis. Uma vez que, outros vestígios da cultura berbere-árabe são bem mais presentes na sociedade do período colonial.

A forma de organização da planta dos edifícios, por exemplo, seguia uma série de conceitos culturais rígidos, estabelecidos para gerar o total controle da mulher e dos acontecimentos do lar. Esse tipo de divisão da casa, indistintamente, poderia ser encontrado em todos os núcleos urbanos do período colonial brasileiro, ultrapassando os limites das classes sociais. Ao mesmo tempo, é possível considerá-lo como uma adaptação da morada berbere as características urbanas das cidades portuguesas. Normalmente, a edificação originária do *Rif*<sup>41</sup>, região de onde migrou parte das tribos que se estabeleceram em Portugal, compunha-se de três divisões dispostas paralelamente à via pública. O cômodo central abrigava a sala e os laterais,

---

<sup>40</sup> Em Portugal, o título de *Cristão Novo* servia a qualquer um que aceitasse seguir o catolicismo após a reconquista do país. Os povos islâmicos da Península Ibérica eram bastante tolerantes às diversas religiões sob os seus domínios, havendo cristão, judeus e protestantes, entre suas cidades. Assim, indistintamente, a atribuição citada foi usada para designar os novos adeptos à fé cristã.

<sup>41</sup> A região chamada de *Rif* era as terras férteis ao longo do mediterrâneo, de onde partiu uma parcela dos berberes que se estabeleceram em Portugal. O tipo de edificação desenvolvido nesse local correspondia ao mais comum encontrado nas cidades portuguesas.



consequentemente, a cozinha e o dormitório. “Quando o alinhamento dos compartimentos era perpendicular à rua, a sala ficava na frente, a cozinha atrás, com dormitórios no meio [...]” (WEIMER, 2005, p. 98), produzindo a típica ordenação da casa existente na arquitetura colonial brasileira.

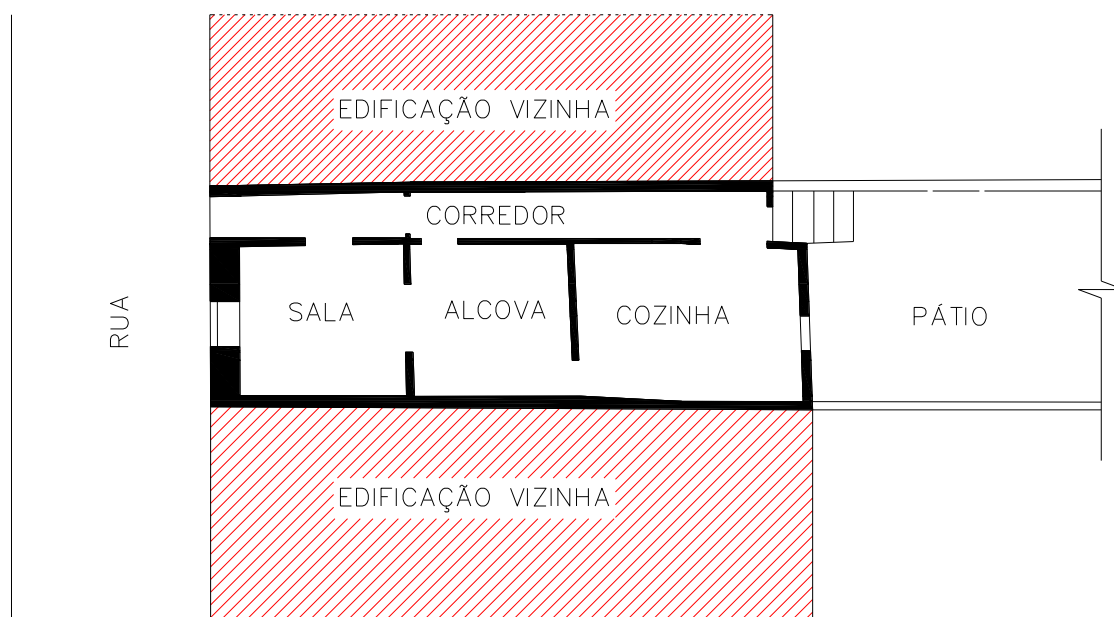


Fig. 20 – Planta típica de uma casa térrea colonial.  
Fonte: INBI-SU/IPHAN (Adaptado pelo Autor).

Este autor, ao descrever a divisão interna do piso superior de um sobrado, se refere sobre as semelhanças entre a habitação produzida no Brasil e a casa berbere. A separação entre o universo feminino e masculino era um dos fatores mais marcantes do modo de vida berbere-árabe, transplantado para a Colônia via Portugal. O conceito do isolamento da mulher acabava produzindo um tipo específico de edificação, que concentrava toda a vitalidade do lar nos cômodos dos fundos e no quintal. Aqueles fronteiros à rua estavam reservados aos homens, um espaço proibido às mulheres da casa. Segue abaixo, a citação deste autor sobre a planta de um sobrado colonial e as funções dos cômodos:

[...] A sala da frente era reservada para os homens e para a recepção de visitas. À maneira berbere, o mobiliário era escasso, preferindo-se as esteiras e almofadas para acento, que podiam ser coadjuvadas com *conversadeiras*, dois bancos paralelos ou convergentes, fixos junto à janela, de onde se podia bisbilhotar a rua sem ser visto através das adufas dos muxarabis. Esses bancos eram uma adaptação das *mastabas* berberes e as esteiras, uma versão tropical de seus tapetes, alcatifas ou alfombras. A sala dos fundos era destinada aos serviços femininos, uma espécie de gineceu com uma reclusão pouco mais atenuada do *al-mezen* árabe. [...] Entre as duas salas, ao longo do corredor, havia uma ou mais alcovas sem

iluminação nem ventilação direta, portanto muito insalubres para o clima quente e úmido, bem ao contrário do clima muito seco da periferia do Saara, onde se originaram. Junto à parede da divisa oposta à do corredor, podia haver uma passagem que ligava as duas salas, onde ficava a *sentina*, constituída por uma tina de tanoaria que fazia o papel de latrina. [...] (WEIMER, 2005, p. 103-105)



Fig. 21 – Cômodo destinado aos serviços femininos.  
Fonte: Site da Internet.

Era tão desejada a proteção do universo feminino e a preservação do “harém” do proprietário na sociedade colonial, que “logo que os filhos homens chegavam à puberdade eram instalados no térreo, num quarto junto ao dormitório dos escravos, para que não concorressem com o pai no afago das cativas [...]” (WEIMER, 2005, p. 105). Como foi tratado no capítulo anterior, a poligamia no Brasil Colonial era recorrente, porém dissimulada, por causa dos dogmas da Igreja Católica, que estabelecia a monogamia como forma de união conjugal. Esse regime rígido de separação dos sexos era adaptável até aos modelos mais simples de edificação, onde se repetia a maneira de organizar os cômodos, destinando aos fundos o confinamento da mulher.

Esta obrigatória convivência voltada para o ambiente doméstico produzia impactos sobre as edificações. Dentro deste espaço familiar desenvolviam-se as relações rotineiras da casa, preservando as mulheres ao máximo do contato externo. Nela se desenrolava um mundo à parte, acentuado na Colônia pela existência da escravidão, inviabilizando o estabelecimento de mais de uma família por espaço habitacional. Vauthier (1975) aborda esse assunto nas cartas que escreveu para seu amigo francês *Daly* em sua passagem pelo Brasil:

O Brasil herdou seus costumes de Portugal, do qual descende. Toda a Península conservou, em grau maior ou menor, a marca do gênio árabe. A mulher, no Brasil, é mantida sob uma reserva extrema, em uma cláusula que era outrora quase absoluta. É o regime da monogamia,

que conserva, contudo, alguma coisa das regras do serralho. A família tem ali um asilo sagrado, um pequeno mundo à parte, e a escravatura veio ainda acrescentar sua influência a essa tendência primitiva. A domesticidade forçada agrupa em torno de cada família um grande número de servidores, o que tornaria muito discordante a coabitação de numerosos casais. (VAUTHIER, 1975, p. 33)

A concentração das atividades do lar nos fundos da edificação, ao gosto berbere-árabe, levava a necessidade de se ter um espaço apropriado para desenvolverem-se as diversas tarefas domésticas do dia-a-dia. Geralmente, aproveitavam-se os pátios internos para os serviços complementares da casa. Na Colônia, motivados pela preferência africana de se cozinhar ao ar livre era comum a instalação dos fogões nesses locais<sup>42</sup>. Em Portugal, costumava-se preparar os alimentos dentro das cozinhas e, em alguns casos, produziam-se fornos como uma estrutura em anexo a esses cômodos, conforme a tradição local.

Outra característica da arquitetura portuguesa, transportada para a Colônia, era o hábito de empregarem-se pedras para a construção de edifícios. Segundo Toledo (1983, p. 109) a região entre “o Minho e o Douro é que surpreendemos uma autêntica *civilização do granito*”, dada a abundância de exemplares produzidos com esse material. Comuns no Norte de Portugal, as edificações construídas com pedras passaram a simbolizar o poder, condizentemente com a origem da classe dominante do país após a recristianização. Era comum a exigência para o emprego de pedra e cal para a arquitetura religiosa e militar, além daquelas destinadas a abrigar as Casas de Câmara e Cadeia e outras, relacionadas com a administração colonial. As Cartas Régias, criadas para orientar a ereção dos prédios públicos, determinavam que fossem utilizadas essas matérias-primas<sup>43</sup>. Ordenações reais pensadas como forma de dar durabilidade e *status* às edificações produzidas sob sua tutela.

O emprego de pedras como material de construção na região norte de Portugal produziu uma mão de obra hábil na extração e aparelhamento das rochas. Carlos Lemos, em sua obra, indica que entre os mestres de ofícios que migraram para o Brasil havia, além dos peritos em outras técnicas construtivas, principalmente “construtores do norte, gente do Porto e também transmontana, perita em cortar pedras e em fazer longos muros cangicados” (LEMOS, 1979, p. 86). Esses profissionais trouxeram para a Colônia a tecnologia do trabalho

---

<sup>42</sup> “[Entre as habitações africanas] é mais frequente encontrar casas de um só compartimento, com uma porta pelo lado dos fundos por se preferir cozinhar ao ar livre ou sob um prolongamento do telhado conforme manda a tradição banta.” (WEIMER, 2005, p. 220)

<sup>43</sup> “[...] o Regimento dado a Tomé de Souza em 17 de dezembro de 1548, onde determinava El-Rei *fizesse ele uma fortaleza de pedra e cal e, se não a pudesse construir com esse material, que a fabricasse de pedra e barro, ou de taipa, ou ainda de madeira*, e continua: *faça-se a fortaleza como melhor pode ser.*” (VASCONCELLOS, 1979, p. 23)

da pedra, reproduzindo na nova terra o modelo dos edifícios portugueses, existentes em sua memória.

Utilizadas de diversas formas, aparelhadas ou em estado natural<sup>44</sup>, as pedras eram empregadas, muitas vezes, sem o uso de argamassa na união das peças, como é possível encontrar nas edificações ouro-pretanas do séc. XVIII (Fig. 22). Em Portugal, é relatada a existência de habitações que utilizam este material até nos telhados. Broos (2002) se refere a estes edifícios, apontando características que se reproduziram nas edificações coloniais quanto ao formato das coberturas:

[...] a tradição portuguesa se baseia no emprego da pedra para a execução da estrutura e de sua linguagem formal. Consiste numa unidade material e formal. A pedra cortada, nas construções de Portugal, permitiu um telhado maciço, chato ou abobadado; e influenciou nos casos dos telhados mais leves, de madeira e de telhas, a sua execução no sentido *maciço*, como se fosse de pedra. O telhado maciço, distribuindo o seu peso proporcionalmente pelas paredes externas formou, em conjunto com elas, uma unidade segura. [...] (BROOS, 2002, p. 113)



Fig. 22 – Muro e alicerce de pedra seca – Rua Salvador Tropicia 156, Centro. Ouro Preto, MG.  
Fonte: Foto do Autor.

A abundância de pedras com boa aplicabilidade para a construção civil permitiu, em Portugal, o desenvolvimento de diversas técnicas em que se empregava esse material. Como resultado, tem-se no Brasil, entre as edificações coloniais, um bom número de exemplares feitos com essa matéria-prima. Entretanto, na arquitetura vernacular brasileira, o uso da pedra é

<sup>44</sup> A diversidade de formas de empregarem-se as pedras, como material na construção civil portuguesa, era bastante evidente. Pode ser encontrada nas edificações: a cantaria para a produção de peças de acabamento e decoração, a pedra-sabão habilmente esculpida pelos mestres mineiros dos setecentos, a ensilharia, a técnica da pedra-seca, os seixos rolados usados em mosaicos dos pisos, são apenas alguns exemplos encontrados na arquitetura colonial brasileira.

verificado, predominantemente, em Minas Gerais e no interior de Pernambuco<sup>45</sup>. No litoral, são encontrados com mais frequência entre esses edifícios a utilização de outros sistemas construtivos, baseados no uso da madeira e da argila<sup>46</sup>.

Nesse contexto cultural, que envolve a formação histórica de Portugal, é possível verificar que a arquitetura brasileira do Período Colonial se constituiu como uma adaptação de uma linguagem construtiva, desenvolvida ao longo de séculos na Metrópole e transplantada para o Brasil. O colonizador aproveitou-se dos conhecimentos difundidos na construção civil portuguesa e os utilizou na nova terra ao sabor dos materiais que o local disponibilizava. O clima, a topografia do sítio natural, a origem dos migrantes e além de outros fatores, contribuíram para que a arquitetura trazida na ocupação da Colônia se constituísse de forma efetiva.

Apesar da uniformidade estilística encontrada nas edificações coloniais (Fig. 23), múltiplo foi o emprego dos materiais, culminado na utilização de sistemas construtivos capazes de se adaptar às matérias-primas. Lemos (1979) ilustra estas afirmações, quando trata sobre a forma de escolha dos elementos construtivos pelos portugueses durante a ocupação das diversas regiões brasileiras:

[...] a cultura dominante ibérica agiu com firmeza exigindo que todos morassem à européia, mas, com o tempo, instintivamente, o povo foi selecionando partidos de além-mar condizentes com o habitat, erguendo casas quase que sem paredes no Amazonas, casas envolvidas por alpendres no sertão do Nordeste, nos canaviais da bacia do Paraíba do Sul, casas de varandas gostosas nas montanhas mineiras, alpendres reentrantes na casa bandeirista, sempre procurando empiricamente a solução ideal em relação aos climas quentes e extremamente úmidos no Norte, quentes e secos no Nordeste, em outros lugares alternando calor e frio, dias quentes com noites frescas e até mesmo gélidas, como em São Paulo. [...] (LEMOS, 1979, p. 16)

Essa “adaptação” garantiu a diversidade de sistemas construtivos na arquitetura vernacular brasileira no período de dominação portuguesa. No entanto, a multiplicidade tecnológica existente na construção civil de Portugal, que foi difundida nos primeiros séculos da ocupação da Colônia, contrastou com a falta de evolução das técnicas construtivas ao longo

---

<sup>45</sup> “[...] No Brasil, o emprego da pedra tem sido muito parcimonioso e restrito a certos elementos construtivos, como fundações, cunhais, contorno de aberturas (soleiras, peitoris, ombreiras, vergas). A construção integral de paredes de pedra, na maior parte das vezes, está relacionada à escassez de outro material, como era o caso típico das construções das cidades do ciclo do ouro, nas Gerais.” (WEIMER, 2005, p. 270)

<sup>46</sup> O uso da pedra na arquitetura colonial brasileira foi bastante irregular. No litoral era comum utilizar a pedra de lioz originária do Reino, que vinha como lastro dos navios na viagem de retorno a Colônia. Mesmo em locais, como nas imediações da cidade do Rio de Janeiro, onde abundavam as jazidas rochosas de boa qualidade para a construção civil, o amplo uso dessa matéria-prima somente se difundiu em meados dos setecentos, quase dois séculos depois da fundação da vila.

do tempo. Apoiados sobre um regime senhorial escravista, os construtores reinóis e, posteriormente os nacionais, estagnaram no processo de construção de edifícios.



Fig. 23 – Conjunto urbano – Praça Tiradentes, Centro. Ouro Preto, MG.  
Fonte: Foto do Autor.

A economia colonial, fundamentada na intensa exploração das riquezas naturais, conduziu a um regime, extremamente simples, de produção de edificações. Baseado na extração de matérias-primas encontradas no meio próximo ao sítio em que se iria construir e no emprego de cativos para o trabalho bruto. Reis Filho (2006) trata sobre o primitivismo tecnológico das técnicas produtivas:

[...] A simplicidade das técnicas denunciava, assim, claramente, o primitivismo tecnológico de nossa sociedade colonial: abundância de mão-de-obra determinada pela existência do trabalho escravo, mas ausência de aperfeiçoamentos. [...] Era todo um sistema de uso da casa que, como a construção, estava apoiado sobre o trabalho escravo e, por isso mesmo, ligava-se a nível tecnológico bastante primitivo. Esse mesmo nível tecnológico era apresentado pelas cidades, cujo, de modo indireto, estava baseado na escravidão. [...] (REIS FILHO, 2006, p. 26-28)

Interessantemente, o ímpeto português de desenvolvimento, do início da era do mercantilismo, foi freado com o encontro de riquezas naturais em suas possessões ultramarinas. Assim como se estagnou o regime econômico lusitano com o passar dos anos, a construção civil brasileira experimentou da mesma falta de iniciativa. O ciclo do ouro e do açúcar, apesar de toda a circulação de recursos que representaram, somente proporcionou a constituição de uma arquitetura faustosa entre os exemplares da Igreja e do Estado, mas pouco significou entre as habitações do povo. As obrigações de construí-las estavam restritas as ordenações para que as

produzissem com pedra e cal de melhor qualidade, não é encontrada entre as orientações, a proposta de que alguma evolução técnica fosse introduzida. Desse modo, apesar da monumentalidade dessas edificações do poder, o fato não implicou em avanços tecnológicos expressivos.

Ao longo da ocupação da Colônia se produziu uma arquitetura uniforme estilisticamente e repetitiva na forma de divisão da edificação. As características culturais da população do Período Colonial não permitiram um afastamento do modelo construtivo português. Tanto que Smith (1975) aborda sobre a arquitetura implantada pelo colonizador no Brasil, como uma repetição desse padrão: “Ao findar-se o segundo século de colonização, os portugueses haviam implantado com firmeza a arquitetura tradicional da mãe-pátria na terra nova, impondo-lhe assim uma linha de desenvolvimento que haveria de manter-se até o fim do período colonial. [...]” (SMITH, 1975, p. 153)

Diante desse universo de características, formadas desde a constituição da arquitetura portuguesa, ao longo do tempo, é que se deu o desenvolvimento da arquitetura vernacular mineira do Período Colonial. Assunto do qual se ocupará o restante deste capítulo.

### **A Arquitetura Vernacular Mineira nos Setecentos**

Antes de qualquer descrição aprofundada sobre a arquitetura vernacular mineira, é preciso situar a produção de edifícios segundo a ótica urbana daquele momento, ou seja, através do enfoque da formação dos núcleos urbanos na Colônia. Não cabe a essa pesquisa uma análise aprofundada sobre a constituição das vilas e cidades do Período Colonial, mas, no entanto, se faz necessária uma abordagem sobre as consequências originárias da ocupação do território, na construção das edificações, na escolha dos materiais e nas soluções tecnológicas para se adequar ao sítio natural.

O urbanismo colonial brasileiro seguiu as instituições criadas em Portugal, na ocupação das terras americanas a partir do séc. XVI. A adoção de conceitos criados em um universo cultural variado, que mesclava uma visão berbere-árabe com um padrão medieval de produção de cidades, sem desconsiderar a influência germânica e romana, consistiu no Brasil, um modelo de organização urbana com traçado, predominantemente, orgânico. Apesar da prevalência desse padrão, havia uma proposta de organização para que se seguissem os preceitos romanos de constituição dos arruamentos reticulados, em forma de tabuleiro de



xadrez<sup>47</sup>. Entretanto, a falta de um poder regulador nos primeiros momentos da ocupação de cada sítio ou a existência de acidentes geográficos na região de formação dos arraiais, acabou por conduzir a um tipo de implantação de vias com traçado livre.

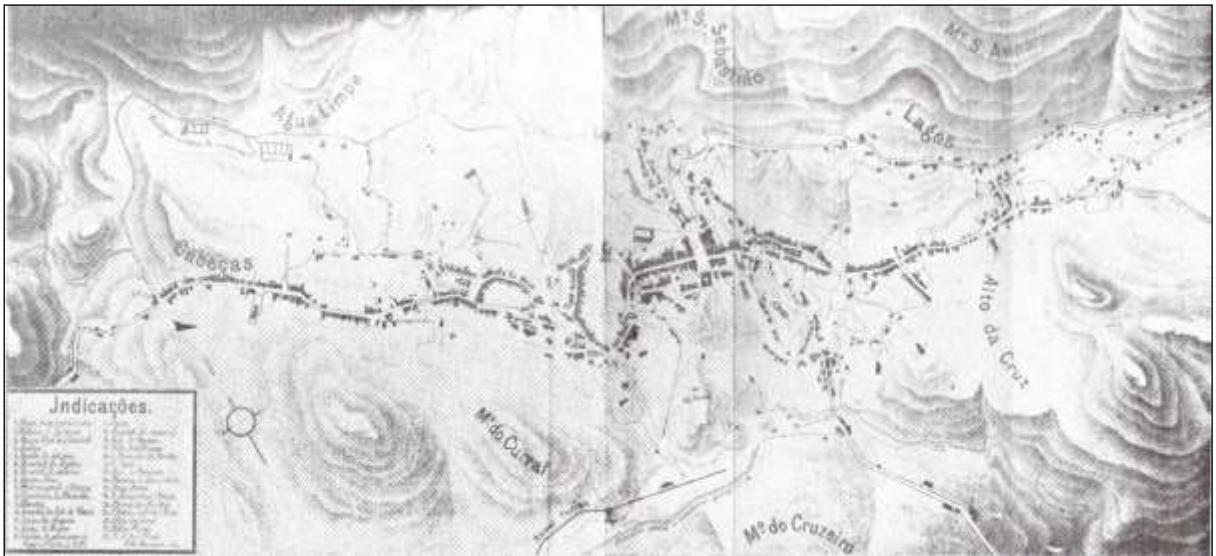


Fig. 24 – Traçado urbano de Ouro Preto – década de 50.  
Fonte: VASCONCELLOS (1956).

A inexistência de cidades organizadas, como as encontradas nas possessões espanholas na América<sup>48</sup>, contribuiu de certa forma para a escolha do urbanismo adotado, uma vez que, se construía em terras nunca ocupadas. Outro fato importante é a instalação tardia da administração colonial no Brasil, somente efetivada com a ereção de Salvador à capital da Colônia em 1549. Até esse momento, a ocupação estava a cargo dos donatários das Capitâneas Hereditárias, que, na maioria dos casos, repassaram a terceiros sua tarefa. A falta de regulação

<sup>47</sup> “As intervenções do Estado, sobretudo a partir de 1740, deram uma especificidade ao cenário urbano de Vila Rica e Mariana, distinguindo-o, em parte, do encontrado em outras partes da América Portuguesa. A pequena Vila do Carmo, elevada à condição de cidade em 1745 para tornar-se sede de diocese, foi alvo de modificações urbanas sensíveis. O engenheiro militar José Fernandes Pinto Alpoim elaborou uma planta ortogonal, seguindo normas específicas baixadas pela Coroa, as quais definiam, dentre outras coisas, a eleição de sítios para uma praça espaçosa e para a construção de edifícios públicos [...]. Em Vila Rica, algumas alterações importantes também se fizeram. A atual praça Tiradentes, ocupada posteriormente à formação urbana longitudinal de caráter espontâneo – Sylvio de Vasconcellos acredita que tal ocupação ocorreu em 1716 –, passou a ser o centro administrativo da Capitania, por volta de 1740, com a construção do Palácio dos Governadores [...]” (VILLALTA, 1998, p. 81-82).

Vejam-se, também, os casos de núcleos urbanos fundados nos séculos XVII e XVIII, como: algumas cidades litorâneas, destacando-se, Paraty no Rio de Janeiro; Mostardas no Rio Grande do Sul; vilas fundadas no Piauí, entre outras.

<sup>48</sup> Os espanhóis, quando chegaram à América, encontraram cidades de grandes proporções, com um desenvolvimento urbano avançado. Para subjugar a população existente e submetê-la sob seu poder, os dominadores europeus necessitaram de implantar um tipo de urbanismo que superasse o encontrado. Assim, foi implantado um tipo de arruamento em tabuleiro de xadrez, à moda romana, e organizada a partir de uma grande praça central.



da Coroa, aliada com a colonização em uma vastidão de terrenos inabitados, contribuiu para a adoção de traçados urbanos livres, retrospectivos aos deixados na pátria-mãe. Lemos (1979) se refere à formação dos traçados urbanos dos núcleos urbanos coloniais:

[...] A grande maioria de nossas cidades nasceu ao léu, organicamente ancoradas aos acidentes topográficos, ora encarapitadas em cima outeiros, como é o mandava a milenar tradição lusa das cidades em acrópole, como é o caso de Porto, de Lisboa, de Olinda, de Salvador, do Rio do Morro do Castelo; ora nas planícies, aos pés dos morros e cordeadas ao sabor dos caprichos de seus primeiros povoadores, geralmente pessoas totalmente alheias a esses problemas de urbanização a daí a espontaneidade e a imprevisibilidade desses traçados. [...] (LEMOS, 1979, p. 25)

Dessa maneira, em toda a Colônia, as vilas e cidades foram constituídas com uma organização bastante semelhante, definidas na uniformidade do modelo urbanístico proveniente de Portugal. Concordantes com os metropolitanos, os núcleos urbanos coloniais, predominantemente, eram definidos por ruas formadas por corredores de edificações, becos e vielas estreitas, bem semelhantes aos modelos medievo-árabe tão conhecidos dos portugueses. Reis Filho (2006) trata sobre o perfil das vilas brasileiras do Período Colonial:

[...] Aproveitando antigas tradições urbanísticas de Portugal, nossas vilas e cidades apresentavam ruas de aspecto uniforme, com residências construídas sobre o alinhamento das vias públicas e paredes laterais sobre os limites dos terrenos. Não havia meio-termo; as casas eram urbanas ou rurais, não se concebendo casas urbanas recuadas e com jardins. [...] Numa época na qual as ruas, com raras exceções, ainda não tinham calçamento, não eram conhecidos passeios – recursos desenvolvidos já em épocas mais recentes, como meio de seleção e aperfeiçoamento do tráfego – não seria possível pensar em ruas sem prédios; ruas sem edificações, definidas por cercas, eram estradas. A rua sempre como um traço de união entre conjuntos de prédios e por eles era definida espacialmente. (REIS FILHO, 2006, p. 22-24)

Segundo este autor, a existência de ruas estava diretamente ligada à constituição de edificações. O arruamento era garantido pelos edifícios que o formavam, consequência do modelo urbanístico que foi implantado, diante da falta de passeios ou calçamentos nos arraiais que se formavam. Este fato colabora com o entendimento da formação de núcleos urbanos, extremamente, adensados em extensões pequenas do terreno.

No fim do século XVII, com a descoberta do ouro em Minas Gerais iniciaram-se as migrações para a região mineradora. Até aquele momento, as terras do interior do Brasil eram consideradas uma barreira natural a ser vencida. O sertão, nome dado aos confins produtores de diversas lendas e onde só habitavam os *gentios*, correspondia a uma fronteira para a ocupação da Colônia. Como forma de ultrapassar os limites geográficos existentes, a Coroa Portuguesa incentivou as expedições bandeiristas, na intenção de garantir a posse de suas possessões

americanas e de encontrar as tão sonhadas riquezas minerais descobertas na América Espanhola. Essa campanha expedicionária deu origem a várias povoações nas regiões onde se desenvolveram as minas.

Esses núcleos urbanos criadas pelos bandeirantes se disseminaram por toda a rota de circulação em busca do ouro<sup>49</sup>, algumas, como postos de abastecimento para as tropas, outras, como vilas prósperas devido à exploração mineral. Consigo, estes homens itinerantes transportaram o conceito de urbanismo traduzido em sua terra de origem. Em cada arraial fundado foram deixadas as sementes paulistas de ocupação do território, herdadas da distante partida do colonizador em direção do Brasil. Weimer (2005) considera sobre o estabelecimento das vilas bandeiristas em Minas Gerais e a posterior intervenção metropolitana, ao se instituírem os órgãos administrativos coloniais na região mineira:

[...] Quanto se estabeleceram na região, os bandeirantes criaram povoações dentro de uma das diretrizes do urbanismo português. No caso da Vila Rica, uma conurbação linear de assentamento – depois denominados arraiais – formou-se uma típica aldeia-rua de feições germânicas definidas por construções alvegadas pela cal, ao modo algarvio ou, mais remotamente, berbere. Noutras povoações, quando o terreno era propício, impuseram o modelo das aldeias dentaculares de origem berbere. Quando, duas décadas mais tarde, os renóis tomaram conta da região, mandaram seus comandantes militares, que impuseram uma ampliação da capital Vila Rica aos moldes de traçado regrado. [...] (WEIMER, 2005, p. 304)

A primeira fase da ocupação da região das minas correspondeu à produção de habitações provisórias, a fim de abrigar os primeiros exploradores<sup>50</sup>. As edificações construídas se davam na forma de ranchos, basicamente compostos por esteios ficados no solo para suportar uma cobertura, que protegia os habitantes, das chuvas e do sereno noturno. Lemos (1979, p. 84) descreve que “as instalações pioneiras eram quase provisórias e rudimentares, apelando à tecnologia e à experiência indígenas ou mameluca dos bandeirantes, que sempre faziam nos seus acampamentos ranchos de sapé e armações de paus toscos de vãos barreados.” Interessantemente, Rodrigues (1975) demonstra que as características das moradas construídas, nos primórdios da ocupação mineira, faziam parte de um modelo reproduzido desde os primeiros estabelecimentos humanos na Colônia:

Vista de relance, dentro dos vastos limites do país e pelo passado, notamos em primeiro lugar, que as casas rústicas, de pau e barro, com vãos e coberturas rudimentares, levantadas nos

<sup>49</sup> “Os bandeirantes, na medida em que penetravam pelas Alterosas, iam erigindo os arraiais, fixando cruzeiros e altares. As primeiras aglomerações foram, assim, semeando-se *espontaneamente* – isto é, sem que houvesse controle das autoridades – à meia encosta dos terrenos, acompanhando os trabalhos da mineração. [...]” (VILLALTA, 1998, p. 69)

<sup>50</sup> “As moradas dos mineradores, a venda, a capelinha e o cruzeiro constituíam em Minas, os elementos típicos de um povoado em formação.” (SANTOS, 1951, p. 30)

primeiros cercados de paliçadas, ao iniciar-se a colonização, são iguais às primeiras casas existentes junto aos engenhos e nas aldeias em Pernambuco, quando da invasão holandesa; iguais às dos primeiros arraiais de Minas um século depois, na época febril do ouro; iguais às casas isoladas, pioneiras, que vemos em qualquer rumo do sertão, esparsas à beira dos rios, nas roças longínquas ou dentro da mata espessa. (RODRIGUES, 1975, p. 286)

A formação das vilas mineiras do séc. XVIII se constituíram através da união de núcleos urbanos<sup>51</sup> isolados um dos outros, formados a margem das catas de onde se extraía o ouro. A organização dessas povoações com a coesão necessária entre elas, para a manutenção dos interesses da Coroa, só foi possibilitada com a instalação dos órgãos administrativos, após a criação das Casas de Câmara e Cadeia já em meados daquele século<sup>52</sup>. A efetivação do poder metropolitano na região mineradora culminou na normatização da ocupação urbana. Consequentemente, o alto preço dos terrenos, dispostos em uma terra de exploração econômica intensiva, provocou a máxima divisão de lotes por espaço disponível. Para atender a demanda de uma população crescente, atraídas pela febre do ouro, foram produzidas edificações em glebas de testada mínima, algumas vezes insuficientes para se construir uma habitação digna. Vasconcellos (1977) aborda a questão, descrevendo a divisão dos lotes e formação urbana consequente:

[...] Na área urbana, por imposições das Ordenações do Reino, reforçadas pelos reduzidos espaços disponíveis, tangenciam as ruas, e quase sempre, também as laterais. Ficam, assim, mestiças, geminadas às vizinhas, compondo conjuntos compactos que cordeiam as vias públicas. Esta concentração residencial, por vezes intensa, é explicada ainda por outros fatores, dentre os quais o gregarismo de origem moura, manifestado através dos *povos emigradamente urbanos do Mediterrâneo* e a tendência característica dos nossos povoadores pela individualização da família, determinando a multiplicação das habitações independentes. (VASCONCELLOS, 1977, p. 108)

<sup>51</sup> Após a instalação inicial, formada pelos acampamentos provisórios, desenvolveram-se povoações reunidas em volta das minas, geralmente composta pelos mineradores e seus agregados. Quando a exploração mineral se efetivava e se prolongava por algum tempo, os agrupamentos primitivos evoluíam e se constituíam como arraiais, reunido em volta de uma capela atribuída a algum santo de devoção daquele grupo. Com o estabelecimento da administração colonial no local, os antigos arraiais eram reunidos para fundar as vilas. Diferenciadas somente pelo perfil urbano de cada uma, podem-se citar algumas que se organizaram desta forma, como: Vila Rica (Ouro Preto), Vila do Carmo (Mariana), Arraial do Tejuco (Diamantina), entre outras.

<sup>52</sup> “A sombra da Coroa e da Cruz e as linhas do *antigo sistema colonial*, contudo, nos momentos iniciais da ocupação dos territórios, de modo geral, foram estendidas por obra de grupos ou de indivíduos do que por ações controladas rigidamente pelo Estado e pela Igreja: foram aventureiros intrépidos e, muitas vezes, sem escrúpulos, que se lançaram pelo litoral no século XVI e que, a partir de meados do mesmo século, iniciaram o avanço sobre os sertões, à busca de *peças*, pedras e metais preciosos. A ampliação das fronteiras do domínio português na América foi, deste modo, iniciativa mais privada do que pública. Em Minas Gerais, os aventureiros igualmente precederam às instituições administrativas e eclesiásticas, desbravando o território, construindo os rudimentos da vida social e urbana. As Bandeiras eram recomendadas e aprovadas por El’Rei, e tinham sacerdotes entre seus componentes, mas Igreja e Estado, enquanto instituições, chegaram às Gerais apenas mais tarde.” (VILLALTA, 1998, p. 69)

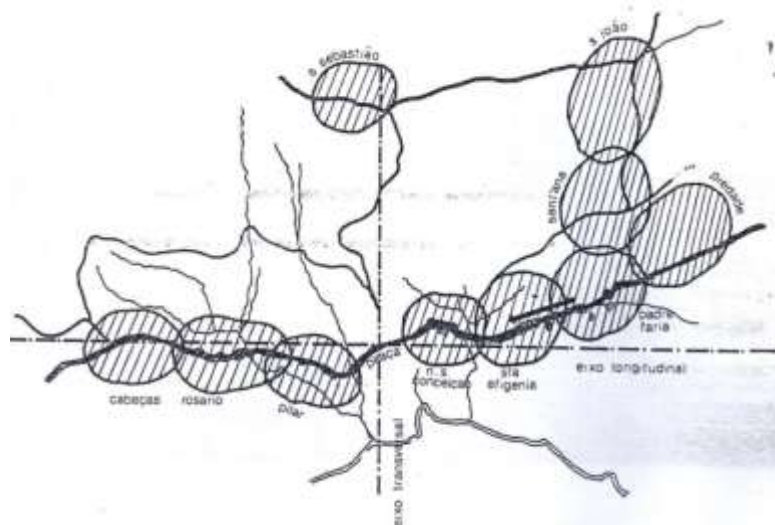


Fig. 25 – Arraiais constituintes de Vila Rica no início do séc. XVIII.  
Fonte: VASCONCELLOS (1977, p. 80).

O gregarismo, citado pelo autor, colaborou com alguns aspectos da sociedade colonial brasileira, quanto à individualização da família e a produção de habitações independentes. A existência do escravo intramuros contribuiu de forma significativa neste contexto, já que a manutenção da rotina de uma casa envolvia um grande número de servos. O cativo correspondia a todo tipo de serviço doméstico, desde a cozinha a serviços de saneamento básico da edificação.

Nas vilas mineiras do séc. XVIII, o controle estabelecido pela Coroa, através da normatização da arquitetura produzida e da ocupação urbana, foi concretizado por meio de posturas municipais e Cartas Régias. Após serem escolhidos os membros do Senado das Câmaras, organizava-se um corpo técnico incumbido de controlar as construções que iriam ser erguidas. Cabia ao *almotacel*<sup>53</sup> fiscalizar a implantação dos novos edifícios. Essa série de definições sobre a arquitetura que deveria ser realizada, muitas vezes, era desejada como forma de dar às povoações brasileiras características semelhantes às portuguesas, de acordo com a afirmação de Reis Filho (2006) que segue este parágrafo:

[...] as casas eram construídas de modo uniforme e, em certos casos, tal padronização era fixada nas Cartas Régias ou em posturas municipais. Dimensões e número de aberturas, altura dos pavimentos e alinhamentos com as edificações vizinhas foram exigências correntes no século XVIII. Revelam uma preocupação de caráter formal, cuja finalidade era, em grande parte, garantir para as vilas e cidades brasileiras uma aparência portuguesa. [...] (REIS FILHO, 2006, p. 24)

<sup>53</sup> O *almotacel* era o funcionário designado pelas Câmaras para fazer cumprir as posturas municipais.

O descumprimento das normas arquitetônicas impostas pelas Câmaras acarretava em punições para os transgressores. As penas derivadas das infrações se faziam exercer sobre os proprietários das edificações, como ordens para se desmanchar as intervenções feitas em desacordo com as orientações ou, até mesmo, como mandatos de prisão. O mesmo valia para os arrematantes das obras públicas que não as construísse de acordo com os termos de arrematação<sup>54</sup>. Em Vila Rica, no ano de 1745, Vasconcellos (1977) relata sobre penalizações dadas pelo Senado da Câmara a construtores que estavam em desacordo com as normas estabelecidas:

Em 1745 proíbe-se a Manuel Rodrigues de Oliveira, que ponha portais em determinada parede onde *só sim deixará porta aberta para a sua serventia do quintal*, devendo o mesmo retirar os referidos portais já colocados junto ao paredão do chafariz da fonte nova e só continuar com a parede, de barro como era a antiga, depois de acabada a fonte. A Francisco de Souza notifica-se no mesmo ano para que *em termo de três dias com pena de prisão e de trinta oitavas, tape uma porta que tem para um beco em uma venda*. (VASCONCELLOS, 1977, p. 90)

Entretanto, mesmo diante do controle buscado pela administração colonial sobre a arquitetura, seja pela rapidez com que cresciam as povoações, seja pela falta do emprego de mão-de-obra especializada, as edificações erigidas pelo povo escaparam as normatizações estabelecidas. Essa situação conduziu, durante o séc. XVIII, a uma grande “irregularidade” no aspecto do conjunto arquitetônico nas vilas coloniais mineiras. Atualmente, verifica-se uma uniformidade no padrão estilístico das fachadas nestes núcleos urbanos antigos, em boa parte dos casos, conseguida pela instituição de estilo “colonial” na arquitetura trazida pelo colonizador e pelas reformas sofridas pelos edifícios durante o último século<sup>55</sup>. Vasconcellos (1977) aborda a questão da falta de fiscalização sobre as construções de origem popular, durante o séc. XVIII:

[...] No máximo, obedeceriam a croquis ligeiros ou descrições sumárias, infelizmente não perduráveis, levantando-se muitas vezes ao gosto pessoal dos proprietários, inspirados, talvez, em obras já existentes cujos méritos julgassem aprovados pela experiência. Por outro lado, algumas seriam erguidas pelos próprios mineiros e seus dependentes, pelo menos em parte, entregando-se aos oficiais, apenas a mão-de-obra mais especializada, os detalhes mais caprichosos. (VASCONCELLOS, 1977, p. 100-101)

<sup>54</sup> A arrematação era um instrumento de contrato da época entre as Câmaras e os construtores, semelhantes às licitações atuais. Nela, estavam especificados os termos de arrematação, que compreendiam desde a observância do emprego de material de boa qualidade, quanto as exigências para se fazer o bem de acordo com o projetado.

<sup>55</sup> A atuação do IPHAN nas cidades históricas, ao longo do século XX, e a instituição de um estilo “colonial” na arquitetura do período de ocupação, conduziram a uniformização estilística das fachadas dos edifícios nestes núcleos urbanos. Realizada através de reformas nas edificações antigas e da supressão de elementos construtivos, para alcançar a harmonização do conjunto urbano colonial.



Fig. 26 – Conjunto urbano – Praça Monsenhor Castilho Barbosa, Bairro Pilar. Ouro Preto, MG.  
Fonte: Foto do Autor.

Interessantemente, havia um distanciamento entre a arquitetura erudita e a produzida pelo povo. Os edifícios mandados construir pela Coroa e pela Igreja, desde que instalados em povoações onde havia a circulação de riquezas<sup>56</sup>, eram produzidos segundo projetos feitos em Portugal ou por profissionais de origem portuguesa estabelecidos na Colônia, seguindo as tradições arquitetônicas daquele país. As edificações populares tentavam resgatar as feições das existentes no Reino, adotando partidos estilísticos semelhantes, porém eram erguidas sem ser projetadas ou sequer, na maioria dos casos, dispunham de mão-de-obra especializada. Essa realidade da construção civil colonial é tratada por Lemos (1979), ao descrever que a arquitetura erudita vinha definida da origem para a implantação no Brasil:

[...] A arquitetura erudita, aparentemente, estava independente das condições do meio colonial porque, via de regra, vinha projetada do Reino, ou era riscada aqui mesmo por profissionais portugueses que tentavam, a viva força, seguir determinações, os regulamentos legais e a própria tradição de origem. [...] (LEMOS, 1979, p. 13)

A inexistência de uma arquitetura grandiosa entre a população civil do Período Colonial, em Minas Gerais, é derivada de um modelo cultural vigente naquele tempo. Primeiramente, pode-se atribuir que a consolidação da sociedade nas vilas mineiras não foi imediata. Em Vila Rica, por exemplo, só houve uma organização social efetiva posterior a

<sup>56</sup> A produção da arquitetura colonial, posteriormente considerada monumental, estava condicionada a instalação em locais onde existisse a abundância de riquezas. Essas edificações de vulto são encontradas em locais como: Ouro Preto e outras cidades mineiras, onde o ouro e o diamante as proporcionaram grandiosidade; Rio de Janeiro e Salvador, capitais da Colônia e de onde se escoavam as riquezas minerais e do açúcar para Portugal; Olinda, capital da Capitania de Pernambuco; entre outras que obtiveram *status* devido à ligação com a opulência proporcionada pela exploração.

segunda metade do séc. XVIII, coincidente com a própria estabilização da vila enquanto núcleo urbano organizado. A falta de fixação à nova terra, também pode ser considerada um fator importante nesse contexto, haja vista que, diversas povoações tiveram seu processo evolutivo abortado pela escassez prematura das riquezas minerais. Outro ponto importante eram os conceitos da tradição portuguesa, como a submissão à nobreza e à religião. O indivíduo ao enriquecer com o ouro, se via obrigado a dividi-lo com a Coroa, através dos altos tributos cobrados, e também a destinar uma parte para a sua paróquia de devoção. A construção de um templo grandioso para a irmandade servia como demonstração de *status* social, envolvendo recursos de boa parte da classe mineira abastada. Assim, a arquitetura residencial dos setecentos, em Minas Gerais, não proporcionou a produção de edificações monumentais. Salvo raras exceções, como a Casa dos Contos em Ouro Preto<sup>57</sup> ou um ou outro solar existente. As manifestações populares de grandeza se restringiram à tentativa de demonstrar através das fachadas a significância do proprietário, como se refere Vasconcellos (1977) no trecho a seguir:

Prevalendo-se dos conceitos arquitetônicos, então vigentes, pelos quais as fachadas se consideravam elementos autônomos da construção, os proprietários esforçavam-se sempre por um melhor tratamento das frentes das construções e das peças de recepção, relegando-se a segundo plano o interior das residências. Sofrem as fachadas principais adaptações contínuas, ao sabor das modas sucessivas, enquanto as laterais, com sua cachorrada simples, não só se despem de qualquer ornamentação, como, também, se abandonam às intempéries que as arruínam. (VASCONCELLOS, 1977, p. 41)

Diante de um universo tão restrito, fundou-se a casa típica colonial<sup>58</sup>, hoje existente na história da arquitetura brasileira. Provenientes de um modelo antepassado trazido de Portugal, as edificações construídas desde os primórdios da ocupação portuguesa na América difundiram-se em extrema uniformidade. As residências erguidas em Minas Gerais no séc. XVIII não fugiram a regra, constituindo-se, praticamente duzentos após a chegada do colono português, com a mesma figura uniforme de toda a Colônia. É possível confirmar nas palavras do autor citado anteriormente a semelhança entre as casas litorâneas e as mineiras, durante o Período Colonial:

---

<sup>57</sup> A residência de João Rodrigues de Macedo, conhecida como Casa dos Contos, foi um dos raros exemplares de arquitetura de vulto produzida em Minas Gerais. Funcionário da Coroa responsável pela arrecadação tributária das Entradas e Dízimos, o contratador ergueu sua morada empregando os requintes possíveis na sua época, como o emprego de portadas ornamentadas em cantaria e pinturas decorativas nos forros. Entretanto, devido às dívidas acumuladas por Macedo com a Coroa, em 1803 a Real Fazenda raptou seus bens como forma de saldar seus débitos.

<sup>58</sup> “As casas tinham à frente a sala de visitas ou quarto, corredor central ou lateral, que dá acesso às alcovas (quartos sem aberturas para o exterior), ao fundo a sala de jantar que se abria para o quintal. Nos sobrados encontramos no térreo a loja e o vestíbulo com a escada de acesso aos pavimentos. No primeiro pavimento a mesma planta da casa térrea enriquecida no tratamento decorativo dos espaços.” (IPHAN/Monumenta, s/d, p. 187)

De fato, as [residências] que [Vauthier] analisa em Recife ou as descritas por Debret no Rio de Janeiro são extremamente semelhantes às de Vila Rica. Na frente instala-se a sala, no meio as alcovas e, nos fundos a peça de serviço, as varandas ou cômodos delas originados que, fechados por panos de paredes, vazadas e, múltiplos vãos ou mesmo por envidraçamento total habilitam-se, assim, a uma utilização mais intensa. [...] (VASCONCELLOS, 1977, p. 133-137)

Com o tempo verificou-se ter gerado, gradativamente nas vilas coloniais mineiras, a uniformidade no aspecto, na divisão e no uso da edificação, comuns à de toda a Colônia. Nesse ritmo, a constituição do conjunto urbano em Vila Rica e, por aproximação, das demais vilas, se deu de forma compassada com a evolução desses núcleos urbanos. Porém, isso não influenciou somente a consolidação da sociedade, mas também, proporcionou diferenciadas fases de desenvolvimento na arquitetura local. As descrições sobre a formação de histórica de Minas Gerais apontam que, nos primórdios da ocupação da região ouro-pretana, as primeiras habitações foram edificadas nos morros. Já as áreas inferiores destas elevações foram habitadas posteriormente, com o surgimento de novos arraiais após a descoberta de novas jazidas minerais.

Nas encostas as habitações tinham características diferentes das citadas anteriormente, não havia naquele momento a divisão clássica da casa colonial, formada por sala, alcovas e cozinha, alinhadas em sequência. Em boa parte dos casos, as casas dos morros, como ficaram conhecidas, se constituíram como uma evolução dos ranchos primitivos, que abrigavam os primeiros mineradores. Para dar segurança ao proprietário, as paredes eram fechadas com alvenaria de canga<sup>59</sup>, provavelmente, material originário da abertura de minas e da fácil extração superficial no solo. Fechadas as laterais, produziam-se edificações de cômodo único, posteriormente divididos de acordo com o gosto do proprietário. Vasconcellos (1977) descreve a tipologia das plantas das casas dos morros e a evolução das mesmas com o aumento das posses do proprietário:

Crescendo as necessidades e os recursos financeiros, a área construída, que antes era constituída por um cômodo único, então se divide para melhor atender às suas várias destinações. Nascem, assim, diferenciados, o dormitório e a sala geral, dispostos lado a lado, abertos ainda, externamente, apenas a fachada principal. Vez por outra, uma porta na posterior facilita o acesso aos quintais ou insinua a existência de varandas traseiras. (VASCONCELLOS, 1977, p. 128)

---

<sup>59</sup> A *tapunhacanga* ou canga é uma formação rochosa rica em minério de ferro, de cor escuro-avermelhada. A região dos morros da Queimada e Santana, além de boa parte do terreno de Ouro Preto, possuem o solo constituído desse material. A busca do ouro, provavelmente, produziu uma grande quantidade dessas pedras, retirada das minas que eram abertas.



Este autor, ainda, indica a inexistência de alcovas nas casas dos morros. Segundo seus estudos, o fato “leva a aceitar [que] sejam elas mais imposições de laterais fechadas, por contiguidade, a construções vizinhas, ou contingências de plantas com grandes áreas, do que claro propósito de reclusão da família; a menos que seja levada em conta a inexistência de família no período” (VASCONCELLOS, 1977, p. 128).



Fig. 27 – Planta de uma “casa dos morros” – Ouro Preto, MG.  
Fonte: VASCONCELLOS (1977, p. 129).

A existência de alcovas nas edificações divide a opinião dos autores que tratam do assunto. Uma parte considera a existência das mesmas como uma influência árabe na divisão da residência portuguesa trazida para a Colônia. Como foi tratada anteriormente, a reclusão das mulheres era um conceito cultural fortemente aceito na época e rigidamente seguido na sociedade colonial. Enquanto outros autores defendem que as alcovas eram consequência da divisão dos lotes no urbanismo implantado no Brasil, que forçavam a construção de edifícios contíguos aos demais. Argumentam ainda que, quando a possibilidade de edificar em terrenos com afastamento lateral se apresentava, colocavam-se janelas nas paredes livres.

Para exemplificar a dualidade de opiniões quanto às alcovas, seguem-se as citações de dois autores que abordam do assunto. Weimer (2005) analisa a origem dos ditos cômodos como influência árabe na arquitetura portuguesa:

É significativo o fato de que o quarto entre a sala e a cozinha seja chamado de *alcova*, que provém de *al-qubba*, a *abóbada*. É intrigante saber o que essas *alcovas* teriam a ver com uma abóbada. A nosso ver, trata-se de uma influência das casas-poço trazidas pelos árabes, que

possuem um andar térreo onde estão os espaços destinados à convivência social e aos serviços e um andar superior onde estão os dormitórios. Entre esses dois pisos, existe um andar dito *falso*, chamado de *al-mezen* ou *al-qubba*, que servia de resguardo das mulheres durante as visitas de uma pessoa estranha à família. [...] (WEIMER, 2005, p. 98)

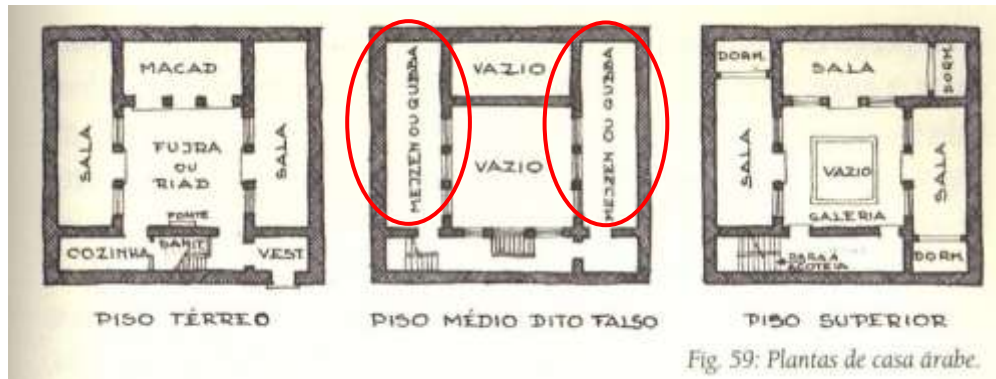


Fig. 28 – Planta de uma casa árabe.  
Fonte: WEIMER (2005, p. 93).

Este autor as considera como uma adaptação de um cômodo existente nas habitações árabes, o *al-mezen*. Outro fator considerável com relação à alcova, já tratado nesta pesquisa, consiste na contribuição dos berberes na arquitetura portuguesa, definido pela adaptação da casa do *Rif* às características urbanas das cidades em Portugal. A organização desse tipo de edifício, composto geralmente por três divisões alinhadas (Fig. 29), acabou redefinida quando foram produzidas na Península Ibérica. No lugar da tradicional disposição, os cômodos foram construídos perpendiculares às ruas, culminado na sequência sala, alcova e cozinha. Este modelo se constituiu como um tipo de habitação presente, em grande número, na maioria das cidades e vilas coloniais brasileiras.

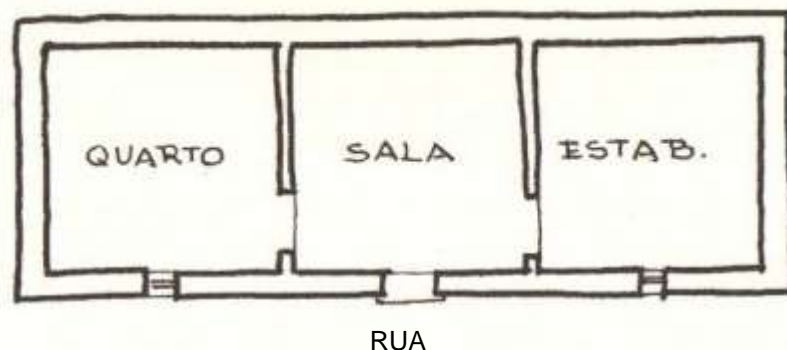


Fig. 29 – Planta de uma casa berbere.  
Fonte: WEIMER (2005, p. 96).

Vasconcellos (1977) acrescenta outra visão para a existência das alcovas. Este autor defende que os quartos encerrados no interior das edificações, encarcerados pela sala e pela cozinha, não são frutos exclusivos dos costumes de proteção da família:

[...] Em que pese a opinião difundida por todo o Brasil, estudos mais aprofundados da matéria não levam a aceitar fossem as alcovas simples decorrência do costume de se enclausurarem as famílias ou, pelo menos, as filhas donzelas. Em primeiro lugar, os dormitórios nunca se colocam junto à via pública, posição sempre reservadas as salas. Para além destas, o interior é vedado ao estranho, que jamais tem acesso aos pátios ou aos quintais das residências. Nos fundos, estabelecida a ordem de precedência das várias peças, salas dormitórios e serviços, coloca-se a cozinha. Ficam, pois, os dormitórios obrigatoriamente no meio da casa, confinado ainda pelas peças vizinhas. É exatamente nesses casos que aparecem as alcovas, fruto da impossibilidade material das janelas. Sempre que, por afastamento das casas contíguas ou pela inserção de pátios centrais, alguma das paredes dos dormitórios é externa, nela aparecem janelas contrariando, assim, a hipótese de, quando confinados, visarem apenas a maior proteção à família. [...] (VASCONCELLOS, 1977, p. 155)

Independentemente das linhas sugeridas, é possível compreender que a existência de alcovas nas edificações era desejada pelos homens, como forma de controle da mulher, mas, especialmente eram derivadas das imposições do urbanismo português do Período Colonial. Assim como Vasconcellos define em suas argumentações, que não se deve considerá-las como frutos dos costumes da sociedade; Weimer apresenta as alcovas como divisões naturais da casa, originadas a partir de influências verificáveis na pluralidade cultural da arquitetura portuguesa. Nesse caráter são permitidas as duas concepções, aceitando-as como pertinentes ao universo da arquitetura colonial brasileira, no sentido de que a inobservância às tradições da época era vetada aos construtores e a aqueles que habitariam tais residências.

Retomando a discussão da evolução da arquitetura nas vilas coloniais mineiras, as casas de morros constituíram uma fase inicial da ocupação da região. Ao ser estabelecida uma exploração duradoura nas minas, os núcleos urbanos começaram a se delinear como os encontrados em Portugal e nos demais locais da Colônia. O gregarismo entre as edificações tornou-se um perfil constante nessas povoações que se formavam no interior do Brasil.

Outra vez surgiu a divisão predominante nas casas do Período Colonial. A organização que compreendia a sala, as alcovas e a cozinha, interligadas pelo corredor, passou a ser a planta típica nas edificações mineiras. Lemos (1979) aborda a questão, demonstrando a similitude entre a disposição dos cômodos nas residências coloniais em Minas Gerais e no restante do Brasil:

[...] Em geral, o esquema básico das plantas era o mesmo das moradas de outras cidades brasileiras, que estavam sempre condicionadas aos vastos telhados de duas águas, aos espigões paralelos aos alinhamentos, às alcovas na zona central mais escura, às salas de frente

e às varandas de fundo anexas às cozinhas em puxados e corredores, elementos de ligação do complexo habitacional à rua, ao chafariz, ao comércio. [...] (LEMOS, 1979, p. 91-93)

Nesse esquema de planta era o corredor a figura chave da planta da edificação. A interligação dos cômodos e passagem direta entre a rua e o quintal, fazia dessa passagem a espinha dorsal da casa. Vasconcellos (1979) descreve as funções do corredor como integrante dinâmico do edifício:

[...] É entre estas que aparece o corredor, peça que constitui a dinâmica das plantas que, em geral, nas povoações, ocupam toda a largura dos terrenos. Estabelece ele o acesso, a ligação entre as várias peças da casa e o trânsito pela a via pública e os quintais. É a espinha dorsal das moradias, furando-as de fora a fora e servindo-as por inteiro. Quando não alcança a área livre traseira, termina na cozinha ou atinge, pelo menos, os pátios centrais. É quase um beco particular que supre a falta de área livre nas laterais. Por isso mesmo, esse corredor muitas vezes é tratado com certa rusticidade, quase com a via aberta, com seu piso de terra batida, de pedra ou de ladrilhos cerâmicos. Funciona como vestíbulo nobre, mas, ao mesmo tempo, como simples abrigo, até de animais. [...] (VASCONCELLOS, 1977, p. 133)

Necessariamente, o corredor tinha função destacada na edificação, devido a cânones culturais engessados dentro da sociedade colonial. A ligação entre o mundo externo e o familiar corria através dele. Como cada cômodo tinha sua serventia estabelecida e inalterável, correspondia ao corredor garantir a funcionalidade da casa. Esse elemento era indispensável por garantir o livre trânsito com a rua, para o proprietário e os demais homens da casa. Entretanto, a porta de entrada do edifício, localizada em uma das extremidades desse elo com o mundo exterior, era a barreira para as mulheres da família.

Variações das plantas nas casas térreas possibilitavam mudanças na localização do corredor (Fig. 30). De acordo com a largura do terreno, podia-se tê-lo junto às paredes laterais, nos lotes mais estreitos, ou mesmo no centro, no caso dos mais largos. Weimer (2005) ilustra as possibilidades de se disporem os corredores:

[...] Se a casa era muito estreita, podia-se dispensar o corredor, e a ligação entre a sala e a cozinha era feita através das próprias alcovas. Uma variante desse modelo era constituída quando a cozinha era desmembrada do comedor com a construção de um prolongamento da casa mais estreito que a largura do terreno (para permitir a iluminação do comedor que, nesse caso, podia ser denominado *copa*). Se a largura da casa era maior, o corredor podia ficar no meio da construção, então eram implantadas alcovas em ambos os lados. [...] (WEIMER, 2005, p. 195)

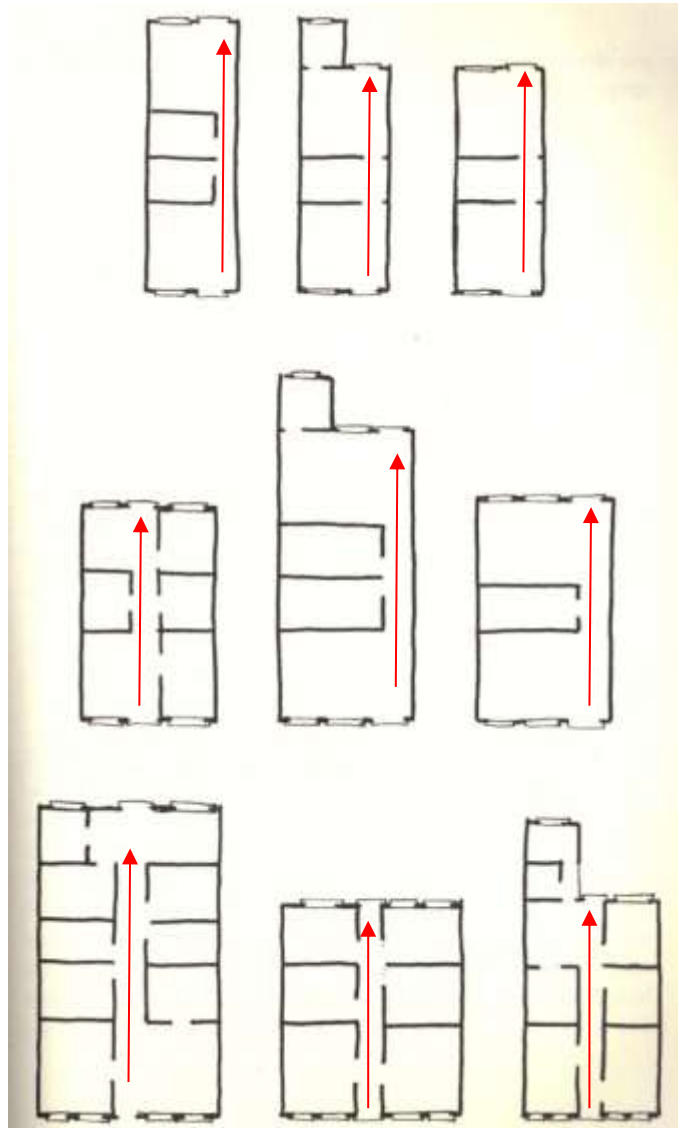


Fig. 30 – Variabilidade de plantas em função da posição do corredor.  
Fonte: WEIMER (2005, p. 196, adaptado).

A posição do corredor conjugada com a largura do terreno proporcionava denominações diferentes para as edificações, de acordo com o número de aberturas existentes nas fachadas. Segundo Robert Smith, as habitações mais simples, produzidas pela população pobre, eram predominantes em toda a Colônia. Conhecidas pelo nome referente às características de suas fachadas, esse autor descreve as *casas de porta e janela* (Fig. 31): “cada casa tem apenas uma porta e uma janela, isto é, é a unidade básica de habitação nas cidades coloniais brasileiras” (SMITH, 1975, p. 103).

Além de estarem relacionadas à camada menos abastada do povo, muitas vezes, o perfil urbano das vilas coloniais forçava a construção desse tipo de edificação. Weimer (2005, p. 197) considera que “por vezes, os construtores faziam verdadeiros malabarismos para construir em terrenos de largura mínima, que podiam não chegar a uma braça (2,20 metros).”

Em concordância com esses fatores, foi extremamente comum encontrar *casas de porta e janela* em toda a Colônia, de acordo com relato de diversos viajantes chegados após a abertura dos portos.



Fig. 31 – Casas de *porta e janela* – Rua Alvarenga, Bairro Cabeças. Ouro Preto, MG.  
Fonte: Foto do Autor.

Havia ainda as designações de acordo com a quantidade de moradas. Essas classificações soam de maneira estranha na atualidade, mas na época, provavelmente, eram definidas na intenção de proporcionar traços de monumentalidade às casas térreas. Quando não se poderia ter um sobrado para demonstrar riqueza, atribuía-se a estes edifícios valoração que demonstrasse a posse do proprietário. Desse modo, ter uma casa de *morada inteira* significaria *status* em vilas com pouca incidência de sobrados, assim como o número de andares definiriam a posição social de uma família nas vilas mais ricas. Seguem abaixo as descrições de cada tipo.

Casa de *meia morada* (Fig. 32):

Quando os terrenos eram mais largos e permitiam a colocação de duas janelas, nas chamadas *casas de meia morada*, também havia um procedimento ambíguo que permitia três soluções: a porta no meio com uma janela em cada lado, a porta na direita com as duas janelas à esquerda, ou o contrário, a porta à esquerda com as duas janelas à direita. A solução preferencial é a da simetria por reflexão[...] (WEIMER, 2005, p. 198)





Fig. 32 – Casas de *meia morada* – Rua Pe. Faria, Bairro Pe. Faria. Ouro Preto, MG.  
Fonte: Foto do Autor.

Casa de *três quartos de morada* (Fig. 33):

As casas que apresentavam três janelas recebiam o nome de *casa de três quartos de morada*. Tinham obrigatoriamente uma assimetria. Podiam apresentar duas alternativas básicas, cada qual com duas variantes: a porta podia ser colocada numa extremidade (à direita ou à esquerda) ou entre as janelas (com uma isolada à direita ou à esquerda). [...] (WEIMER, 2005, p. 199)



Fig. 33 – Casas de *três quartos de morada* – Rua Bernardo Vasconcelos, Bairro Rosário. Ouro Preto, MG.  
Fonte: Foto do Autor.

Casa de *morada inteira* (Fig. 34):

[...] quanto maior o número de aberturas apresentadas pela fachada, maiores as possibilidades de combinar elementos. Porém, é curioso que essas possibilidades tenham se reduzido ao emprego quase exclusivo da solução em que a porta era colocada no centro do volume, quando recebiam o nome de *casa de morada inteira*. [...] (WEIMER, 2005, p. 200-201)



Fig. 34 – Casas de *morada inteira* – Rua Alvarenga, Bairro Cabeças. Ouro Preto, MG.  
Fonte: Foto do Autor

Outra classificação semelhante é a descrita por Lemos (1979) quanto ao significado da palavra *casa* nos primeiros séculos de ocupação:

[...] Sabemos que nos primeiros séculos, dava-se o nome de *casa* a cada um dos compartimentos da moradia. Dizia-se mesmo que alguém era possuidor de uma *morada de tantas casas*. Falava-se em *casa de dormir*, isto é, dormitório, em *casa de banho*, em *casa de fora*, ou melhor, quarto de hóspedes; [...] (LEMOS, 1979, p. 36)

Representar *status* social era altamente desejado pela população na sociedade colonial. Em um meio regido por um contexto cultural de valorização da nobreza, a demonstração pública de riqueza serviria ao indivíduo para amenizar a sensação de penúria geral vivida, diferenciando-o da maioria do povo, que haveria de respeitá-lo<sup>60</sup>. A ostentação adquiria diversas facetas no meio colonial brasileiro, seja na construção de um templo suntuoso para a irmandade, seja na ornamentação das fachadas principais das edificações ou morar em

<sup>60</sup> “[...] ao mesmo tempo em que cindia o parecer e o ser, conferia-se ao espaço público grande importância na identificação dos indivíduos e dos grupos: ele constituía um cenário onde estes ostentavam, dissimulavam e ritualizavam suas posições sociais e as relações que estabeleciam entre si. [...] Em contraposição, porém, o *privado* foi devassado pela sociedade comunitária, ficando vedado ao indivíduo o isolamento.” (VILLALTA, 1998, p. 71-72)



um sobrado. Weimer (2006) trata da utilização do edifício para demonstrar a posição social do proprietário:

Quanto mais rica a cidade e seus habitantes, maior era a incidência de sobrados. Por influência das casas da nobreza, o sobrado teve uma conotação de poder e de riqueza, o que era enfatizado pela maior largura do lote ocupado. Utilizando a classificação hodierna, poder-se-ia dizer que os pobres moravam em casas térreas, os remediados, em sobrados estreitos, e os abastados, em sobrados largos ou prédios de mais pisos. [...] (WEIMER, 2005, p. 103)

Assim como em toda a Colônia, nas vilas mineiras, os moradores dos sobrados não ocupavam o andar térreo dessas edificações como moradia. Em Minas Gerais, os cômodos inferiores, geralmente, eram utilizados para o comércio, depósitos ou como senzalas. Outra vez o perfil cultural estava em evidência, quando os indivíduos mais abastados escolhiam habitar o pavimento superior da habitação, na intenção de demonstrar suas diferenças com a população pobre, que morava em casas térreas. A própria designação do edifício, construído com mais de um pavimento acima da linha da rua, tem uma de suas possíveis explicações, em razão de que, o proprietário ao aumentar suas posses, erguia em sua morada um “andar sobrado”.

Vasconcellos (1977) descreve o uso dos andares térreos nos sobrados de Vila Rica. Este autor demonstra as diferenças entre a utilização local dessas edificações e em outros locais da Colônia. Apesar de distintas em parte quanto às funções, percebe-se claramente o conceito de não os destinar à habitação da família do proprietário:

Em Vila Rica [os andares térreos dos sobrados] reservam-se quase exclusivamente para lojas, depósitos ou senzalas não havendo memória das demais utilizações [cocheiras ou estábulos] citadas pelo reverendo [Kidder], talvez pelo pouco uso de veículos, impróprios à sua acidentada topografia. [...] Eventualmente o rés-do-chão protegeria aqui animais de sela ou mesmo de carga estabulados, porém, de preferência nos porões. (VASCONCELLOS, 1977, p. 142)

Apesar do desejo de diferenciar o edifício dos demais pelo número de pavimentos acima da rua, geralmente, no andar habitado reproduzia-se a mesma forma de divisão da casa térrea, organizada com a sequência tradicional dos cômodos, e estes correspondentes em funções com as das edificações mais simples (Fig. 35).

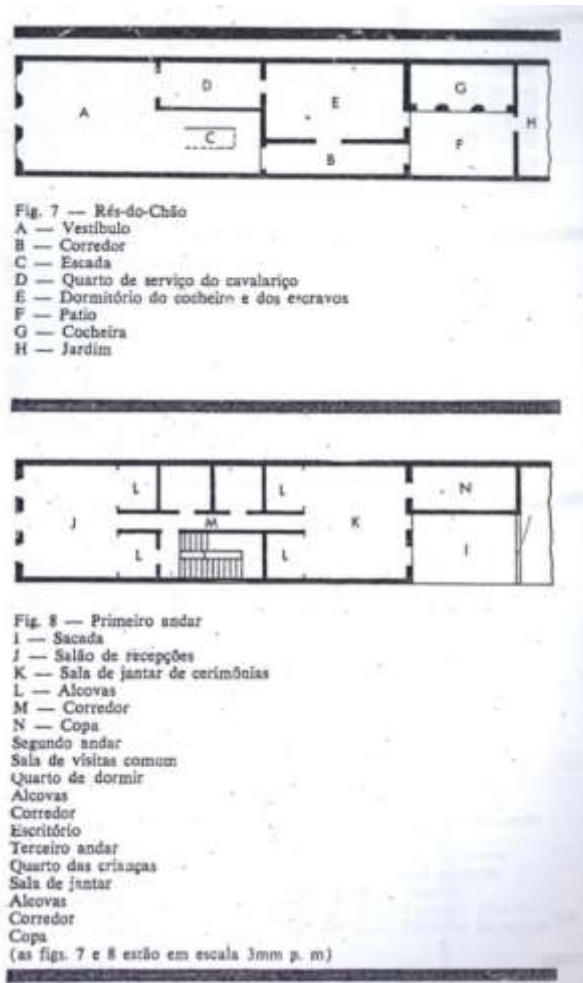


Fig. 35 – Planta de um sobrado – Recife, PE.  
 Fonte: VAUTHIER (1975, p. 42).

Mesmo com a tentativa de demonstrar riquezas através do tamanho do edifício e pela fachada principal, as residências construídas nas vilas coloniais mineiras eram de extrema simplicidade<sup>61</sup>. O autor citado, ainda, se refere aos cômodos que recebiam melhor acabamento: “quando muito, acabam-se com maior apuro as peças de recepção, entradas, vestíbulos e salas” (VASCONCELLOS, 1977, p. 154). Esses locais que recebem o melhor trato são aqueles nos quais, justamente, se dão os contatos sociais. O desejo de tê-los de forma mais apresentável, significava ostentar características de grandeza, a fim de produzir a sensação de que suas posses lhe aproximavam da condição de nobre.

Quanto ao restante da edificação, era desnecessário melhorá-la, já que nos demais cômodos se desenrolavam as atividades cotidianas da família e não justificavam apuro no

<sup>61</sup> “[...] Estas aparências e estas fachadas, no entanto, ocultavam comportamentos e vivências distantes do prescreviam as leis e do que se ostentava; nos interiores das casas, além disso, grassava a pobreza, uma pobreza evidenciada em parcas mobílias, na escassez de talheres e na simplicidade das vestes de uso doméstico.” (VILLALTA, 1998, p. 77)

acabamento. Percebe-se que nesse contexto, as influências culturais faziam reproduzir nas habitações a forma de pensar dos proprietários, definindo um melhor tratamento do edifício na parte onde se davam as relações sociais e nas que estavam visíveis para os demais indivíduos, ou seja, nos locais de recepção e nas fachadas principais (Fig. 36). Numa sociedade fundada em uma economia exploradora, nada mais interessava do que aparentar nobreza, para garantir a aceitação do indivíduo no meio em que ele vivia. Aproveitando-se, mais uma vez, das palavras de Vasconcellos (1977), é possível verificar o desejo de ostentação buscado pela população:

Com a formação das várias classes sociais, tende também o homem a galgar posições cada vez mais elevadas, no que é contrariado pelo pauperismo em que, de certo modo, se debate. Decorre deste conflito o esforçar-se cada um por aparentar riqueza acima de suas posses, derramando-se em vãs ostentações, prejudiciais, na maioria das vezes, ao verdadeiro conforto necessário à família. (VASCONCELLOS, 1977, p. 41)



Fig. 36 – Sobrado setecentista – Ouro Preto, MG.  
Fonte: Foto do Autor.

Para completar a abordagem sobre a casa do colonizador setecentista em Minas Gerais, serão apresentados os cômodos internos da habitação, onde se desenrolava o cotidiano do lar. Antes, é preciso descrever que a função da cozinha na casa colonial não servia somente ao preparo dos alimentos, mas era o local onde se praticava a maioria dos serviços domésticos. Dentro dela se desenvolviam todo o tipo de tarefas, ampliadas em razão da quantidade de escravos que o proprietário possuía. Quando envolvia um número elevado de cativos, provavelmente, em seu interior encontrava-se uma situação bastante semelhante à descrita por Vauthier (1975), no trecho a seguir:

[Nas Casas-Grandes existe] um grande aposento onde as negras moças, sentadas por terra, fazem renda ou trabalhos de agulha, enquanto outras passam roupa, tais são as principais peças dessa região feminina que têm por capital uma vasta cozinha provida de grande fogão,

– amontoado confuso de coisas e seres animados, do qual a cozinha de um albergue de aldeia, em dia de feira, dará uma pálida ideia. [...] é ali que as negras, que se tornaram mães há pouco, vêm alimentar seus filhos e se entregar aos outros cuidados que são a consequência daquele; é ali que os escravos convalescentes vêm tomar uma refeição mais substancial. A dona da casa preside quase todo o dia às inúmeras operações de que esse lugar é o teatro. (VAUTHIER, 1975, p. 87)

Percebe-se que esses locais são os destinados, quase que exclusivamente, ao universo feminino. Dificilmente, algum proprietário mineiro chegou a ter um número de escravos comparado ao de um Senhor de Engenho nordestino, mas o aspecto descrito por Vauthier ilustra com verossimilhança o ambiente doméstico dos lares brasileiros do Período Colonial. Em menor escala na quantidade de cativos envolvidos, as habitações mineiras experimentaram da vivacidade cotidiana no coração das cozinhas. Rodrigues (1975) descreve as características desses cômodos em Minas Gerais:

A cozinha antiga era, como se sabe, ampla, de chão batido, ou calçada de lajes ou de pedras pequenas; ou mesmo assoalhada, com tábuas largas. Com o fogão e o forno no centro e sem chaminé, esse tipo é vulgar em Minas. Quando o fogão era encostado, abria-se uma abertura na parede para a saída do fumo. [...] (RODRIGUES, 1975, p. 286)

Este autor se remete a um tipo de cozinha existente no Brasil setecentista, mas também bastante comum em Portugal, onde se tinha o fogão como o centro irradiador dos acontecimentos domésticos. Ainda comum em residências do interior de Minas Gerais, é o costume dos membros da família se reunir em volta do fogão à lenha para “se esquentar ao fogo”. Outra evidência da importância da cozinha na tradição mineira se mostra na excelência da culinária desse Estado, composta por uma variedade ampla de pratos e quitandas. Produtos que eram vendidos de porta em porta pelas escravas durante o Período Colonial como forma obter renda para suas patroas.

Vasconcellos (1977) se refere a dois tipos de cozinhas existentes nas habitações ouro-pretanas do séc. XVIII. As internas, próximas ao modelo descrito à moda portuguesa, e as externas, que permitem a ideia de que seja um cômodo evoluído do costume africano de preparar os alimentos no lado de fora. Seguem abaixo as desse autor:

#### Cozinhas internas:

A cozinha *com seu fogão e seu armário de tabuado liso*, em geral prima pelo descuido, a maioria com seu entelhamento à vista, facilitando a tiragem da fumaça e seu chão de terra socada, algumas poucas lajeadas ou *ladrilhadas com tijolos assentados com traço por igual*. Mais tarde, já com fogões de fornalhas, construídos de alvenaria, alguns sobre mesas de madeira, outros em pavimentos altos, não desdenhariam o tabuado liso. [...] (VASCONCELLOS, 1977, p. 156)

### Cozinhas externas:

Cozinhas maiores preferem apêndices das moradias, seus porões como na Rua Gorceix, n. 13 ou mesmo construções à parte, em geral dispendo também de fornos semiesféricos, de barro, para os assados e quitandas, muitos externos, sob telheiros, alguns somente com suas bocas abrindo para as cozinhas. [...] (VASCONCELLOS, 1977, p. 156)

Cozinhas maiores remetem a um número maior de escravos para fazê-las funcionar, portanto, a colocação externa é de fácil aceitação quanto à evolução da planta da casa, como uma característica da arquitetura africana nas casas coloniais mineiras. Diferentemente do que foi relatado por Vauthier em Pernambuco, em Minas Gerais não é apontada a existência de cozinhas nos sótãos das residências.

Outra característica da arquitetura colonial em Minas Gerais, também comum em toda a Colônia, foi a inexistência de cômodos sanitários na maioria das habitações. Para cuidar da higiene do corpo, “o banho era tomado num quarto, em bacião ou tina” (RODRIGUES, 1975, p. 300), mas quanto às necessidades fisiológicas adotavam-se conceitos diferentes. As fezes ficavam acumuladas em tinas, para que pela manhã os escravos<sup>62</sup> as levassem a fim de ser despejadas nos córregos ou locais onde era comum depositá-las. Já a urina, normalmente, era lançada na via pública, sob o aviso *lá vai água* ou *cuidado aí embaixo*. VASCONCELLOS (1977) relata sobre a inexistência de banheiros em Vila Rica:

Banheiros ou cômodos sanitários não são peças encontradas na arquitetura da Vila. A higiene doméstica vale-se de peças móveis, as gamelas, os urinóis, depois as bacias de folha, de louça ou mesmo de prata, com seus competentes jarros. Cadeiras ou poltronas, com seus assentos perfurados e fechados por baixo, escamoteiam urinóis dando, ainda, melhor conforto aos velhos ou doentes. Nos fundos de quintais, pequenos retretes de madeira, elevados sobre fossas ou regos, seriam as primeiras peças sanitárias fixas que depois se transportariam para o interior das habitações [...]. (VASCONCELLOS, 1977, p. 165)

Dentro desse conceito de habitação, seria impossível imaginar o funcionamento da casa sem a escravidão. O mínimo de conforto existente era derivado de um sem número de tarefas realizadas pelos cativos, que ao mesmo tempo se destinavam a cozinhar, limpar, cuidar das crianças, quilar a roupa, carregar o lixo e o esgoto, transportar os patrões e tantas outras funções do cotidiano. Porém é necessário lembrar, que havia três tipos de escravos na sociedade colonial mineira: os domésticos, que realizavam as funções descritas, os mineradores, que se encarregavam da exploração mineral, e os escravos de ganho, que desempenhavam trabalhos

---

<sup>62</sup> Os negros destinados a esse serviço ficaram conhecidos por *tigres*, devido ao fato dos excrementos escorrerem pelo seu corpo e produzirem manchas mais claras, provocadas pela exposição da pele ao sol.

para outros senhores<sup>63</sup>. Lemos (1979) indica a importância do negro na dinâmica da realização dos afazeres doméstico no Período Colonial brasileiro:

[...] As casas brasileiras podem mesmo ser classificadas, quanto ao seu funcionamento, em anteriores e posteriores à escravatura, pois o negro, como disse Lúcio Costa, era esgoto, ventilador, monta-carga, enfim, motor que punha em funcionamento a casa sem instalações sanitárias e de íngremes escadas de sobrados sucessivos, de janelas pesadas de guilhotina, que sinhazinha alguma conseguia levantar. [...] (LEMOS, 1979, p. 18)

A fim de concluir a discussão sobre as características da casa colonial mineira, retomar-se-á a descrição sobre as fachadas principais. De acordo com a abordagem anterior do assunto, essa parte da edificação era considerada um elemento autônomo, assim como cada cômodo da casa. Também, a frente da edificação poderia ser considerada como um cartão de visitas do proprietário, portanto, representava o status social daquela família.

No contexto da sociedade colonial, a preocupação com a aparência dada às fachadas principais constituía-se como um dos elementos da influência cultural trazida do além-mar. Havia normatizações, desde a Idade Média, para garantir a uniformidade do conjunto urbano das cidades portuguesas, através das paredes frontais dos edifícios. Essas normas que atravessaram o Atlântico com o colonizador e se impuseram sobre as edificações do Período Colonial, proporcionaram uma extrema semelhança à arquitetura praticada no Brasil dos primórdios da ocupação até o fim da colonização.

A repetição da tipologia arquitetônica existente em Portugal estava subentendida na sociedade colonial brasileira. Mesmo em locais onde não se fizeram aplicar às leis da metrópole, como em pequenos arraiais e vilas distantes, as feições das edificações são, sobretudo, semelhantes às de toda a Colônia, indiferentemente, do local e da época de construção. WEIMER (2005) ilustra o condicionamento a tipologia arquitetônica predominante no conjunto urbano:

[...] Não havia da parte do colonizador nenhum pudor em colocar lado a lado sobrados das mais diversas larguras [...], contanto que fossem seguidas as normas vigentes desde a Idade Média, em Portugal: elas impunham alturas de peitoris, vergas, beirados, a continuidade dos telhados, enfim, de todos os elementos construtivos vistos desde as vias públicas. Garantia-se, no entanto, total liberdade ao proprietário na forma de organização dos espaços *da porta para dentro*. (WEIMER, 2005, p. 210)

---

<sup>63</sup> Os escravos de ganho pertenciam a proprietários que não possuíam atividade remunerada fixa. Esses cativos realizavam trabalhos diversos na sociedade, a fim de conseguir renda para o seu senhor: os homens prestavam serviços para aqueles que não possuíam cativos, atuavam como barbeiros, carregadores, etc.; enquanto as mulheres: eram quitadeiras, prostitutas, lavadeiras, além de outras funções.

O autor se refere aos sobrados, mas as regras podem ser estendidas às casas térreas e todo o tipo de edificação urbana. Consoante com a tradição da uniformidade das fachadas principais se apresentava o tratamento cromático dado às edificações. Restritas pelo baixo nível tecnológico apresentado pelos materiais disponíveis à construção civil, as tintas, normalmente, eram conseguidas com matérias-primas da região. Os altos custos de obtenção de certos pigmentos, aliados, a pequena gama de cores possíveis de ser fabricadas com as técnicas rudimentares que existiam, contribuía para a unidade estética do conjunto. Vasconcellos (1977) discorre sobre o aspecto das vilas mineiras do Período Colonial, quanto à variedade de cores:

Por todo o século XVIII, de acordo com a tradição ibérica, as fachadas são sempre caiadas de branco, como confirmariam, aliás, os viajantes que deixaram crônicas de suas impressões. As cores, como no interior da habitação, aparecem, de início, nos elementos de madeira, mas ainda assim, são pobres, primárias, carregadas, só esquecendo pelo contraste com os brancos das paredes. [...] (VASCONCELLOS, 1977, p. 175)

Com a evolução das vilas em Minas Gerais, a aparência das fachadas principais foi se alterando. Na fase inicial da ocupação havia a predominância dos panos cegos nas paredes frontais, a baixa existência de vazios dava a arquitetura desta época um tom mais pesado, proporcionando ao edifício um aspecto de excessiva robustez<sup>64</sup>. Os vãos se constituíam como aberturas de dimensões reduzidas, encerrados por uma verga reta (Fig. 37).



Fig. 37 – Sobrado do início do séc. XVIII – Ouro Preto, MG.  
Fonte: Foto do autor.

<sup>64</sup> “No século XVIII os cheios vão diminuindo e os vãos multiplicando-se e crescendo em altura. Aparece o arco abatido e as casas se enriquecem com cimalkhas e sobrevergas, com janelas de peitoril ou púlpito, com guarda-corpos em treliça ou balaustradas de ferro. As vidraças começam a aparecer no final do século nas janelas de guilhotina, tendo o seu uso mais difundido e os desenhos mais apurado no século XIX, quando foram largamente utilizadas nas portas e bandeiras.” (IPHAN/Monumenta, s/d, p. 187)

Com o tempo, as edificações ganharam uma feição mais leve, os vãos aumentaram em proporções, invertendo a lógica inicial. Segundo Vasconcellos (1977, p. 191), “no fim do século XVIII, passam os vãos a prevalecer fortemente sobre os panos cegos da fachada que se reduzem, praticamente, a uma faixa superior, acima dos lintéis, completada por outra, inferior, abaixo dos peitoris das janelas.” As sacadas, então, tornaram-se características dos sobrados, de onde o proprietário conjuntamente com sua família poderia acompanhar as festas religiosas e o que se desenrolava nas ruas (Fig. 38).



Fig. 38 – Sobrado do fim do séc. XVIII – Ouro Preto, MG.  
Fonte: Foto do autor.

Novos detalhes foram inseridos na arquitetura produzida nas vilas. LEMOS (1979, p. 30) indica que “segundo D. Clemente da Silva Nigra, foi o brigadeiro Alpoim o introdutor no Brasil, lá pelos meados do século XVIII, das janelas de vergas encurvadas.” A inserção das janelas de verga curva contribuiu com a renovação da aparência das fachadas, possibilitando inclusive situar no tempo a construção do edifício. Entretanto, as vergas retas nunca deixaram de ser produzidas e concorriam pela preferência do construtor no acabamento das esquadrias.

Diante de um universo cultural tão complexo, que envolvia um modo de vida composto por influências de variados povos e costumes, desenvolveu-se a arquitetura em Minas



Gerais durante o séc. XVIII. Fruto de uma arraigada forma de pensamento, baseada na necessidade de ostentação e na simplicidade que regia as habitações popularescas, mas antes de tudo, consequência de uma tradição construtiva excepcionalmente forte. Capaz de se reproduzir em toda a Colônia, mantendo firme a característica original, formada em Portugal.

### **Considerações Finais sobre o Capítulo**

A arquitetura vernacular em toda a Colônia se difundiu de maneira bastante uniforme. Praticamente não houve manifestações de vulto entre as habitações produzidas pelo povo, situação nem mesmo alcançada pelos mais abastados. Quando muito, para representar *status*, o proprietário ergueu um sobrado e estabeleceu sua família nessa edificação segundo seus costumes.

É importante ressaltar que o partido tradicional da casa colonial, perdurou por bastante tempo em Minas Gerais. Mesmo com o fim do Período Colonial, ainda se construíam edificações conservando as divisões espaciais comumente empregadas e produzidas com a tecnologia existente nos séculos anteriores. Muito disso se deve a persistência da escravidão até 1888, quando foi abolida.

A presença do cativo como propulsor da economia brasileira do séc. XVI até o XIX, assim como, o impedimento por parte de Portugal de se criar na Colônia, escolas e manufaturas para atender a população local, além da produção exclusivamente primária para a exportação, impediu o desenvolvimento tecnológico no Brasil. Atraso evolutivo que se recaiu sobre a arquitetura na falta de inserção de novas técnicas e no funcionamento da habitação e dos serviços básicos das cidades baseado no trabalho escravo.

Somente a partir da segunda metade do séc. XIX é que se começou a abandonar os velhos hábitos da arquitetura colonial. Com a abertura dos portos aos produtos estrangeiros, chegaram ao Brasil novos materiais e ferramentas para serem utilizados na construção civil, o que permitiu aos poucos o abandono das estruturas de madeiras fechadas com terra crua. Importante também foi a vinda dos imigrantes para o país, que introduziram novas técnicas construtivas na arquitetura nacional. O fim da escravidão idênticamente contribuiu, pois obrigou a produção de habitações mais adequadas aos novos costumes.

As novas normas sanitárias inviabilizaram as edificações geminadas e introduziram um novo conceito de saneamento. Segundo Lemos (1979) foi essa mudança de paradigma quanto à higiene, que mais contribuiu para o abandono definitivo do gregarismo entre as edificações:

Foram os novos conceitos de higiene, mormente aqueles ligados à habitação e às novas técnicas de construção, com todas as suas possibilidades, que sugeriram as primeiras normas de construções, logo transformadas em leis – tanto as que se interessavam pela saúde do povo como as mais voltadas à remodelação urbana, visando o abandono definitivo dos velhos costumes gregários das casas geminadas. E surgiram os afastamentos laterais para o sol e o ar penetrarem nos cômodos do centro da planta. Foi o adeus às alcovas abafadas, e o surgimento dos jardins. (LEMOS, 1979, p. 26)

A múltipla formação cultural do povo português possibilitou a disseminação de uma arquitetura tecnologicamente variada durante a ocupação da Colônia, o que permitiu a adequação do conhecimento técnico-construtivo, disponível ao colonizador, às diversas regiões brasileiras. Entretanto, com o passar dos séculos, o regime da economia colonial não permitiu a criação de meios para o desenvolvimento tecnológico da construção civil, tanto em Portugal como no Brasil. Situação que impediu a elaboração de novos sistemas construtivos e materiais para serem empregados na produção das edificações.

# Capítulo III

A Tecnologia

**O PERFIL TECNOLÓGICO DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO SÉC. XVIII**

## **A Situação da Construção Civil no Brasil Colonial**

É interessante como a tecnologia construtiva não conheceu evolução ao longo de todo o Período Colonial brasileiro. A formação de Portugal mesclou a diversidade cultural dos diversos povos que se estabeleceram na Península Ibérica, igualmente, a arquitetura absorveu essa variedade de vertentes e desenvolveu-se segundo as possibilidades existentes naquele país. As casas portuguesas eram edificadas segundo um amplo conhecimento de materiais e sistemas construtivos, assegurados pelo domínio técnico de matérias-primas como a pedra e a madeira, sem esquecer-se da terra que era utilizada largamente como elemento estrutural ou de vedação, de acordo com a técnica escolhida.

Todo esse arcabouço tecnológico disponível ao português foi trazido para o Brasil e garantiu o estabelecimento do colonizador em todas as regiões ocupadas da Colônia. A imensa variedade de madeiras, existentes nas novas terras, permitiu ao construtor amplas possibilidades de produção, tanto para a construção civil em geral, quanto para a fabricação de utensílios, ferramentas ou peças decorativas nos templos religiosos. Ao longo do Período Colonial, as pedras foram utilizadas em larga escala na construção de edifícios e obras públicas, fortes e igrejas. Porém, somente um pouco mais tarde tiveram aplicações nas edificações comuns, já na fase de ocupação da região mineradora, mas, igualmente, admitiram um bom emprego nas obras civil. A terra crua, por exemplo, possibilitou o primeiro estabelecimento humano do interior do país, na Vila de São Paulo de Piratininga em meados do séc. XVII.

Apesar de variado e adaptável a qualquer sítio, o conhecimento técnico-construtivo em Portugal, assim como no Brasil, não evoluiu após a expansão territorial lusa. A construção civil na Colônia não desfrutou de outro progresso, senão, a adaptação da tecnologia ao material. Na Metrópole o quadro não foi diferente. Todos os esforços ligados à arquitetura, possibilitados após a farta quantidade de riquezas provindas na América durante a colonização, foram concentrados na construção de templos católicos suntuosos e palácios para a Corte.

A estagnação evolutiva da construção civil no Brasil Colônia se deve a alguns fatores históricos e culturais. O primeiro deles, que merece ser relacionado, é o elemento que sustentava a economia colonial, a escravidão. Fundamentada na exploração exaustiva das riquezas naturais através dos cativos, o sistema de produção não possibilitou o desenvolvimento de novas técnicas construtivas, uma vez que toda a força de trabalho estava direcionada para a fabricação do açúcar e, após a descoberta do ouro, para a exploração mineral (Fig. 39).

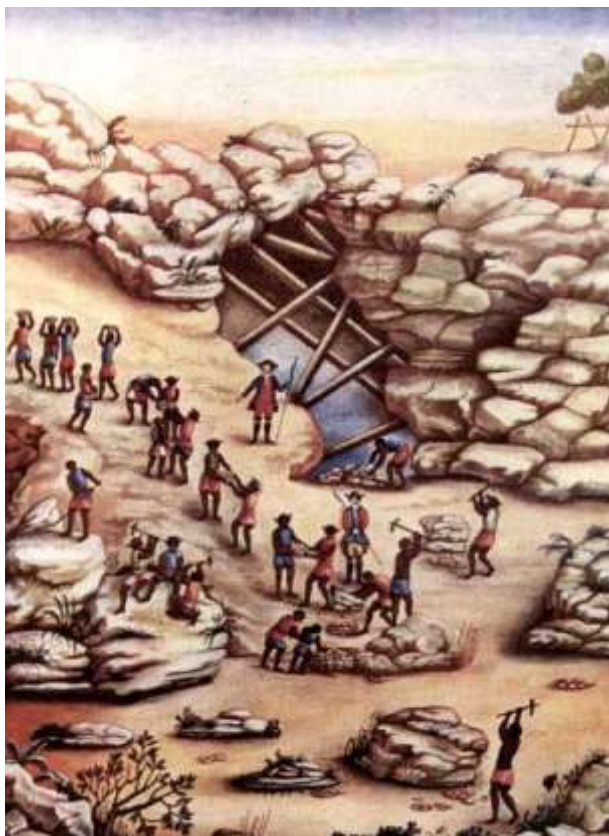


Fig. 39 – Escravos trabalhando na mineração.  
Fonte: Site da internet.

A cultura portuguesa da época impedia ao branco se destinar ao trabalho manual, quando muito, aceitava-lhe ganhar o seu pão através do comércio. Correspondia ao escravo todo o tipo de tarefas. A existência do cativo como força motriz na sociedade descartou a necessidade de evolução tecnológica, já que para vencer qualquer limitação produtiva, comprava-se um punhado de negros a mais para executar o serviço à força bruta. O trabalho assalariado poderia ter contribuído para a alteração do quadro de defasagem, tendo em vista que a remuneração possibilitaria a introdução de novos métodos de produção. Entretanto, segundo Omegna (1971), o sistema socioeconômico colonial não comportaria tal atitude:

O trabalho do branco seria assalariado, o que oneraria o custo da produção colonial, muito rudimentar e não suportando o luxo de trabalhadores melhor dotados. E por que usar brancos e dar-lhes salários se havia a facilidade de escravizar o [indígena] e o negro? [...] É possível que grande parte dos colonos acreditasse, realmente, na relação da raça como maior ou menor eficiência do indivíduo para tal trabalho. E que, assim, só os negros devessem servir na indústria do açúcar ou da mineração. Ou que os índios e mestiços iriam melhor nos trabalhos dos rebanhos. E que eram as classes sociais predeterminadas pelas características e origens étnicas de cada um. (OMEGNA, 1971, p. 177-178)

Seria importante também, a inexistência de um mercado organizado para a construção civil. Uma economia de exploração exaustiva, sustentada pela escravidão, não

comportaria uma ampla variedade produtiva. Nesse contexto, seriam exclusivamente permitidas a produção exportadora e a de subsistência. Não existia espaço para a fabricação de materiais de construção manufaturados, dado o alto custo da obtenção da mão-de-obra escrava. Para erguer edifícios aproveitava-se então do que o meio natural oferecia, consumindo as matérias-primas mais abundantes e as que estavam nas cercanias das edificações. Havia, no entanto, a necessidade de fabricar regularmente as telhas<sup>65</sup>, praticamente o único material a ser produzido em escala, em vilas ou em arraiais onde existisse a movimentação de riquezas. Nas povoações mais pobres cobrir-se-iam as casas com fibras vegetais e folhas.

Em um sistema de produção baseado no trabalho escravo era desvantajoso destiná-los a atividades onde não havia alta rentabilidade. Manufaturas como as olarias, por exemplo, precisam de muita mão-de-obra para fazê-las funcionar, desse modo, somente a fabricação de telhas obteve sustentabilidade<sup>66</sup>, por se tratar de um material indispensável para a construção de edifícios. Além disso, em algumas localidades, eram produzidas no próprio local da obra, baseadas em técnicas oleiras primitivas.

Weimer (2005) se refere ao uso de mão-de-obra escrava na produção de telhas no Brasil Colonial:

Como a produção dessas telhas é um trabalho muito pesado, ele era executado por escravos. Essa talvez seja a razão pela qual se difundiu a crença de que tais telhas tenham sido moldadas em cima das coxas. Qualquer verificação nas telhas demonstra a impossibilidade desse fato, em primeiro lugar por não reproduzir a anatomia do pretense molde, em segundo lugar por ser necessário deixar o barro secar para adquirir a forma antes de queimado, e em terceiro lugar pelas dimensões, em geral em torno de dois pés de comprimento (66 centímetros), o que exigiria escravos verdadeiramente gigantescos para apresentar coxas dessas dimensões. Por isso, o barro precisa secar em cima de uma forma até adquirir a devida consistência. [...] (WEIMER *apud* Gutierrez<sup>67</sup>, 2005, p. 267)

Outra condição que favoreceu a estagnação tecnológica foi o deficiente sistema de transporte existente em toda a Colônia. A falta de ligação por terra entre as regiões brasileiras era um plano da Coroa para garantir a falta de comunicação entre elas e, assim, impedir qualquer tipo de insurreição contra os interesses reais. As principais rotas comerciais marítimas

<sup>65</sup> As olarias se difundiram desde o início da colonização. Geralmente, somente as telhas eram fabricadas em escala. Em alguns locais, havia a produção de lajotas cerâmicas para pisos e tijolos, esses últimos foram produzidos para a construção de arcadas e peças de acabamento. Somente em sítios, onde não era possível a extração de materiais primários da natureza, é que se utilizavam tijolos para erguer casas.

<sup>66</sup> “Por de volta de 1713, segundo Salomão de Vasconcelos, começa a funcionar a primeira olaria de Vila do Carmo e só a partir dessa data difundir-se-iam pela Capitania. De fato, em 1719, as licenças solicitadas à Câmara já especificam com mais frequência esse material, mesmo em ranchos que, então, se apresentavam *cobertos de telhas*.” (VASCONCELLOS, 1977, p. 123)

<sup>67</sup> GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas e olarias. Um estudo sobre o espaço pelotense*. Porto Alegre: PUCRS, 1993. Dissertação de mestrado.

transportavam para a Metrópole toda a produção exportadora nacional, entretanto, não havia um volume significativo de trocas de mercadorias entre as capitanias<sup>68</sup>, o que desfavorecia o comércio interno. Além destes fatores, o regime de ventos da costa favorecia mais a navegação em direção de Portugal do que no litoral.

Nas precárias vias terrestres que existiam, corriam os tropeiros (Fig. 40). Omegna (1971, p.126-129) descreve a importância desses mercadores no ciclo econômico da Colônia, principalmente, durante o séc. XVIII, após a descoberta das minas. Por meio deles se dava a circulação de riquezas e gêneros diversos de arraial em arraial. As tropas regulares eram responsáveis pelo “transporte do interior e para o interior”, porém, as cargas estavam sempre restritas ao volume e ao peso, de maneira que os animais aguentassem a longa jornada. Diante dessa limitação, seria impossível circular com materiais de construção no lombo de burros e mulas.



Fig. 40 – Tropeiro transportando produtos no interior da Colônia.  
Fonte: Site da internet.

Cercado de limitações, quanto ao transporte de produtos, Broos (2002) se refere à obtenção de materiais para a construção de casas na Colônia:

Os antigos construía suas casas com os materiais que o País lhes oferecia, no sentido verbal da palavra. Nos primeiros tempos da colonização usavam aqueles que por acaso encontravam perto do local da construção. Mais tarde, os mandavam vir da redondeza, se era oportuno, e raramente pediam materiais de longa distância. [...] (BROOS, 2002, p. 103)

---

<sup>68</sup> Além da distância e a falta de comunicação havia uma rivalidade histórica entre as capitanias do norte com as do Sul, que impedia uma aproximação comercial entre as diversas regiões da Colônia.

Constituía, igualmente, um empecilho para o desenvolvimento, a barreira estabelecida pela Coroa de se formarem atividades manufatureiras na Colônia. A falta de condições para produção em larga escala dos materiais acarretava em altos preços desses para os construtores, o que inviabilizava a disseminação de produtos manufaturados para a construção civil, haja vista a penúria que se debatia sobre a maioria das povoações.

De certo modo, a inexistência de profissionais com conhecimento técnico, além do aprendizado no canteiro de obra, contribuiu para a defasagem tecnológica verificada no setor, durante o Período Colonial. O artífice, na maioria dos casos, somente reproduzia as técnicas que lhe foram ensinadas, sem que fossem propostas novas formas de empregar os materiais ou modificações significativas nos sistemas construtivos utilizados.

A tecnologia rudimentar das ferramentas disponíveis aos construtores, igualmente, não ofereceu condições para a evolução das técnicas. Os instrumentos de trabalho eram bastante rústicos e de baixo rendimento, em sua maioria, baseados na utilização manual. Situações que transformavam o serviço em uma tarefa penosa e de difícil execução, necessitando de grande leva de escravos para executar as obras de maiores proporções. Sem dúvida, naquela época o próprio negro era considerado uma ferramenta disponível ao trabalho, assemelhando as suas funções às realizadas pelos animais.

Apesar da relativa falta de avanço técnico, a construção civil em Minas Gerais produziu inúmeros artífices locais, onde podem ser destacadas diversas obras produzidas por estes profissionais. As riquezas proporcionadas pelo ouro possibilitaram uma renovação da arquitetura nacional, atraindo para a Colônia a entrada de novos oficiais. Ajudadas pela intensa imigração acontecida no séc. XVIII, as igrejas mineiras são consideradas obras-primas da arte colonial brasileira, entretanto, entre as habitações vernaculares as alterações não são tão sensíveis. Santos (1951) se refere às consequências geradas na arquitetura local, com a chegada de gente do Reino nas Minas:

No que se refere aos ofícios mecânicos, de que haveria de resultar, dentro de um prazo relativamente curto, a formação de uma classe de profissionais hábeis como não existia, por então, em nenhuma parte do país, a influência reinol teria sido decisiva. Só assim se explica que num período de menos de meio século se tivesse realizado nas Minas, invadidas por grandes massas lusas, um desenvolvimento tão rápido da arquitetura como jamais se vira em outros pontos da Colônia, e que se tivessem criado mesmo verdadeiras estirpes de artesanato, entre as quais se contam artistas dos de maior merecimento da história das nossas artes. (SANTOS, 1951, p. 122)

Diante de um universo tão restritivo, não seria diferente o atraso tecnológico que se verificou na construção civil brasileira do fim do Período Colonial. Na falta de condições para



utilizar outros métodos, o construtor recorria ao conhecimento acumulado por seus antecessores, para desenvolver o seu ofício. As inovações na arquitetura e na técnica construtiva tardariam a meados do séc. XIX para serem inseridas<sup>69</sup>.

### **Construtores e Mestres de Ofícios**

A construção civil colonial trazia consigo conceitos ancestrais da sociedade portuguesa. Um deles se constituía no agrupamento dos artífices em corporações de ofícios, a moda das que foram criadas na Idade Média. Nesse regime, cada oficial estava regido pelas normas do seu grupo profissional, no qual observava os preceitos de conduta referentes à ocupação desempenhada e preservava a cotação definida para o serviço prestado. O trabalho corporativo garantia a existência de condições para que cada oficial pudesse exercer sua profissão, sem que a concorrência desleal afetasse a sua atuação e a do seu regimento.

Na Colônia, cabia às Câmaras regulamentar as atividades dos *mestres de ofícios*, como eram chamados os trabalhadores que executavam as atividades manuais. A administração municipal fazia papel de juiz dentro do meio corporativo dos profissionais. No grupo de oficiais da construção civil, expostos à regulação, se encontravam: os alvaneus<sup>70</sup>, os carpinteiros, os canteiros, entre os construtores, os ferreiros, que produziam ferramentas e ferragens, além de outros. Lopes (1955) aborda o controle sobre as atividades profissionais no trecho abaixo:

Os chamados *ofícios mecânicos*, como vêm nos registros coloniais, só podiam ser exercidos, legalmente, por operários aprovados em exames, após os quais recebiam as indispensáveis provisões. E essas provisões, para terem validade, deviam ser levadas ao Senado da Câmara, que expedia *carta de confirmação e licença*. [...] Para cada um dos ofícios – de carpinteiro, pedreiro, ferreiro, ourives, alfaiate, sapateiro, ferrados e alveitar, seleiro – eram eleitos, anualmente, pelos operários provisionados e perante o Senado da Câmara, dois juízes e um escrivão. [...] Incumbia aos juízes examinar os candidatos ao exercício dos respectivos ofícios, fornecendo certidões aos aprovados, redigidas pelos escrivães, bem como servir de louvados, por convocação da Câmara ou indicação de arrematantes de obras. (LOPES, 1955. p. 147)

Na primeira fase da colonização, os construtores eram, majoritariamente, imigrados da Europa, salvo um ou outro nativo aculturado que exerceu essa função. Segundo Pinto (1975,

---

<sup>69</sup> “A instalação da família real no Brasil e o estabelecimento de novos órgãos administrativos na colônia aceleram o processo de modernização das cidades. [A partir do segundo quartel do séc. XIX] acelera-se o crescimento demográfico e grandes modificações visando a higiene pública e a estética urbana acontecem nas cidades e na arquitetura. Neste sentido, particular importância é dada às artes que culmina com a contratação da Missão de Artistas Franceses, fundadores, no Rio de Janeiro, da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, implementando uma nova linguagem para a arquitetura.” (IPHAN/Monumenta, s/d, p. 188)

<sup>70</sup> *Alvanel* era uma das designações dos pedreiros. Possivelmente, o nome tem origem etimológica coincidente com a da palavra alvenaria.

p. 51) os primeiros oficiais da construção civil a se deslocarem para a Colônia se constituíam de “gente da Extremadura espanhola, da Andaluzia, do Alentejo, do Algarves. A plebe moçárabe dos ferreiros, dos sapateiros, dos pedreiros, dos carpinteiros.” Com a fixação portuguesa na nova terra ampliou-se o número de profissionais, tanto que no fim do séc. XVIII a atividade não estava mais sob domínio quase exclusivo dos homens de além-mar. LEMOS (1979, p. 94) diz que: “lembramo-nos, somente, dos *mestres de risco*, dos construtores, dos pintores e entalhadores, quase todos mulatos, [...] e alguns vindos de Portugal, já com apreciável currículo.”

Entretanto, com exceção dos engenheiros militares e alguns arquitetos que trabalharam para as ordens religiosas, a maioria dos construtores migrados para a Colônia não estava na primeira linha de profissionais existentes em Portugal. Geralmente, os artífices aqui estabelecidos aprenderam na prática com algum mestre de ofício, sem, no entanto, possuírem qualificação formal para trabalharem na construção civil. Lemos (1979) discorre sobre a situação observada no Brasil Colonial quanto à qualificação dos construtores:

[...] Não devemos nos esquecer que os colonos aqui chegados, além de serem poucos, não tinham habilitações uniformemente distribuídas dentro da sociedade e eram, na verdade, grandes improvisadores neste isolamento do Novo Mundo. Assim, qualquer entendido em construções era disputado pelo povo em geral e seus ensinamentos calavam fundo e se transformavam em regras ou métodos por todos seguidos. Até degredados habilitados chegaram a trabalhar em obras importantes [...] (LEMOS, 1979, p. 29)

Apesar de não existir uma qualificação formal na Colônia para a construção civil, a escassez de profissionais do Reino possibilitou a formação de mão-de-obra local, através do aprendizado prático nos canteiros de obras. A intensa migração para o Brasil, após a descoberta do ouro, fez disseminar povoações na região mineira e aumentar o número de moradores das cidades de onde seriam escoadas as riquezas. Com o crescimento da demanda, inúmeras edificações foram erguidas ao sabor do estabelecimento das pessoas. Vasconcellos (1977) descreve a composição profissional em Minas Gerais no Período Colonial:

Os grupos profissionais que atuaram na capitania seriam, a princípio, compostos de emigrados, mas, desde logo, se ampliaram com a formação de oficiais do lugar, habilitados através do aprendizado direto nas oficinas, mais voltados para a arte, ou nas construções, com maior interesse técnico. A longa duração das obras, o cuidado com que, muitas delas, eram realizadas, e a simultaneidade, em que tantas se fizeram, explicam suficientemente o grande número de artesãos nelas formados, responsáveis pelos valiosos monumentos edificadas na Capitania no decorrer do século XVIII. (VASCONCELLOS, 1977, p. 97)

Este autor demonstra também, que os mestres de ofícios tinham que obter licença profissional para atuar na construção civil:

Se bem determinadas obras, por sua importância ou destinação, sejam devidas a engenheiros militares, a clérigos, ou mesmo a simples curiosos, na falta de profissional habilitado, na maioria dos casos são de responsabilidade de mestres de ofícios, sujeitos a exames de licença, mais ou menos de acordo com as *regras firmadas pelo Regimento dos Oficiais Mecânicos, compiladas pelo Licenciado Duarte Nunes Leão, em 1572*, origem da regulamentação profissional contemporânea. (VASCONCELLOS, 1977, p. 94)

Apesar da tentativa de regulação profissional, o quadro de oficiais regulamentados não era amplo. Na Câmara de Vila Rica, a inexistência de juízes até 1730, para avaliar os oficiais da construção civil, permite a hipótese de que a maioria dos construtores seria composta por leigos até este período. O controle na atuação de outras classes era facilitado pela instalação em locais fixos, as oficinas. No entanto, as edificações surgiam de acordo com o sítio onde se instalavam, portanto, apresentavam-se mais distantes da fiscalização dos serviços. Vasconcellos (1977) relata a situação encontrada em 1715 para a habilitação dos pedreiros:

[...] Na capitação de 1715, aparecem 14 sapateiros, 12 alfaiates, 11 carpinteiros, 8 ourives, 6 tocadores de gado, 6 ferreiros, não havendo referências, neste ano, a pedreiros, sejam alvanéus ou canteiros. Esta lacuna conduz a hipótese deste mister ter sido exercido indiferentemente pelo próprio interessado, por trabalhadores comuns ou pela escravaria. (VASCONCELLOS, 1977, p. 95)

A falta de profissionais habilitados em Vila Rica perdurou até por volta da metade do séc. XVIII, quando começaram a ser construídas a maioria das obras públicas (pontes e chafarizes), o Palácio dos Governadores e as igrejas matrizes, que já possuíam uma configuração bastante próxima da atual. O volume de obras importantes, realizadas na vila, proporcionou um importante campo de atuação para os oficiais da construção civil. No entanto, a abundância de trabalho não refletiu em profissionalização no desempenho da arquitetura e das técnicas construtivas na Colônia, que continuavam a ser ensinadas nos canteiros de obras ou em oficinas dos mestres de ofícios.

### **A Escolha do Material e da Técnica Construtiva**

Foi ressaltada nesta pesquisa, a grande capacidade de adaptação da arquitetura portuguesa, conforme se desenrolou a ocupação da Colônia. Técnicas e sistemas construtivos tiveram que passar por uma releitura, quando desenvolvidas em terras brasileiras, devido à natureza diferenciada dos materiais existentes em Portugal e no Brasil. Espécies desconhecidas

de madeira, tipos de rochas com comportamento estrutural ainda não dominado pelo construtor, argilas com qualidades plásticas ignoradas, são exemplos das dificuldades encontradas pelos colonos defronte da necessidade de erguer edifícios.

Nesse contexto de adaptação às novas terras, seria o tipo de material que definiria a tecnologia a ser aplicada à construção. A abundância de madeiras, por exemplo, seria de extrema importância em algumas regiões do país, o que levou o construtor a preferir as estruturas autônomas em gaiola, com paredes vedadas por adobe, taipa de mão ou pau-a-pique. Enquanto em outros lugares, a escassez dessa matéria-prima culminaria no emprego em larga escala da terra, nas edificações erguidas com a taipa de pilão, e, posteriormente, no uso da pedra como elemento construtivo nas residências.

Para melhor se amoldar às características de cada sítio, optou-se por técnicas construtivas que acabaram predominando em certos locais<sup>71</sup>, de acordo com a disponibilidade de matéria-prima. Na escolha dos materiais que serviriam de estruturas, vedações e coberturas, recorria-se ao conhecimento arquitetônico herdado de Portugal, para que fosse definida a forma de construir o edifício. Até mesmo as habitações primitivas, produzidas na ocupação das novas terras, eram regidas pelo mesmo processo de seleção de materiais na natureza.

Lemos (1979) ilustra essa metodologia de escolha do sistema construtivo em função do material disponível e, subsequentemente, as demais atividades desenvolvidas para complementar as necessidades da técnica utilizada:

[...] Afonso Brás foi o primeiro taapeiro paulistano que despontou como pioneiro na seleção ecológica de materiais de construção: escolheu a terra argilosa que estava sob os seus pés – o material mais imediato e mais barato. E São Paulo passou a ser a civilização da taipa por excelência. A taipa, por ser terra socada entre pranchões é altamente erodível e necessita de proteção permanente de grandes telhados de largos beirais e com ela surgiu a necessidade de telhas cerâmicas de canal. Com os taapeiros, apareceram os primeiros oleiros queimando telhas nas várzeas ao longo do Tamanduateí. Oleiros que não faziam tijolos, a outra opção abandonada. [...] (LEMOS, 1979, p. 63)

---

<sup>71</sup> “Em Minas, [o pau-a-pique] generalizou-se a partir do primeiro quartel do século XVIII, tanto em sobrados de vulto como em pequenas casas urbanas; e até mesmo igrejas foram assim construídas (Diamantina, Santa Rita Durão, Santa Bárbara, etc.); como exceção de certos edifícios administrativos. Em muitas casas cujas as paredes externas são de pedra ou taipa, as divisões internas obedecem a esse sistema, com função de tabique. Nota-se a transição do processo em Ouro Preto e Mariana, onde as casas mais antigas, dos começos de 1700, são em pedra e argamassa, o que se pode observar nas ruínas do Morro da Queimada, onde as paredes são ainda de pedra tosca.” (RODRIGUES, 1975, p. 293-294)



Fig. 41 – Edificações construídas com taipa de pilão – Casas do *Bom-Será*, Bairro Cabeças. Ouro Preto, MG.  
Fonte: Foto do Autor.

No trecho do referido autor, é possível identificar que a escolha do método construtivo estava condicionada ao custo do material. Desta maneira foi executada a arquitetura vernacular em toda Colônia. Invariavelmente, optava-se pelo material mais abundante e mais barato para conceber as estruturas e as vedações das paredes, até mesmo os edifícios públicos e as igrejas estavam condicionados a estas imposições, quando não havia movimentação de riquezas no lugar. Diante da escassez de alguma matéria-prima de uso indispensável, como a madeira que era imprescindível para a estrutura dos telhados, por exemplo, usavam-na com bastante parcimônia para garantir as necessidades locais. Vasconcellos (1977) demonstra que em Vila Rica essa situação definia, inclusive, a utilização de materiais diferentes em determinados arraiais:

[...] arraiais maiores de Ouro Preto, Antônio Dias e Padre Faria, situados no fundo do vale, entre seios de floresta virgem, faziam as suas construções de madeira; ao passo que os outros, situados na serra, em superfície formada de canga estéril e nua, lançaram mão dos blocos avulsos ou facilmente extraídos; e dele tiraram o material mais acessível e econômico de seus edifícios. (VASCONCELLOS, 1977, p. 115)

Este autor aponta ainda, a variação de técnicas construtivas e materiais em diferentes vilas mineiras do período:

[...] em relação às povoações da mesma época em Minas, talvez seja Vila Rica a que mais se valeu da pedra em suas construções [...], no Tijuco, *poucas casas de vivenda se constam aí fabricadas de pedra, porque a construção ordinária de tais edifícios é feita de taipa mais*

*durável ou de pau-a-pique*<sup>72</sup>; *poucas de pedra*, confirmaria Aires do Casal que em Paracatu também só encontra *casas térreas e feitas de madeira*. Na Vila do Príncipe, Pohl encontra umas 600 casas *construídas parte de madeira, parte de barro*, em Barbacena umas 300, *na maioria térreas de pau-a-pique*, como também são as da Vila do Fanado [...]. (VASCONCELLOS, 1977, p. 115)

A pedra foi um dos materiais mais utilizados em Vila Rica. A abundância no terreno de jazidas rochosas, próprias para a construção, facilitou a difusão das edificações erguidas, total ou parcialmente, com esse material. Na primeira fase da povoação, a canga teve uma larga utilização nas “casas dos morros”, onde era aplicada segundo a técnica portuguesa da alvenaria em pedra seca<sup>73</sup>. Conforme Toledo (1983, p. 109), em Portugal “esse material é usado na separação das propriedades rurais em extensos muros de pedra empilhada sem argamassa”.

Nesta vila, após a difusão da canga, teve-se o uso do quartzito, existente em jazidas na base do Pico do Itacolomy e no local da vila conhecido como Lajes. Esse tipo de pedra, de composição mais uniforme e de melhor trabalhabilidade, foi utilizado para todos os fins nas construções. Aproveitamentos como: a construção de alicerces e paredes, o enquadramento de portadas e nos cunhais aparentes, além é claro, dos elementos decorativos, como as colunas e os frontões<sup>74</sup>, e as peças em cantaria – definiram o uso desse material. Vasconcellos (1977) se refere aos tipos de quartzitos aproveitados na arquitetura local:

No que interessa à arquitetura, as rochas mais importantes são os quartzitos em blocos ou em formações [estratificadas] que, como lajes, foram largamente empregadas na Vila, designando-lhe mesmo, estas últimas, certa área nas margens da estrada que leva para Mariana. [...] (VASCONCELLOS, 1977, p. 109)

No trecho a seguir, Lemos (1979) discorre sobre o uso da pedra em Vila Rica, indicando a adaptação tecnológica do sistema construtivo em relação ao material. A evolução ocorreu com a introdução da cal na construção civil local, utilizada como argamassa entre as pedras, fazendo-se relegar a segundo plano, a técnica que utilizava a canga dentro de taipais<sup>75</sup> (Fig. 42), conforme o procedimento da taipa de pilão:

<sup>72</sup> “Mem. Hist. etc.” em Ver. APM, t. 13, p. 585.

<sup>73</sup> “As pedras são aplicadas em seu estado natural e a alvenaria erguida sem a utilização de argamassa: às pedras assentadas umas sobre as outras, intercalam-se pedras menores para melhor acomodação e estabilidade da construção. Geralmente constitui muros divisórios de grande espessura e não muito altos. É pouco encontrada em construções residenciais.” (IPHAN/Monumenta, 2000, p. 8)

<sup>74</sup> Este tipo de utilização é encontrado na antiga Casa de Câmara e Cadeia, atual Museu da Inconfidência. Em residências podem-se destacar os trabalhos em cantaria na arrematação de portadas, cunhais e escadas.

<sup>75</sup> Na verdade, esse tipo de emprego se corresponde a uma variação da técnica da alvenaria de “pedra e barro”, descrita por Sylvio de Vasconcellos: “Em certos casos, valendo-se de pedras mais miúdas, estas alvenarias podem ser levantadas por meio de taipais, como sugerem as construções do litoral paulista” (VASCONCELLOS, 1979, p. 29)

[...] As alvenarias de pedra dura, de *canga*, como era chamado o minério de ferro, foram aperfeiçoadas, mormente a partir do uso normal da cal em vez do barro em calda vertido entre as pedras contidas no paralelismo dos taipais. Paredes mais altas, mais delgadas e curvadas à vontade. Agora, os aros das envasaduras seriam de cantaria do Itacolomi, de pedra-sabão, a esteatita dócil, pronta para receber lavores. [...] (LEMOS, 1979, p. 89)



Fig. 42 – Edificação construída com pedra de canga – Rua Chico Rei, 108. Ouro Preto, MG.  
Fonte: Foto do Autor.

Além das descrições apresentadas sobre o uso da pedra, é preciso tratar das alvenarias em canjicado<sup>76</sup>, que também eram produzidas em Minas Gerais. Esse sistema se compõe por pedras irregulares de variado tamanho, entremeadas umas às outras, e argamassadas com barro ou cal. As paredes construídas com a técnica descrita normalmente são revestidas com reboco, porém, às vezes podem ter as pedras aparentes.

Diferentemente da pedra, que na arquitetura vernacular possuiu um uso quase restrito a região de Ouro Preto, a madeira foi uma matéria-prima essencial nas construções mineiras dos setecentos<sup>77</sup>.

A madeira era o principal material de construção utilizado na época. A partir desta matéria-prima faziam-se as estruturas, assoalhos e forros; todo o tipo de esquadrias, guarda-corpos para sacadas, elementos decorativos, além de outros fins, como a fabricação de ferramentas e mobília para as casas. Diante de um uso tão amplo, seria de extrema importância

<sup>76</sup> “Alvenaria de pedras irregulares. Intercalam-se pedras de maior tamanho com pedras menores, que formam um entremeadado chamado de *canjicado*. Pode ser encontrado em alvenarias com argamassas de barro ou de cal.” (IPHAN/Monumenta, 2000, p. 9)

<sup>77</sup> “Assim como a pedra, a madeira é encontrada em todo o Brasil, de várias qualidades, próprias a todas as aplicações. Não só nas casas mais modestas, como nos edifícios mais importantes, foi a madeira, como estrutura, grandemente empregada.” (VASCONCELLOS, 1979, p. 30)

que se aproveitasse com racionalidade aquelas consideradas mais nobres, tanto que Vasconcellos (1977, p. 112) diz que “não se deve esquecer, ainda, a excepcional difusão, no local, dos vãos geminados ou de ombreiras aproveitadas de esteios que, sem dúvida, indicam grande interesse pela redução do número das peças de madeira de maior qualidade” (Fig. 43).



Fig. 43 – Vãos geminados – Praça do Rosário. Ouro Preto, MG.  
Fonte: Foto do Autor.

A escassez desse recurso natural<sup>78</sup> definiu meios para evitar o desperdício de material. Para tanto, se restringia o número de peças a somente aquelas que seriam necessárias à estrutura (Fig. 44). O desenvolvimento de uma estrutura que utilizava menos madeiras de qualidade atendia à preocupação com a falta de matéria-prima e, ao mesmo tempo, tornava mais barata a execução da obra. Vasconcellos (1979) indica a preocupação dos construtores em relação à obtenção desse material:

[...] Para as construções preferiam-se sempre as madeiras de lei, reforçadas as suas vantagens com cuidados especiais, relativos a sua obtenção e emprego. Dentre esses convém ressaltar a norma de só se derrubarem árvores em tempo seco, em fases certas da lua (quarto minguante). Especificava-se ainda, que entre a derrubada e a utilização decorresse certo lapso de tempo, destinado a proporcionar uma secagem melhor dos troncos. (VASCONCELLOS, 1979, p. 33)

<sup>78</sup> “Salvo poucas espécies, como a canela preta, a braúna, a candeia, etc., assim mesmo não muito frequentes, os matos acessíveis deveriam ser de pequeno porte, formados de madeiras menos valiosas. Este fator importa à arquitetura para justificar os sistemas construtivos adotados nas edificações do lugar. Dado o açodamento que presidiu à fatura das primeiras construções, natural seria que fossem aproveitados os materiais disponíveis no próprio local da obra, de preferência aos que exigissem transporte, quase sempre difícil na época.” (VASCONCELLOS, 1977, p. 111)





Fig. 44 – Detalhe de uma estrutura autônoma em madeira – diferenças das madeiras utilizadas.  
Fonte: Foto do Autor.

As edificações feitas com estrutura autônomas de madeira<sup>79</sup> predominaram no Estado até o fim do séc. XIX e somente foram abandonadas após a popularização do uso de tijolos e do concreto armado<sup>80</sup>. Em toda a Colônia, as variações provocadas pelo emprego deste sistema construtivo, associado a outros materiais e técnicas<sup>81</sup>, fizeram com que se explorassem todas as possibilidades tecnológicas acerca do método, de acordo com o conhecimento trazido de Portugal.

As estruturas autônomas em madeira são comuns na arquitetura portuguesa há muitos séculos, difundindo-se, posteriormente, em todo o Brasil durante Período Colonial. De acordo com Weimer (2005), os povos germânicos introduziram a técnica do enxaimel em Portugal por volta do séc. V, entretanto, não foram encontrados subsídios entre os autores pesquisados, para afirmar que essa é a origem desse sistema construtivo em terras lusitanas. Possivelmente, o uso da madeira como peças estruturais já era conhecido pelos portugueses, entretanto, as invasões bárbaras provavelmente contribuiriam fortemente para a disseminação da técnica entre os construtores locais.

<sup>79</sup> “[...] Minas toda cobriu-se dessas construções [construídas com estrutura autônoma de madeira] assim definidas e caracterizada pela extrema singeleza formal decorrente de organizações tectônicas das peças estruturais que sempre transmitiam pelas sambladuras caprichosas esforços verticais aos esteios fincados no chão duro. [...]” (LE MOS, 1979, p. 86)

<sup>80</sup> O concreto armado se popularizou em Minas Gerais a partir dos anos 40 do séc. XX, após as obras realizadas por Oscar Niemeyer em Belo Horizonte.

<sup>81</sup> As variações eram consequentes da técnica ou do material que comporia o fechamento das paredes (taipa de mão, adobe, tijolos, etc.).

No Brasil, as estruturas em madeira adquiriram múltiplas variedades de aproveitamento, em decorrência dos diversos tipos de fechamento de paredes existentes e da necessidade de racionalidade no uso dessa matéria-prima<sup>82</sup>. Em conjunto com os esteios e peças horizontais que compunham as estruturas, foram usadas técnicas como: a taipa de mão e suas variações, o pau-a-pique, o tabique, o estuque, além de vedações produzidas com adobes ou tijolos. A seguir tratar-se-á das especificações de cada um dos elementos citados.

Antes, porém, é preciso descrever a variedade encontrada entre a produção das estruturas de madeira. Primeiramente, apresentar-se-á a adaptação que o enxaimel germânico sofreu em Portugal, culminando em um tipo bastante comum de uso da técnica na Colônia. Como foi descrito no capítulo anterior, as condições climáticas da Península Ibérica eram bastante diversas das encontradas no norte europeu. A menor incidência de umidade em terras portuguesas possibilitou que o enxaimel original pudesse ser adequado ao gosto local. Weimer (2005) descreve as alterações realizadas na produção desse sistema construtivo no trecho a seguir:

[...] Como as condições ecológicas da Península Ibérica eram bem distintas das da Europa Central, a primeira versão sofreu profundas adaptações, que se caracterizam por apresentar os cunhais e, em construções de maior porte, também os esteios principais prolongados, para que possam ser fincados e devidamente apiloados no solo a fim de garantir a estabilidade da construção. [...] Com a estabilidade garantida, a estrutura em si não necessitava de escoras inclinadas para fazer a triangulação que caracteriza o enxaimel centro-europeu. [...] (WEIMER, 2005, p. 238-239)

O prolongamento dos esteios até o solo era feito para garantir a estabilidade da construção, uma vez que, o enxaimel germânico se instalava sobre alicerces de pedras. Em Portugal esse recurso técnico, provavelmente, foi desenvolvido na região sul desse país, onde não abundavam as formações rochosas de boa qualidade para a construção. O enterramento das pontas das madeiras possibilitou o abandono das escoras inclinadas, o que permitiu expressiva economia de matéria-prima, haja vista que a utilização necessária de madeira se restringia às peças principais. Entretanto esse recurso, apesar de eficiente, expunha as bases dos esteios ao apodrecimento, o que levou ao desenvolvimento de proteções para essas partes críticas da estrutura.

---

<sup>82</sup> “[...] Deve-se, porém, levar em conta que no sistema construtivo de estrutura independente não se torna necessária a utilização intensiva e exclusiva de madeiras de muito boa qualidade, reduzindo-se sua aplicação a alguns esteios e madres, suportando relativamente pouco peso. As vedações aproveitavam-se de paus roliços e varas de qualquer espécie. [...]” (VASCONCELLOS, 1977, p. 111-112)

Vasconcellos (1979) descreve uma das formas de proteger da umidade as extremidades dos esteios em contato com o solo e as peças horizontais que compunham as estruturas (Fig. 45):

As estruturas de madeira consistem na armação de quadros compostos de esteios, de seção quadrada, fincados no chão em profundidade variável ou apoiados em alicerces de alvenaria. Quando enterrados os seus pés, costumam ser de seção cilíndrica, *in natura* às vezes, levemente queimado para, com o carvão superficial, impermeabilizarem o cerne contra a umidade do solo. Esta parte cilíndrica e inferior dos esteios tem o nome de nabo. Ao nível do piso, recebem esses esteios, em meia madeira ou em rebaixos (fêmeas), os baldrames que vão suportar as vedações e os barrotes do soalho. Na sua parte superior os frechais são simplesmente apoiados ou com os mesmos encaixes citados, sobre os quais descansam os forros e as coberturas. (VASCONCELLOS, 1979, p. 33-34)

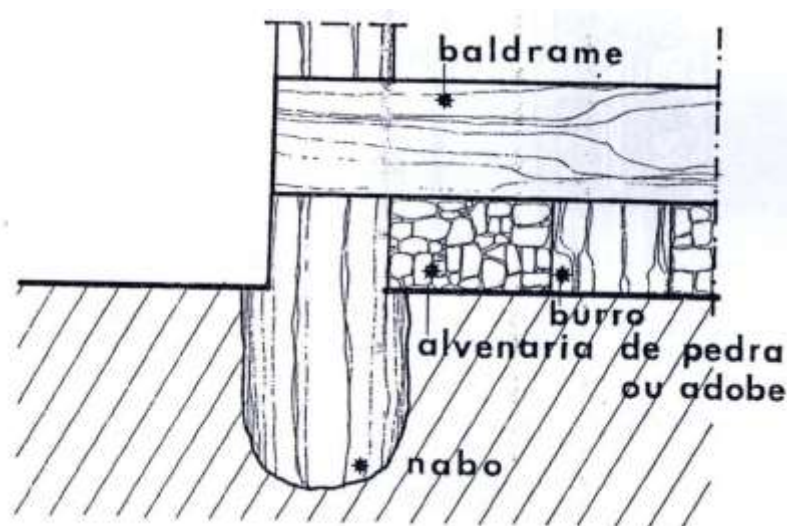


Fig. 45 – Parte inferior de uma estrutura autônoma em madeira.  
Fonte: VASCONCELOS (1979, p. 50).

Para conter a degradação das bases dos esteios e de outras peças críticas, Weimer (2005) indica outros procedimentos utilizados no Brasil Colonial:

[...] As peças mais vulneráveis da estrutura eram as pontas dos cunhais, por serem fincados no solo. Para evitar o apodrecimento, foram sendo desenvolvidas algumas técnicas, por exemplo protegê-las por meio de pinturas isolantes, como a de alcatrão, ou torná-las mais robustas, uma vez que mais massa leva mais tempo para apodrecer. Por isso, ao contrário da parte aparente que era aparelhada por falquejamento, a enterrada não era desbastada. O tronco permanecia então em sua forma original, recebendo o nome de *nabo*. [...] Outra peça crítica era o baldrame, pelo fato de estar sujeito à umidade, que podia provir por capilaridade das fundações e por absorção da umidade que escorria pelas paredes. [...] (WEIMER, 2005, p. 86)

Interessantemente, em Vila Rica, o emprego das estruturas de madeira sobre paredes de pedras proporcionou uma reaproximação entre a técnica portuguesa do enxaimel e

a germânica. Com a instalação dos esteios sobre a alvenaria, novamente, as escoras diagonais foram necessárias para estabilizar a construção. Essas peças ficaram conhecidas em Minas Gerais como *cruz de Santo André* ou *aspas francesas* (Fig. 46). O autor citado no trecho anterior, aborda-as da seguinte maneira:

[...] Além destas peças verticais e horizontais, podem ocorrer nos quadros peças diagonais, conhecidas pelo nome de cruz de Santo André ou aspas francesas. Compõem o chamado frontal tecido, servindo não só para melhor estabilizar os panos das vedações de maior área como transmitir as cargas destas diretamente aos esteios, aliviando o baldrame que se responsabiliza, assim, apenas por  $\frac{1}{4}$  do peso total das paredes, compreendido pelo triângulo inferior proporcionado pelas aspas citadas. (VASCONCELLOS, 1979, p. 34)

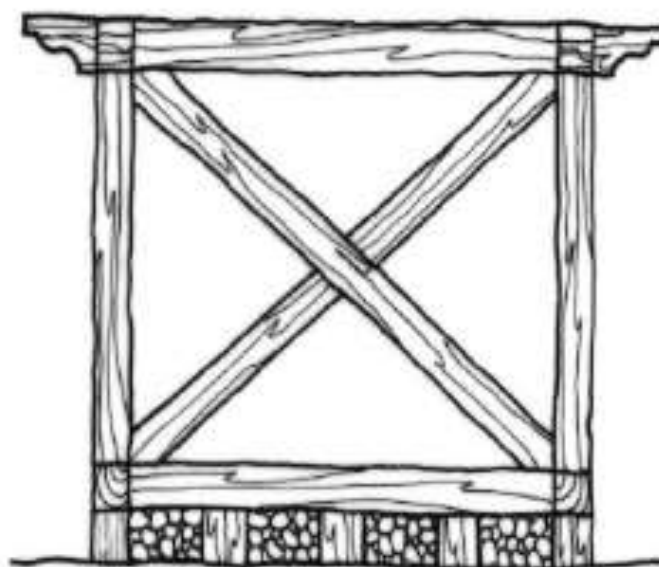


Fig. 46 – Cruz de Santo André ou Aspas Francesas.  
Fonte: IPHAN/Monumenta (s/d, p. 192).

Outro fator determinante, para a difusão das estruturas em madeira nas vilas mineiras setecentistas, seria a topografia da região onde se desenvolviam tais povoações. O terreno íngreme da região mineradora exigiria muitos esforços para fazerem-se terraplenos, sobre os quais se acomodariam as casas de taipa de pilão<sup>83</sup>, que os bandeirantes estavam acostumados em São Paulo. Então, para vencer sem muitas dificuldades as imposições naturais, “os esteios, ou pés-direitos, acomodavam-se às ondulações dos terrenos, propiciando pisos elevados, os sobrados afastados do chão, que determinavam dois, três e até mais andares úteis.

<sup>83</sup> “Em Minas Gerais encontra-se a taipa de pilão também em igrejas, como nas matrizes mais antigas ou em residências, em certas regiões. Nestas, porém, o seu uso foi bem mais restrito, aparecendo mais no norte do Estado, possivelmente por seu maior intercâmbio com a Bahia. Na região central do ouro aparece apenas nas igrejas, talvez pela dificuldade do seu uso em terreno acidentado, exigindo sempre a terraplanagem prévia e pela facilidade do emprego de outros materiais, como a madeira e a pedra.” (VASCONCELLOS, 1979, p. 23)

Com essas suas longas pernas de pau de diferentes comprimentos, iam as construções, umas encostadas às outras, vencendo os declives, formando as ladeiras e engasgando becos íngremes” (LEMOS, 1979, p. 84) (Fig. 47). Outra vez, o gregarismo entre as edificações prevaleceu no aspecto dos núcleos urbanos coloniais, agora em Minas Gerais, auxiliados pelas imposições do terreno.



Fig. 47 – Edificações com porões – Bairro Antônio Dias. Ouro Preto, MG.  
Fonte: Foto do Autor.

A construção de edifícios em encostas permitiu o aproveitamento dos porões, proporcionados pelos vãos deixados entre os esteios que sustentavam a parte superior da estrutura. Os cômodos, disponíveis abaixo do nível da rua, abrigavam diversas funções da casa, entretanto, só se destinava à morada quando eram instaladas as senzalas nestes locais. Normalmente, utilizavam-nos como complemento às necessidades do lar, mas não foi incomum os deixar livres, sem nenhuma aplicação útil. Vasconcellos (1977) descreve a instalação de edificações nas vilas mineiras de topografia acidentada, como Vila Rica, por exemplo:

Grande número de casas térreas na via pública, aproveitando de clives do terreno, que não tentam corrigir com terraplenos, dispõem de porões na parte de trás [,] mas sem acesso vertical interno. Neles se instalam depósitos, cocheiras, pequena indústria caseira ou mesmo senzalas e cozinhas. [...] Pelo acesso aos citados porões responsabilizam-se as toscas escadas de mão, iniciadas em alçapões abertos nos pisos dos corredores ou mais sólidas e externas, servindo também aos quintais. (VASCONCELLOS, 1977, p. 140)

Conjuntamente com as estruturas autônomas em madeira, empregaram-se tipos variados de vedações de paredes, produzidos com o método construtivo mais adequado aos materiais disponíveis no local. Era comum, naquela época, aproveitar-se de técnicas baseadas

no uso da terra crua<sup>84</sup>, como as taipas e o adobe, que se apresentavam como soluções viáveis, pela abundância da matéria-prima, e de baixo custo de execução. Weimer (2005, p. 251) aponta as vantagens tecnológicas da escolha: “paredes de terra crua transpiram e equilibram os excessos e as carências de umidade e de temperatura do meio ambiente. Sua maior qualidade talvez seja o fato de poder ser colhida no local – dispensando gastos de transporte.”

Este autor aponta, ainda, outras qualidades da terra crua como material de construção:

[...] Dependendo da quantidade de argila que a compõe, a terra vem sendo classificada como *gorda* ou *magra*, o que permite uma grande variedade de usos. Sua plasticidade depende da quantidade de água. Deixada ao ar, a água evapora e a terra endurece. Esse processo pode ser revertido com nova adição de água. Para manter sua rigidez, basta protegê-la da umidade. Para aumentá-la, ela tem recebido mistura de fibras (vegetais ou animais), folhas, esterco, ramos ou galhos, cal ou cimento. (WEIMER, 2005, p. 251)

A terra crua foi preferida em toda a Colônia pela facilidade de manuseio e pelo baixo custo de obtenção. O tijolo, no entanto, apesar de produzido com a mesma matéria-prima, não gozou de mesma popularidade entre os construtores. Valendo-se das palavras de Weimer (2005, p. 266), tem-se que: “embora a técnica da fabricação do tijolo seja conhecida desde os tempos iniciais da civilização, e Portugal tenha sido um dos herdeiros diretos desses conhecimentos, a construção com tijolo é relativamente recente na arquitetura brasileira. Sua introdução ocorreu de forma desigual nas diversas regiões do país.” Rodrigues (1975) complementa o entendimento acerca do uso desse material no trecho a seguir:

[...] O tijolo era irregularmente usado em construções muito antigas, em arcos ou aduelas, de mistura com pedra, [...]. É do tipo romano, grande e de pouca altura, como os do forno. Esse mesmo tipo fomos encontrar ainda, há muitos anos, em uso em Fortaleza. Notamos também em Ouro Preto, em casa de João Fortes, sobrado do século passado, um tijolo ainda com as dimensões dos primitivos: 0,23 m de comprimento por 0,13 m de largura e apenas 0,035 m de altura – simples chapas de barro cozido. Tijolos assim foram muito usados para colunas de alvenaria de terraços, ou para revestir o chão. (RODRIGUES, 1975, p. 293)

Como foi visto anteriormente, a fabricação de tijolos, em escala suficiente para atender a demanda da construção de casas, não era vantajosa na Colônia, devido ao alto custo de aquisição da mão-de-obra. As técnicas que utilizavam a terra crua disseminaram-se

---

<sup>84</sup> “A terra, quando utilizada para fins de menor responsabilidade, como para o assentamento de alvenarias, principalmente nos alicerces, dispensa maiores cuidados, empregando-se a disponível no local. Nos trabalhos especializados – taipa de pilão, enchimento do pau-a-pique, revestimentos – deve ter boa composição tal que propicie uma boa resistência e durabilidade. Para isto, deve conter certa quantidade de areia e aglutinante. Obtém-se uma boa homogeneidade da massa, misturando-a bem, e sua consistência é, por vezes aumentada com esterco de curral ou palhas diversas.” (VASCONCELLOS, 1977, p. 117)

fortemente devido à facilidade de execução e ao baixo valor dispensado com a obtenção de material.

Entre as técnicas que utilizava a terra crua como matéria-prima: a taipa de mão<sup>85</sup>, de sebe, de sopapo e o pau-a-pique – ambas consistiam em aplicar a argila sobre uma estrutura feita com madeira. No entanto, entre as publicações da área, há uma confusão no emprego dos termos referentes a esses sistemas construtivos. Esse fato produziu uma imprecisão na descrição das técnicas, conseqüentemente, passou-se a chamar de pau-a-pique todas as formas semelhantes de construir as vedações das paredes. Aproveitar-se-á de alguns trechos dos autores consultados, para demonstrar a multiplicidade de designações provocadas pelo uso incorreto do termo.

Segundo Santos (1951, p. 83), “as paredes de *pau-a-pique*, também chamadas de *taipa de sebe*, taipa de mão ou *barro armado*, têm sido usadas no Brasil desde remotíssimos tempos”. Este autor indica a taipa de sebe e a de mão como designações do pau-a-pique. Já Vasconcellos (1979, p. 45) faz alusão ao costume de denominar a técnica relacionando-a com a forma de como se produziam as paredes: “feita a trama, é o barro jogado e apertado sobre ela, trabalho que se faz apenas com as mãos, sem auxílio de qualquer ferramenta, o que tornou este sistema conhecido pelo nome de pescoção, taponá ou sopapo.” Este último, porém, se refere a taipa de sopapo como a congênere do sistema construtivo em questão.

“A diferença entre os diversos tipos de taipa está relacionada apenas com sua execução. Depois de concluídos, o aspecto é idêntico, o que explicaria a confusão que tem sido feita em suas designações” (WEIMER, 2005, p. 265). Não é difícil de compreender que a variedade de denominações observadas, referente a técnicas construtivas semelhantes, possa ter ocorrido devido às descrições que os autores utilizaram em seus livros. Provavelmente, as publicações, consultadas neste trabalho, foram resultado de pesquisas realizadas parte *in loco*, de onde, através do contato com as comunidades locais, derivaram a diversidade de nomenclaturas existentes.

O pau-a-pique (Fig. 48) corresponde a uma técnica ancestral, bastante comum na África negra, produzida com a colocação de peças de madeira roliça na posição vertical e, posteriormente, fechando-se as frestas com barro ou folhas. Nota-se que no sistema construtivo original não é colocado nenhum elemento na horizontal, para sustentar a argamassa de revestimento. Weimer (2005) descreve a técnica do pau-a-pique nas linhas abaixo:

---

<sup>85</sup> “Entre nós há três denominações usadas como sinônimos: taipa de mão, de sebe ou de sopapo. Essa sinonímia provém de um uso indevido em técnicas diferentes. [...]” (WEIMER, 2005, p. 261)



Essa técnica consiste em tomar troncos ou galhos de madeira razoavelmente retos, que numa das extremidades são fincados no chão e na extremidade superior são fixados a um suporte horizontal – via de regra a vigas, que servem de suporte para a estrutura do telhado. Em sua forma mais simples, essas paredes não recebem nenhum tipo complementar de vedação. Isso acontece somente onde o clima é propício. Quando não acontece, as frestas são vedadas com algum tipo complementar de material, que podem ser galhos colocados sobre as frestas, folhas fixadas sobre a parede assim formada ou na forma de esteiras trançadas. As folhas ainda podem ser prensadas para dentro das frestas, que também podem ser vedadas com diversos tipos de taipa [...] (WEIMER, 2005, p. 235)



Fig. 48 – Paredes de pau-a-pique – Rua Salvador Tropicia 156, Centro. Ouro Preto, MG.  
Fonte: Foto do Autor.

Na construção civil portuguesa, a técnica original do pau-a-pique<sup>86</sup> foi mesclada com os diversos tipos de taipa conhecidos, provocando, posteriormente, a confusão de descrições, com as quais os autores se referem a esses sistemas construtivos.

É possível compreender as diferenças entre as formas de execução de cada taipa e a descrita anteriormente para a técnica do pau-a-pique, através das definições de Weimer (2005), que descrevem a taipa de mão, de sebe e de sopapo.

#### Taipa de Mão:

[...] A taipa de mão está diretamente associada ao emprego em construções de pau-a-pique, em que ela serve para fechar as frestas formadas entre os galhos verticais. Sua execução consiste em amassar o barro molhado com os pés, as mãos ou outro meio, como patas de animais, até adquirir a devida consistência, quando então o barro é pressionado para dentro das frestas com as mãos. [...] (WEIMER, 2005, p. 261-262)

#### Taipa de Sebe:

<sup>86</sup> É possível que a designação “pau-a-pique”, dada ao sistema construtivo que é assim conhecido na atualidade, deriva-se da forma como os escravos construtores se referiam à técnica, diante da semelhança de execução entre as vedações de paredes. Como os operários negros predominavam nos canteiros de obra, mesmo após o fim do Período Colonial, ter-se-ia aí a popularização da maneira de se aludir ao sistema citado, através do nome dado às peças verticais, de acordo com o que era comum em terras africanas.



Sebe é o nome dado a uma cerca feita de arbustos ou de ramos. Nesse caso, os galhos são entrelaçados e sustentados por estacas fincadas no chão. Quando se usa essa mesma técnica para fazer paredes de barro, elas são denominadas taipa de sebe. A forma mais comum parte da construção de um requadro de galhos: os verticais são fincados no chão, e neles se encaixam ou amarram os horizontais. Esse requadro é preenchido por uma superfície plana de ramos entrelaçados entre si. A forma mais simples é a superposição de duas camadas – uma horizontal e outra vertical – de varas de bambu, brutas ou fendidas, amarradas entre si ou entrelaçadas à maneira das cercas de *querentim* na Guiné. [...]” (WEIMER, 2005, p. 262

#### Taipa de Sopapo:

Uma das variantes da taipa é a de sopapo. Sua especificidade consiste na forma de aplicação do barro. Em vez de amassado concomitantemente pelos dois lados no tramado de ramos, ele é arremessado na forma de bolas, que vão sendo moldadas manualmente. Por se atirar o barro, consegue-se uma ligação mais perfeita entre as duas camadas. A aplicação, no entanto, requer maior destreza e uma sincronia perfeita dos arremessos. [...] (WEIMER, 2005, p. 263-264)

Essa variedade de denominações resulta de técnicas diferentes, que na arquitetura portuguesa do Período Colonial acabaram combinadas entre si e, no Brasil, ganharam diversas conotações. Verifica-se a similitude entre esses sistemas construtivos quando se analisam as partes componentes da estrutura: os paus a pique e as varas. Os primeiros derivados da técnica que leva o mesmo nome das peças e as demais originadas dos tipos de taipa descritos anteriormente. As peças horizontais, também denominadas como ripas, são colocadas para dar melhor adesão do barro que recobre as tramas de madeira. Santos (1951) descreve a produção e os materiais que compõem essa parte do sistema construtivo:

As varas ou ripas, dispostas de ambos os lados dos paus a pique e fixadas a eles por meio de cipó, imbé ou embira (às vezes também por meio de pregos) costumam ser paus roliços ou – e com mais frequência – ripas de palmito, conhecidas nas Minas, pelo povo, como ripas de samambaia. Essas ripas racham bem, ao longo das fibras, mas no sentido oposto são mais resistentes do que qualquer das madeiras empregadas para o mesmo fim. (SANTOS, 1951, p. 87)



Fig. 49 – Detalhe da amarração e da estrutura do pau-a-pique.  
Fonte: Ricardo Abdalla.

Indiferente à designação tida como a mais apropriada para a técnica do pau-a-pique, é mais importante considerar a predominância desse sistema construtivo na arquitetura colonial. Em praticamente todas as vilas brasileiras do período estão disseminadas, em maior ou menor grau, edificações produzidas com tramas de madeira barreada. Em Minas Gerais há uma alta incidência de “construções em pau-a-pique”, realizadas em conjunto com as estruturas autônomas de madeira<sup>87</sup>. Conforme Vasconcellos (1979, p. 51), “empregam-se as paredes de pau-a-pique, tanto externa como internamente, preferindo-se, porém, o seu uso no interior das edificações ou nos pavimentos elevados. É, por excelência, o sistema indicado para as vedações por sua leveza, pouca espessura, economia e rapidez de construção.”

Em Vila Rica, devido à abundância de jazidas rochosas e escassez de matas de onde se tirariam as preciosas madeiras, difundiu-se o uso misto de técnicas construtivas. Abundavam os sobrados erguidos com alvenaria de pedras no primeiro pavimento e com estrutura em madeira nos demais<sup>88</sup>. Apesar da predominância do pau-a-pique na produção dos andares superiores nessa vila<sup>89</sup>, não se pode desprezar a existência de outros sistemas construtivos e materiais utilizados nessa vila e em toda a arquitetura colonial mineira.

Nas divisões internas dos sobrados, normalmente, usavam-se sistemas construtivos mais leves, uma vez que as paredes divisórias eram construídas em cima dos barrotes ou do assoalho. Essa opção tecnológica destinava-se a diminuir as cargas transmitidas às fundações e às paredes inferiores, a fim de que se produzisse uma estrutura estável e segura. Para tanto, faziam-se as separações dos cômodos com tabique<sup>90</sup> ou estuque<sup>91</sup>, que cumpriam a função das paredes divisórias, porém bem menos pesadas que as de pau-a-pique.

O tabique consistia em um recurso bastante adotado nas edificações ouro-pretanas do séc. XVIII. Normalmente, além das divisões internas, serviam para o fechamento das empenas laterais dos telhados (Fig. 50). Além desse uso, foi comum encontrá-lo em edifícios

---

<sup>87</sup> “Nem sempre, porém, os painéis levam armação de paus a pique, mas a armação de um ou dois paus em diagonal e enchimento com tijolos ou adobes. Daí a conveniência de fazer-se distinção entre o sistema estrutural de *esteios de madeira* e o sistema de paredes de *pau-a-pique*, sistemas esses que, embora as mais das vezes se apresentem associados, podem existir independentes entre si.” (SANTOS, 1951, p. 84)

<sup>88</sup> “Os terceiros pavimentos existentes em Vila Rica, com raras exceções relativamente novas, consistem apenas no aproveitamento de desvãos das coberturas, com seus competentes lanternins, águas-furtadas ou clarabóias. [...]” (VASCONCELLOS, 1977, p. 147)

<sup>89</sup> “Preferem-se nas construções ou, pelo menos, nas paredes mestras, pilares, etc., as alvenarias de pedra, reservando-se as madeiras, pelas dificuldades apontadas [escassez de madeiras de qualidade no sítio], para as divisões internas ou pavimentos elevados, onde o ser pouco peso aconselhava-se maior aplicação desse material.” (VASCONCELLOS, 1977, p. 114)

<sup>90</sup> “São vedações de tábuas, de grande simplicidade, usadas principalmente para divisão de cômodos internos.” (VASCONCELLOS, 1979, p. 51)

<sup>91</sup> “Vedação similar à taipa de sebe, dela se distingue pela sua menor espessura, podendo a trama compor-se apenas de varas, dispensando os paus-a-pique. A tessitura pode, também, ser feitas de esteira de taquara ou de espécies fibrosas sobre ripas.” (VASCONCELLOS, 1979, p. 51)

da cidade até a metade do séc. XX como revestimento das paredes, cumprindo o papel do reboco de cal e areia (Fig. 51). Vasconcellos (1979) se refere à variação de emprego desta técnica no trecho abaixo:

Outro revestimento é feito de madeira e proporcionado por tábuas formando barras na parte inferior das paredes, divididas em painéis, ou revestindo-as por inteiro. Esse tabuado aparece ainda nas empenas de menor peso para não sobrecarregar os frechais. Com tábuas revestem-se também as faces externas das paredes, de alto a baixo, quando sujeitas à ação de chuvas mais intensas. [...] (VASCONCELLOS, 1979, p. 62)



Fig. 50 – Tabique usado no fechamento de empenas – Bairro Cabeças. Ouro Preto, MG.  
Fonte: Foto do Autor.



Fig. 51 – Parede revestida com tábuas – Bairro Cabeças. Ouro Preto, MG.  
Fonte: Acervo Digital: Núcleo de Ofícios | EARMFA | FAOP.

O estuque estrutural, aquele que serve para produção de paredes, é menos ocorrente em Ouro Preto. Esta técnica é comumente utilizada em elementos decorativos de forros e fachadas, como cimalkhas (Fig. 52).

O adobe teve um amplo uso na arquitetura setecentista de Diamantina, do Serro e em algumas vilas do norte e do centro de Minas Gerais. Na região de Ouro Preto e Mariana, entre as habitações vernaculares não foi muito comum, possivelmente, pela dificuldade de se conseguir, nestes locais, argila de boa qualidade para produzi-los e para assentá-los, conforme a necessidade demandada pelo material. Santos (1951, p. 89) indica que “para a colocação e revestimento dos adobes empregava-se geralmente, argamassa de barro e água, sem cal, ou com pouca cal, (para que o revestimento não desprendesse, por demasiadamente forte, do fraco material que é o adobe).” O uso de terra que não apresentasse propriedades adequadas, acarretaria na fabricação de peças de pouca durabilidade e resistência.



Fig. 52 – Detalhe de um estuque usado em cimalkhas.  
Fonte: Foto do Autor.

De acordo com Sylvio de Vasconcellos (1977), nos sobrados, o adobe não era apreciado para a divisão interna das edificações, onde se preferia aproveitar de outros fechamentos mais leves, ficando a sua utilização restrita às paredes externas. A utilização do adobe em fachadas e locais expostos às intempéries demandava da produção de um bom revestimento, para que se evitasse a degradação do material pela umidade. Ainda, devido à fragilidade da matéria-prima que o compunha, era necessário fazer uma argamassa adequada à sua conservação, na qual houvesse compatibilidade de comportamento entre as partes.

As argamassas utilizadas nos rebocos, às vezes, continham misturas diferentes das comumente usuais, como a do “barro com [estrupe] de curral, para sua melhor consistência e para proporcionar melhor ligação entre o maciço de barro e o revestimento de cal e areia” (VASCONCELLOS, 1979, p. 62). O esterco bovino era bastante apreciado como material de construção no Período Colonial, servindo de componente para diversos tipos de argamassas usadas em conjunto com a terra crua. Weimer (2005) destaca as qualidades da utilização deste aglomerante:

[As] qualidades [do esterco bovino] como material construtivo são universalmente reconhecidas. Produzido em estado pastoso, adquire boa resistência depois de secar e exalar os gases; é um bom isolante térmico, em razão do que tem sido empregado em paredes e no revestimento do piso, para o qual fornece uma textura aveludada. Em algumas regiões, é utilizado à semelhança do adobe, mas seu uso em forma pura é raro. É muito comum seu emprego em mistura com o barro nos diversos tipos de taipa. (WEIMER, 2005, p. 248)

A cal era um material de elevada importância na arquitetura colonial. Utilizada tanto nas argamassas de revestimento quanto na pintura das edificações, a matéria-prima para a fabricação da cal nem sempre foi abundante na Colônia. No litoral, geralmente a obtinham pela queima de ostras e ossos e por diversas vezes, aproveitavam-se dos sambaquis<sup>92</sup> que eram encontrados em boa parte da região costeira brasileira. Entretanto, durante o séc. XVIII, no interior do país pouco se aproveitaram das jazidas calcárias, por não existir, neste período, uma exploração mineral além da destinada a extração do ouro e dos diamantes. Vasconcellos (1977) aponta as dificuldades de se obter cal de boa qualidade nas proximidades de Vila Rica:

A cal, por sua vez, não é a princípio fabricada na Vila, pela não ocorrência nela de formações calcárias favoráveis. Em 1786 dá notícia Cunha Meneses, de uma fábrica deste material, que construiu para atender às obras da nova Casa de Câmara, mas, como as demais, ficava distante da Vila, como também a de Antônio Pereira, que até nossos dias queima excelente cal preta. [...] (VASCONCELLOS, 1977, p. 118)

Diante da escassez de jazidas calcárias na região, aproveitou-se largamente, nas construções, da cal preta que era encontrada nas proximidades da vila. Entretanto, apesar de servir bem à produção de revestimentos e argamassas para assentamento de alvenarias, este tipo de cal não é adequado à pintura. O autor citado discorre sobre este fato:

[A cal preta] não se presta [...] para a pintura, obrigando-se os mestres de ofícios, nesta parte, a dar *primeiro uma mão de cal preta e outra de cal branca*. Todavia, solidifica bem as argamassas e, por isto, é preferida em certos casos como nas construções destinadas a receber

---

<sup>92</sup> Os sambaquis eram encontrados na forma de colinas próximas às praias, resultantes da acumulação de conchas, cascas de ostras e outros restos de cozinha dos habitantes pré-históricos do Brasil.

ou conduzir água, sejam tanques de acumulação, nas minerações, ou telhados, tal o dos quartéis de 1785, que devia ser emboçado *todo de cal preta para que fiquem com mais segurança*. [...] Observa-se ainda nas construções mais antigas que a cal usada é de má qualidade ou mal-empregada, apresentando-se a massa pouco homogênea e com muita granulação. (VASCONCELLOS, 1977, p. 118)

Na impossibilidade de utilizar a cal de boa qualidade para a pintura<sup>93</sup>, em quase toda a Colônia, aproveitou-se da tabatinga<sup>94</sup> como matéria-prima para a fabricação de tinta branca. Esta cor era extremamente necessária para a composição uniforme das fachadas conforme o gosto português de produzir cidades. Com exceção das paredes e das pedras, os elementos frontais feitos com madeira recebiam aplicações de tintas coloridas, de acordo com as cores possíveis de serem produzidas no local (Fig. 53). Alguns tons, como os azuis, por exemplo, tinham que ser importados, o que elevava bastante o seu custo, restringindo o uso a edifícios mais importantes. Vasconcellos (1977) descreve detalhes referentes à maneira de como se faziam as tintas usadas na arquitetura colonial mineira:

As paredes e os forros em geral pintam-se de branco, a cal, a tabatinga, a gesso ou, depois a alvaíade, tanto interna como externamente. A pintura colorida com que se protegem as madeiras encorpa-se com cola, de peles, nas têmperas com resinas, ou com óleo de linhaça, de mamona, etc. (VASCONCELLOS, 1977, p. 160-161)



Fig. 53 – Conjunto arquitetônico – Diamantina e Ouro Preto.  
Fonte: Fotos do Autor.

<sup>93</sup> “[...] A cal branca vem, pois de longe, recomendando-se sempre que seja *da melhor do país* como rezam os documentos. Na falta dela, podem as paredes ser *caíadas de tabatinga*, conforme as especificações de 1782 para as obras dos quartéis. Pela dificuldade de sua obtenção, fazem-se os emboços de barro, aplicando-se a cal apenas para o reboco final. [...]” (VASCONCELLOS, 1977, p. 118)

<sup>94</sup> “O termo, corruptela do tupi *toba-tinga*, quer dizer barro branco. Hoje em dia, a palavra designa qualquer barro argiloso com certa porção de matéria orgânica, untoso ao tato, não sendo necessariamente branco. Antigamente, foi generalizado o seu emprego na pintura de paredes, já que a cal era de difícil obtenção, principalmente na zona rural. Nas pinturas mais requintadas, adicionava-se à calda de tabatinga certos fixadores como o leite de sorveira, o leite de vaca, certas soluções de pedra-ume, etc.” (VASCONCELLOS, 1979, p. 71)



Como último assunto a ser abordado, tem-se a produção das coberturas (Fig. 54), que são elementos de grande importância na arquitetura colonial brasileira. Nas vilas coloniais brasileiras predominavam as edificações cobertas por telhado de duas águas<sup>95</sup>, condicionadas também, pela forma de implantação das edificações no sítio urbano. A falta de calhas não permitia orientar os planos da cobertura para as laterais do terreno, uma vez que os edifícios eram geminados e a adoção dessa solução prejudicaria a estanqueidade do telhado vizinho.

Rodrigues (1975) aponta algumas características dos telhados do Período Colonial brasileiro, no trecho a seguir:

Tem o telhado, habitualmente, uma inclinação que vai de 18 a 30 graus, raramente ultrapassando este limite; [...]. Em geral, o telhado termina mostrando de um a dois palmos de telha além da cornija ou sobre as tábuas que cobriam os cachorros. Era também de uso, como em Portugal, emboçar as fiadas de telhas que correspondiam às tesouras, ficando o telhado marcado por [listras] claras e espaçadas. São conhecidos vários tipos de enfeite nos ângulos dos beirais: uma ponta ou uma pomba. [...] (RODRIGUES, 1975, p. 303)



Fig. 54 – Coberturas – Ouro Preto, MG.

Fonte: Foto do Autor.

---

<sup>95</sup> “As coberturas em telha cerâmica, na sua grande maioria eram compostas por duas águas, com cumeeira paralela à fachada. Muito raramente as casas eram cobertas com telhados em quatro águas, apenas na arquitetura de maior importância encontramos o desdobramento da cobertura em várias águas.” (IPHAN/Monumenta, s/d, p. 187)

A produção de telhados bem feitos era de extrema importância para a conservação do edifício. Para tanto, aproveitou-se largamente do conhecimento proveniente da carpintaria portuguesa, reconhecida pela alta qualidade da produção naval daquele país nos séculos XV e XVI. Os carapinas, como eram chamados os carpinteiros no Brasil Colonial, fabricavam inúmeros encaixes que proporcionavam travamento entre as peças de madeira usadas na cobertura. Muitas vezes não se utilizava pregos nem cravos para prender o madeiramento, toda a estabilidade da estrutura estava garantida nas sambladuras criadas por estes artífices.

Lopes (1955) cita um auto de arrematação para telhados, demonstrando a preocupação que se tinha na produção desse elemento das edificações:

*“Na construção da cobertura das casas, os telhados serão em madeira com toda a segurança e cuidado com as vitolas costumadas a semelhantes vaoens, ripados com ripas serradas da madeira asima, ou da que mais durar neste pais. [...] Os telhados serão cobertos de telha aproveitando os ditos mestres de toda a quantia acharem capaz nas cazas q. ao prezente existem, e o que faltar a porão nova sem racha, e bem cozida. [...] Ficam os mestres obrigados a fazer as beiras dos telhados boas, e de mayor telha q. se achar, com as bocas das telhas tomadas com cal, e o telhado amoriscado, deichando de quatro em quatro telhas hua com seu vento por baicho p.a que entre o ar por dentro não só nos estuques, mas ainda nos forros.” (LOPES, 1955. p. 21)*

### **Considerações Finais sobre o Capítulo**

No Período Colonial, a escolha do material ou da técnica construtiva estava invariavelmente relacionada à disponibilidade de matéria-prima no sítio onde se pretendia edificar. A falta de condições propícias para o incremento de manufaturas impediu a evolução da construção civil na Colônia. Com a produção em escala, podia-se garantir o fornecimento de materiais a um custo mais acessível, tornando-a menos dependente do meio natural e, conseqüentemente, impulsionaria o desenvolvimento tecnológico do setor. Entretanto, somam-se a essa situação outros fatores que igualmente contribuía com a estagnação da arquitetura colonial, como: a exploração primária das riquezas naturais, a falta de mão-de-obra especializada, a escravidão, a inexistência de comércio e rotas de transporte entre as capitâneas e, acima de tudo, o contexto cultural da sociedade da época.



# Capítulo IV

O Homem, a Habitação e a Tecnologia

## O PRODUTO SEGUNDO A LÓGICA DO PRODUTOR

### Arquitetura, Tecnologia e a Variável Humana

As habitações vernaculares do Período Colonial são frutos da sedimentação lenta da colonização brasileira. Resultado da chegada do homem português na América, provindo de duas configurações sociais diferentes: ou vinha degredado, expulso de seu país por cometer delitos contra o poder vigente, ou procurava explorar o máximo de riquezas e voltar. Evidentemente, não podem ser esquecidas as contribuições dos jesuítas e das demais ordens católicas na formação da arquitetura no Brasil, cujos templos religiosos foram os difusores dos conceitos do Estilo Barroco e da arte da fé na terra ainda virgem. No entanto, a maior parte dos missionários vindos para cá se ocupou da construção de igrejas e colégios, praticamente não há relatos de participação destes na arquitetura civil, além da fundação de vilas em todo o país.

Estes homens, que atravessaram o oceano para se estabelecerem aqui, trouxeram consigo a cultura de sua pátria. Criaram-se, então, povoações que tentavam repetir todos os aspectos da vida portuguesa do Período Colonial: a organização das ruas, a tipologia das casas, as manifestações religiosas, o desejo de ser nobre e tantos outros costumes povoaram as mentes dos colonos que fundaram nossa civilização. Não existia o desejo de organizar uma nova nação, não se ansiava traçar linhas retas no chão para que o traçado urbano fosse regular, nem muito menos, romper com os grilhões que o amarrava a uma estratificação social, baseada em títulos de nobreza e aparências.

O português não veio ao Brasil para criar, veio para explorar as riquezas. Para tanto, escravizou o índio e, posteriormente, depois da fracassada tentativa de tornar o gentio cativo, trouxe o africano. Fez do negro a peça chave de sua engrenagem econômica, aproveitou o homem para o trabalho pesado e a mulher para fazer a sua casa funcionar, mas também a usou para saciar seus desejos carnisais. Ato que fez explodir na Colônia o número de mulatos, que um dia se transformariam em “athaídes” e “aleijadinhos”, no entanto, lançou na sociedade uma multidão de gente liberta, que acreditava não precisar trabalhar. O elevado número de pessoas sem ocupação, à margem da colonização, disparou a criminalidade nos arraiais e vilas coloniais.

Coroa e Igreja dividiam o respeito dos homens e tentavam fazer deles seus subordinados. Mesmo assim, insubordinada, a sociedade respeitava a fachada da boa conduta, mas a execrava em seus lares. Longe dos olhos do poder, o proprietário da casa conservava suas

concubinas e com elas aumentavam sua prole. Guardava-se no seio das habitações o harém, tão cultivado na cultura islâmica que deixou suas raízes na Península Ibérica. Sob os tetos das edificações havia um mundo particular, o lugar das mulheres, que viviam enclausuradas nos fundos das habitações e isoladas do exterior por “treliças e urupemas”.

Assim o homem colonial rasgava a rua nas procissões e cortejos religiosos, fingia ser o que não era, nobre e fiel aos dogmas católicos. Nesse cenário de aparências, contrário aos costumes ditos como corretos pela moral cristã, até mesmo os padres tinham filhos e escravos, cultivavam em segredo as futilidades de seu tempo. Estranho a esse meio era o negro, foi o animal de tração, a ferramenta e o ser, que mesmo forro, ainda continuava cativo. Repetiram-se na Colônia os traços culturais da Metrópole.

Nesse contexto de repetição, reproduziam-se aqui as casas portuguesas. Idênticas em aspecto e divisão espacial, porém, habitadas com escassez de requintes e ornamentos, haja vista a pobreza que incidia sobre a população brasileira da época. A arquitetura vernacular na Colônia desfrutou da mesma falta de recursos, custou a produzir alguns raros exemplares de destaque, gerados em alguma vila próspera. Menos bem-afortunados eram os proprietários pobres, diante de uma produção aurífera que fizera disparar o preço dos bens e serviços, foram obrigados a construir suas moradas até o ponto que sabiam fazer e pagavam caro para que um oficial as terminassem.

Mais bem-sucedidos foram os construtores portugueses, que aproveitaram todo o tipo de influências deixadas pelos invasores da Península Ibérica. Aprenderam com estes povos técnicas que permitiram se adaptar em qualquer lugar da Colônia, aproveitando as matérias-primas existentes no local. Entretanto, depois de quatro séculos de ocupação, iniciados com um conhecimento construtivo variado, não se havia produzido nenhuma inovação além de adaptar o sistema construtivo ao material. Apoiados na necessidade do trabalho escravo e confinados em um meio social de ostentação, onde os bons homens brancos só trabalhavam em serviços dignos de sua cor, os mestres de ofícios ficaram limitados ao universo do conhecido e não se lançaram na descoberta de novas tecnologias.

Certamente, a falta de desenvolvimento era uma consequência do meio sociocultural vivido no Período Colonial. Uma terra sem escolas, em que não existiam estradas nem manufaturas, seria incapaz de proporcionar inovações. Semelhante foi a situação da construção civil em Portugal, deixada à margem da riqueza experimentada pela Corte. O ouro brasileiro serviu para o fausto de palácios, mosteiros e igrejas, proporcionou à nobreza viver o seu tempo de glória. O povo viu as migalhas e assistiu a economia de seu país se curvar diante da Inglaterra.

A existência de uma sociedade conservadora, como a do Brasil Colônia, não comportaria um universo amplo de inovações. Tanto que grande parte das novidades arquitetônicas surgiu já no final dos setecentos, na arquitetura mineira. Ainda assim, foi um desenvolvimento pautado mais na forma de expressão artística do que tecnológico. A introdução de novas técnicas e a adição de materiais manufaturados esperaria o séc. XIX, entretanto, viria a difundir-se de maneira mais abrangente somente após a expansão das ferrovias.

O interessante é que a falta de desenvolvimento foi uma opção da Coroa portuguesa. Quando Portugal se lançou aos mares no séc. XV, boa parte da Europa ainda brigava entre feudos e alguns países ainda não estavam organizados. A Rota das Índias colocou os lusitanos em vantagem econômica sobre o restante do continente e foi responsável pela organização de uma importante escola naval, a Escola de Sagres. Apesar de posicionar-se na vanguarda da disputa mercantil, logo o empreendimento português sofreu com a concorrência de seus vizinhos e em pouco mais de um século o domínio da rota caiu em domínio inglês. Restou então aos reis de Portugal explorar o Brasil.

A primeira fase da ocupação não ultrapassou os limites da exploração de madeiras e produtos exóticos encontrados na colônia. Somente efetivou-se a posse das novas terras no momento que se fundou a indústria açucareira no Brasil. Nesse ponto da história, Portugal teve que optar pela maneira de fomentar com mão-de-obra o ciclo de produção. Tendo em vista que a intenção de escravizar o índio havia fracassado, investiu-se sobre a costa africana para conseguir os cativos, tanto desejados para garantir a fabricação do açúcar. A escravidão então entremeou-se de vez na sociedade e emperrou toda a posterior tentativa de desenvolvimento.

A escravidão não foi a culpada pela estagnação, mas a manutenção da ordem social depois dela, implicou em engessar o sistema colonial para garantir o domínio da Coroa, uma vez que, em pouco tempo, a população negra e mestiça superava em muitas vezes o número de brancos. Então, frear o desenvolvimento na Colônia se tornou uma preocupação do Estado. Para conseguir-lo lançou-se mão de proibições a fim de impedir a criação de escolas e de manufaturas. Segundo a legislação colonial, o Brasil somente poderia obter de Portugal todo o produto manufaturado necessário ao país e usar da terra somente aqueles que não poderia vir da metrópole, como os alimentos por exemplo.

Desenvolver o Brasil poderia colocar em risco o domínio português sobre a Colônia. A evolução local daria condições para os brasileiros se revoltarem contra os interesses da Coroa e não pagarem para Portugal os tributos tão desejados pela Corte Lusitana, que parasitava em volta do Rei.

No anseio de aumentar os lucros da exploração, a Coroa incentivou a busca do ouro no interior do Brasil, dando início a saga bandeirante que expandiu as fronteiras do país além dos domínios portugueses. O metal precioso foi encontrado no fim do séc. XVII e explorado continuamente até o início do XIX, entretanto, a escassez já se anunciava desde a metade dos setecentos. A riqueza proporcionada pelo período aurífero provocou a migração de quase metade da população de Portugal para a Colônia e a extermínio da nascente produção manufatureira desse país.

Então, depois da “desventura” rumo às Índias, a América foi a tábua de salvação de Portugal, mas em alguns séculos transformou-se na própria ruína do país. A Inglaterra, parceira comercial e militar dos lusitanos desde a fundação da nação, muito se beneficiou do período áureo do vizinho. O Tratado de Methuen<sup>96</sup> fez das terras portuguesas um mero ponto de passagem para o ouro brasileiro. Através desse acordo os ingleses forneceriam todo o tipo de produtos industrializados que o país necessitasse, enquanto o vinho português teria um tributo menor na alfândega bretã. Desse modo, a Coroa delineou a falência de sua empresa mercantil, transferindo toda a riqueza conseguida com a exploração do Brasil para o exterior.

A falta de desenvolvimento afetou todos os setores da economia portuguesa do Período Colonial, apesar de toda a riqueza conseguida com a exploração brasileira. A construção civil e a arquitetura não gozaram de situação diferenciada nesse contexto, pois foram mantidas inertes durante toda a colonização. A multiplicidade de técnicas construtivas existentes em Portugal possibilitou a produção de edifícios em todo o Brasil, lançando mão daquelas consideradas mais apropriadas às matérias-primas disponíveis em cada sítio. Entretanto, não se evoluiu além desse ponto, continuou-se a erguer habitações com os mesmos processos durante quatro séculos.

Quando a Coroa portuguesa fez a opção de evitar que a Colônia se desenvolvesse e, consecutivamente, fez o mesmo com seu país, ela acreditou ter tomado a decisão certa para garantir o domínio no Brasil. Porém, impediu a produção de riquezas que dessem sustentação econômica a Portugal, fato que perpetuou a penúria vivida pela população do Período Colonial, para os séculos seguintes.

---

<sup>96</sup> “Foi com o embaixador inglês John Methuen, que em 1703 D. Pedro II fez o célebre tratado, que ficou com esse nome, e que tão funesto foi para os interesses de Portugal. Este tratado levantava todas as proibições que se tinham posto à entrada das mercadorias inglesas, e em compensação dava entrada aos nossos vinhos em Inglaterra com abatimento de um terço dos direitos que pagavam na Grã-bretanha os vinhos da França. Esse tratado foi a nossa completa ruína, porque nos pôs completamente na dependência industrial da Inglaterra, e até mesmo porque, dando vantagens excepcionais à cultura dos vinhos, não foi menos nefasto aos outros ramos da agricultura mais diretamente necessários a um povo”. Fonte: <http://www.arqnet.pt/dicionario/methuen.html>, acessado em 11/01/2010 às 22h15min.

Apesar da estagnação tecnológica, a arquitetura colonial foi elevada a um patamar de destaque no início do séc. XX, a ponto de ser adotada como símbolo na concepção de uma identidade brasileira. A forçada criação da memória nacional apropriou-se das edificações construídas pelos portugueses e as consideraram como manifestações locais, fazendo de edifícios imponentes, monumentos de um Brasil embrionário.

Os conjuntos urbanos também foram preservados, mas somente, quando a sua conservação não interferiria na atividade econômica do lugar, casos ocorrentes em Ouro Preto, Olinda e outras cidades onde a produção de riquezas estava estagnada. Em regiões prósperas a preservação foi irregular e muito pouco chegou ao início do séc. XXI, se comparada com o alvorecer do século anterior. A atuação dos órgãos patrimoniais nem sempre valorizou as expressões da arquitetura vernacular, deixando-a desprotegida no processo de urbanização das cidades antigas brasileiras.

Os exemplares, que resistiram à passagem do tempo, possibilitam identificar a extrema semelhança existente entre as residências coloniais, caracterizada na divisão espacial da casa. A uniformidade das fachadas e das vilas foi um desejo constante das Câmaras locais, mas nenhuma norma recaía sobre o restante do edifício. Assim, compreende-se que esta repetição era um fator cultural, refletido no uso, na forma de habitar e se distribuírem as relações no meio doméstico. A separação das funções dos cômodos determinava um lugar comum nas habitações de toda a Colônia e, provavelmente, também nas de Portugal.

As características urbanas das vilas coloniais forçavam a setorização da casa. O gregarismo entre as edificações produzia fachadas laterais cegas, incapazes de suportarem janelas. Então surgiram as alcovas, fruto da interface do colonizador com os povos berberos-árabes e da imposição da forma de divisão dos lotes. Nesse contexto, a habitação fragmentou-se em três partes: a frente, lugar em que se davam as relações do proprietário com os homens estranhos ao lar, o meio, destinado aos dormitórios, e os fundos onde se desenrolava a vida doméstica, palco confinante das mulheres.

A continuação da tipologia arquitetônica foi, somente, um dos capítulos da história colonial portuguesa. Os brasileiros tornaram-se herdeiros da tradição lusitana e assumiram, ao longo do tempo, os costumes do índio e do negro. Fundiram-se três povos em uma cultura. A vida na Colônia dissimulava credices em santos e rezas, luxúrias com as escravas, preconceitos de cor ou de classes sociais, e, acima de tudo, a pobreza dentro dos lares, enquanto senhores e sinhás ostentavam princípios virtuosos nas ruas. O cativo, a pedra angular do sistema, garantiu o funcionamento da casa, carregou nas costas o fardo de um branco ocioso, que não queria quebrar as rígidas regras culturais às quais estava submetido.

A arquitetura vernacular brasileira não fugiu à regra, absorveu as características culturais da sociedade colonial. As habitações demonstravam na fachada a impressão que o dono desejava representar, mas internamente refletia a penúria vivida por todos. Morava-se em meio à escassez de mobílias, de comida, de salubridade e de conforto. E quando os proprietários possuíam mais recursos, preferiam comprar escravos para ostentar na vila a investir em melhorias em seus lares.

A construção civil não desfrutou de melhor condição. Os fatores culturais mantiveram o setor sem inovações até o fim do Período Colonial. Toda a variedade de conhecimento técnico, que foi utilizado para levantar edifícios durante a colonização, constituiu-se na formação de Portugal. A riqueza proporcionada pelo ouro serviu para produzir exemplares monumentais, considerados obras-primas da arquitetura colonial brasileira, porém restritos tecnologicamente ao emprego maciço de escravos e aos materiais disponíveis em cada sítio.

# Referências



## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BROOS, Hans. *Construções Antigas em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002. 204p.

BURY, John. Arquitetura e Arte no Brasil Colonial. In: OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de (Org.). *Arquitetura e Arte no Brasil Colonial*. Brasília, DF: IPHAN / Monumenta, 2006. p.166-203.

FERREIRA, Aurélio B. de H. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1998. 1838 p.

GIORDANI, Mário Curtis. *História do Mundo Árabe Medieval*. Petrópolis: Vozes, 1976. 384 p.

GOMES, Laurentino. *1808 – Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007. 414 p.

IPHAN/Monumenta. *Manual de Conservação de Cantarias*. Brasília: IPHAN, 2000. 43p.

\_\_\_\_\_. *Manual de Conservação Preventiva para Edificações*. Brasília: GT-IPHAN – Programa Monumenta/Bid, s/d. 236p.

LE MOS, Carlos A. C. *Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. 158p.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A Capitania de Minas Gerais (Origens e Formação)*, 3ª ed. Belo Horizonte: Edição do Instituto de História, Letras e Arte; 1965. 230 p.

LOPES, Francisco Antônio. *Os Palácios de Vila Rica – Ouro Preto no Ciclo do Ouro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1955. 287 p.

MOTTA, Lia. Patrimônio Urbano e Memória Social – Uma avaliação sobre o descompasso entre discursos e ações de preservação. In: CORREIA, Maria Rosa (Org.). *Oficina de Estudos da Preservação – Coletânea I*. Rio de Janeiro: IPHAN – Rio, 2008. p.51-66.

OMEGNA, Nelson. *A Cidade Colonial*, 2ª ed. Brasília: EBRASA, 1971. 334p.

PINTO, Estevão. Muxarabis e Balcões. In: FAAUSP e MEC-IPHAN. (Org.). *Arquitetura Civil II: Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. São Paulo: FAUUSP e MEC-IPHAN, 1975. p. 49-88.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Coleção “Grandes Estudos Brasileiros”, Vol. I. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1953. 390p.

REIS, P. Pereira dos. *O Colonialismo Português e a Conjuração Mineira*. Coleção Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964. 140p.

REIS FILHO, Nestor G. *Quadro da Arquitetura no Brasil*, 11ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2006. 211p.

RODRIGUES, José Wash. A Casa de Moradia no Brasil Antigo. In: FAAUSP e MEC-IPHAN. (Org.). *Arquitetura Civil I: Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. São Paulo: FAUUSP e MEC-IPHAN, 1975. p. 283-318.

SANTOS, Paulo F. *Subsídios para o estudo da Arquitetura Religiosa em Ouro Preto*, 1º Tomo. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Erich Eichner & Cia. Ltda, 1951. 174p.

SMITH, Robert C. Arquitetura Civil no Brasil Colonial. In: FAAUSP e MEC-IPHAN. (Org.). *Arquitetura Civil I: Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. São Paulo: FAUUSP e MEC-IPHAN, 1975. p. 95-190.

SNYDER, James c.; CATANESE, Anthony (org.). *Introdução a Arquitetura*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1984. 422p.

TOLEDO, Benedito Lima de. Do Século XVI ao Início do Século XIX: Maneirismo, Barroco e Rococó. In: ZANINI, Walter. (Org.). *História Geral da Arte No Brasil*. Vol. I. Instituto Walther Moreira Salles. São Paulo, 1983. p. 89-319.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: Formação e desenvolvimento – Residências*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1956.

\_\_\_\_\_. *Vila Rica: Formação e desenvolvimento – Residências*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1977. 214p. (Coleção Debates: Arquitetura).

\_\_\_\_\_. *Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 1979. 192p.

VAUTHIER, L. L. Casas de Residência no Brasil. Introdução: Gilberto Freire. In: FAAUSP e MEC-IPHAN. (Org.). *Arquitetura Civil I: Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. São Paulo: FAUUSP e MEC-IPHAN, 1975. p. 01-94.

VILLALTA, Luiz Carlos. O Cenário Urbano em Minas Gerais Setecentista: Outeiros do Sagrado e do Profano. In: Departamento de História - ICHS/UFOP (Org.). *Termo de Mariana: História e Documentação*. Mariana: Editora da UFOP, 1998. p. 67-86.

WEIMER, Günter. *Arquitetura popular brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 333p.

## LISTA DE FIGURAS

### Capítulo I

**Figura 01** – Cerimônia do Beija-mão.

<http://escolacomunidade.files.wordpress.com/2008/04/beija.jpg>;

Acessado em 08/12/2009 às 18h00min.

**Figura 02** – Ilustração sobre a Execução dos Autos da Inquisição em Portugal.

<http://www.integral.br/zoom/imgs/343/image002.jpg>;

Acessado em 08/12/2009 às 18h05min.

**Figura 03** – *Voyage as Brésil: Retour d' un propriétaire* (1816-1831), Jean Baptiste Debret.

<http://proex.reitoria.unesp.br/informativo/WebHelp/2004/imagens/debret.jpg>;

Acessado em 09/12/2009 às 09h47min.

**Figura 04** – "*Jogar Capüera ou Dance de la Guerre*", Rugendas.

<http://www.centroreferenciacapoeiracarioca.net/img/fotos/i13.jpg>;

Acessado em 09/12/2009 às 09h45min.

**Figura 05** – Bairro da Ribeira. Cidade do Porto, Portugal.

[http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/46/Ribeira\\_Porto\\_Portugal.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/46/Ribeira_Porto_Portugal.jpg);

Acessado em 08/12/2009 às 18h10min.

**Figura 06** – Bairro do Rosário. Ouro Preto, MG.

Régis Martins, 2007.

**Figura 07** – Aquarela ilustrando a lavagem ouro, tipo de tecnologia de mineração empregada no séc. XVIII.

[http://www.revistadehistoria.com.br/v2/docs/image/38/17\\_01.jpg](http://www.revistadehistoria.com.br/v2/docs/image/38/17_01.jpg);

Acessado em 08/12/2009 às 18h15min.

**Figura 08** – Paraty (RJ), uniformidade do partido arquitetônico.

Ricardo Abdalla.

**Figura 09** – Ouro Preto (MG), uniformidade do partido arquitetônico.

Ricardo Abdalla / Régis Martins, 2009.

**Figura 10** – Bairro de Alfama. Lisboa, Portugal.

[http://1.bp.blogspot.com/\\_WEiCx4Rwwms/ScqJIJYgxaI/AAAAAAAAABps/UQM8XYtxIXc/s400/Lx+Bairro+Alfama.jpg](http://1.bp.blogspot.com/_WEiCx4Rwwms/ScqJIJYgxaI/AAAAAAAAABps/UQM8XYtxIXc/s400/Lx+Bairro+Alfama.jpg);

Acessado em 08/12/2009 às 18h30min.

**Figura 11** – Bairro do Rosário em Ouro Preto (MG).

Régis Martins, 2009

**Figura 12** – Um Senhor e seu harém particular.

<http://www.educacional.com.br/upload/blogSite/4715/4715490/5410/Debret1.jpg>;

Acessado em 09/12/2009 às 09h52min.

**Figura 13** – Ilustração do tipo de fechamentos com treliças.  
(IPHAN/Monumenta, s/d, p. 220)

**Figura 14** – Habitação de uma Família de Negros. Ilustração de Rugendas.  
Rugendas, <http://www.terrabrasileira.net/folclore/manifesto/j-casa.jpg>;  
Acessado em 09/12/2009 às 09h54min.

**Figura 15** – Negros Serradores de Tábuas.  
<http://www.mcb.sp.gov.br/img/ernani/artigos/Apetrechos.jpg>;  
Acessado em 09/12/2009 às 10h03min.

**Figura 16** – Vista Parcial do Centro Histórico de Ouro Preto, MG.  
Régis Martins, 2007.

## Capítulo II

**Figura 17** – Cine Vila Rica, antes de 1957 e em 2009.  
Acervo Digital: Núcleo de Ofícios | EARMFA | FAOP. / Régis Martins, 2009.

**Figura 18** – Diferenças entre o enxaimel português (esquerda) e o germânico (direita).  
WEIMER (2005, p. 40).

**Figura 19** – Esquerda: Mapa de Portugal / Direita: Avanço cristão sobre os mulçumanos.  
[http://www.zonu.com/maps/portugal\\_mapas/Mapa\\_Portugal.gif](http://www.zonu.com/maps/portugal_mapas/Mapa_Portugal.gif); Acessado em 05/01/2010 às 22h15min /  
[http://lh5.ggpht.com/c.alberto.vaz2/R3UtAdNC0-I/AAAAAAAAAAUc/xkvqJ70pZls/Reinos+crist%C3%A3os+da+Pen%C3%ADnsula+Ib%C3%A9rica,+nos+in%C3%ADcios+do+s%C3%A9culo+XI\\_thumb%5B1%5D](http://lh5.ggpht.com/c.alberto.vaz2/R3UtAdNC0-I/AAAAAAAAAAUc/xkvqJ70pZls/Reinos+crist%C3%A3os+da+Pen%C3%ADnsula+Ib%C3%A9rica,+nos+in%C3%ADcios+do+s%C3%A9culo+XI_thumb%5B1%5D); Acessado em 05/01/2010 às 22h20min

**Figura 20** – Planta típica de uma casa térrea colonial.  
INBI-SU/IPHAN – Inventário Nacional de Bens Imóveis e Sítios Urbanos (adaptado pelo autor).

**Figura 21** – Cômodo destinado aos serviços femininos.  
<http://www.marcosabino.com/blog/wp-content/uploads/2008/07/debret.jpg>; Acessado em 05/01/2010 às 22h30min

**Figura 22** – Muro e alicerce de pedra seca na Rua Salvador Tropa 156, Centro. Ouro Preto, MG.  
Régis Martins, 2009.

**Figura 23** – Conjunto urbano da Praça Tiradentes, Centro. Ouro Preto, MG.  
Régis Martins, 2007.

**Figura 24** – Traçado urbano de Ouro Preto – década de 50.  
VASCONCELLOS (1956) – Encarte do Livro.

**Figura 25** – Arraiais constituintes de Vila Rica no início do séc. XVIII.  
VASCONCELLOS (1977, p. 80).

**Figura 26** – Conjunto urbano da Praça Monsenhor Castilho Barbosa, Bairro Pilar. Ouro Preto, MG.

Régis Martins, 2008.

**Figura 27** – Planta de uma “casa dos morros”. Ouro Preto, MG.

VASCONCELLOS (1977, p. 129).

**Figura 28** – Planta de uma casa árabe.

WEIMER (2005, p. 93).

**Figura 29** – Planta de uma casa berbere.

WEIMER (2005, p. 96).

**Figura 30** – Variabilidade de plantas em função da posição do corredor.

WEIMER (2005, p. 196, adaptado).

**Figura 31** – Casas de *porta e janela* – Rua Alvarenga, Bairro Cabeças. Ouro Preto, MG.

Régis Martins, 2009.

**Figura 32** – Casas de *meia morada* – Rua Pe. Faria, Bairro Pe. Faria. Ouro Preto, MG.

Régis Martins, 2009.

**Figura 33** – Casas de três quartos de morada – Rua Bernardo Vasconcelos, Bairro Rosário. Ouro Preto, MG.

Régis Martins, 2009.

**Figura 34** – Casas de *morada inteira* – Rua Alvarenga, Bairro Cabeças. Ouro Preto, MG.

Régis Martins, 2009.

**Figura 35** – Planta de um sobrado – Recife, PE.

VAUTHIER (1975, p. 42).

**Figura 36** – Sobrado setecentista – Ouro Preto, MG.

Régis Martins, 2009.

**Figura 37** – Sobrado do início do séc. XVIII – Ouro Preto, MG.

Régis Martins, 2009.

**Figura 38** – Sobrado do fim do séc. XVIII – Ouro Preto, MG.

Régis Martins, 2009.

### Capítulo III

**Figura 39** – Escravos trabalhando na mineração.

<http://www.eb23-diogo-cao.rcts.pt/Trabalhos/bra500/img/escrmin1.JPG>; Acessado em 08/12/2009 às 17h40min.

**Figura 40** – Tropeiro transportando produtos no interior da Colônia.

<http://www.asminasgerais.com.br/zona%20da%20mata/Biblioteca/Personagens/Tropeiros/1112002002%20Debret%20Tropeiro.jpg>; Acessado em 09/01/2010 às 22h30min.

**Figura 41** – Edificações construídas com taipa de pilão – Casas do *Bom-Será*, Bairro Cabeças. Ouro Preto, MG.  
Régis Martins, 2009.

**Figura 42** – Edificação construída com pedra de canga – Rua Chico Rei, 108. Ouro Preto, MG.  
Régis Martins, 2009.

**Figura 43** – Vãos geminados – Praça do Rosário. Ouro Preto, MG.  
Régis Martins, 2009.

**Figura 44** – Detalhe de uma estrutura autônoma em madeira – diferenças das madeiras utilizadas.  
Régis Martins, 2009.

**Figura 45** – Parte inferior de uma estrutura autônoma em madeira.  
VASCONCELOS (1979, p. 50).

**Figura 46** – Cruz de Santo André ou Aspas Francesas.  
IPHAN/Monumenta (s/d, p. 192).

**Figura 47** – Edificações com porões – Bairro Antônio Dias. Ouro Preto, MG.  
Régis Martins, 2007.

**Figura 48** – Parede de pau-a-pique – Rua Salvador Tropia 156, Centro. Ouro Preto, MG.  
Régis Martins, 2009.

**Figura 49** – Detalhe da amarração e da estrutura do pau-a-pique.  
Ricardo Abdalla.

**Figura 50** – Tabique usado no fechamento de empenas – Bairro Cabeças. Ouro Preto, MG.  
Régis Martins, 2009.

**Figura 51** – Parede revestida com tábuas – Bairro Cabeças. Ouro Preto, MG.  
Acervo Digital: Núcleo de Ofícios | EARMFA | FAOP.

**Figura 52** – Detalhe de um estuque usado em cimalthas.  
Régis Martins, 2009.

**Figura 53** – Conjunto arquitetônico – Diamantina e Ouro Preto.  
Régis Martins, 2007/2009.

**Figura 54** – Coberturas – Ouro Preto, MG.  
Régis Martins, 2009.